
Comentários

Em 2004, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD foi implantada nas áreas rurais dos Estados de Rondônia, Acre, Amazonas Roraima, Pará e Amapá, alcançando a cobertura completa do Território Nacional. Nesse ano, as pessoas residentes nessas áreas rurais, que anteriormente não eram abrangidas pela pesquisa, representavam 1,9% da população do País e 23,9% da Região Norte. Tendo em vista a influência dessa parcela nos resultados obtidos para o período de 2004 a 2007, as comparações em relação aos anos anteriores foram efetuadas considerando a cobertura geográfica do País que a PNAD alcançava até 2003.

As informações ora apresentadas traçam um panorama da situação mais recente do País, em termos de seus aspectos socioeconômicos, e mostram, também, a sua evolução em um período mais longo.

Composição e mobilidade populacional

Panorama recente

A partir dos dados da PNAD 2007 observou-se a manutenção da tendência do envelhecimento populacional. Dentre aqueles com 40 anos ou mais de idade, foi observada taxa de crescimento positiva - percentual de 4,2% -, enquanto entre a população mais jovem, de 0 a 14 anos, houve redução de 0,7% do contingente em comparação com os dados de 2006. Esse comportamento foi reproduzido na análise regional, com exceção da Região Norte, onde na faixa etária de 0 a 14 anos

foi registrado um crescimento de 1,3% nesse período. Justamente na Região Norte, foi observada a estrutura etária menos envelhecida, 23,7% da população residente tinha 40 anos ou mais; e o contingente de pessoas de 0 a 4 anos (1,6 milhão) foi maior do que aquele das pessoas de 60 anos ou mais (1 milhão), nessa região.

Tabela 1 - Distribuição da população residente, por Grandes Regiões, segundo o sexo e os grupos de idade - 2007

Sexo e grupos de idade	Distribuição da população residente (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Sexo						
Homens	48,8	49,9	48,8	48,4	48,9	49,6
Mulheres	51,2	50,1	51,2	51,6	51,1	50,4
Grupos de idade						
0 a 4 anos	7,3	10,1	8,3	6,3	6,4	7,9
5 a 9 anos	8,7	11,1	9,7	7,9	8,1	8,6
10 a 14 anos	9,4	11,5	10,4	8,6	8,8	9,4
15 a 19 anos	9,1	10,5	10,0	8,3	8,6	9,4
20 a 24 anos	8,9	9,8	9,6	8,5	8,3	9,0
25 a 39 anos	23,4	23,3	22,7	23,8	22,8	24,9
40 a 59 anos	22,7	17,0	19,5	24,9	25,6	22,2
60 anos ou mais	10,5	6,7	9,8	11,7	11,4	8,6
0 a 14 anos	25,4	32,7	28,4	22,8	23,3	25,9
40 anos ou mais	33,2	23,7	29,3	36,6	37,0	30,8

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007.

Foram dos estados da Região Norte os maiores percentuais de pessoas de 0 a 4 anos, sobretudo em Roraima e Amapá, onde essas participações foram de 10,9%. Já nos estados das Regiões Sudeste e Sul estavam as menores participações dessa faixa etária, como os casos de Rio de Janeiro (5,7%), São Paulo (6,3%), Santa Catarina (6,1%) e Rio Grande do Sul (6,3%).

Apesar de o envelhecimento ocorrer, tanto na estrutura etária dos homens, quanto na das mulheres, observou-se que o percentual de mulheres com 40 anos ou mais de idade foi de 34,7% e de homens, 31,5%. Na faixa etária mais jovem, de 0 a 4 anos, elas respondiam por 7,0% da população residente, enquanto eles, 7,7%. Logo, ainda que nasçam mais homens, as mulheres vivem mais.

Em 2007, as mulheres correspondiam a 51,2% da população residente e os homens, a 48,8%; respectivamente, 97,2 milhões e 92,6 milhões de pessoas. Em relação a 2006 não houve mudança significativa na distribuição por sexo da população residente, que era 51,3% de mulheres e 48,7% de homens.

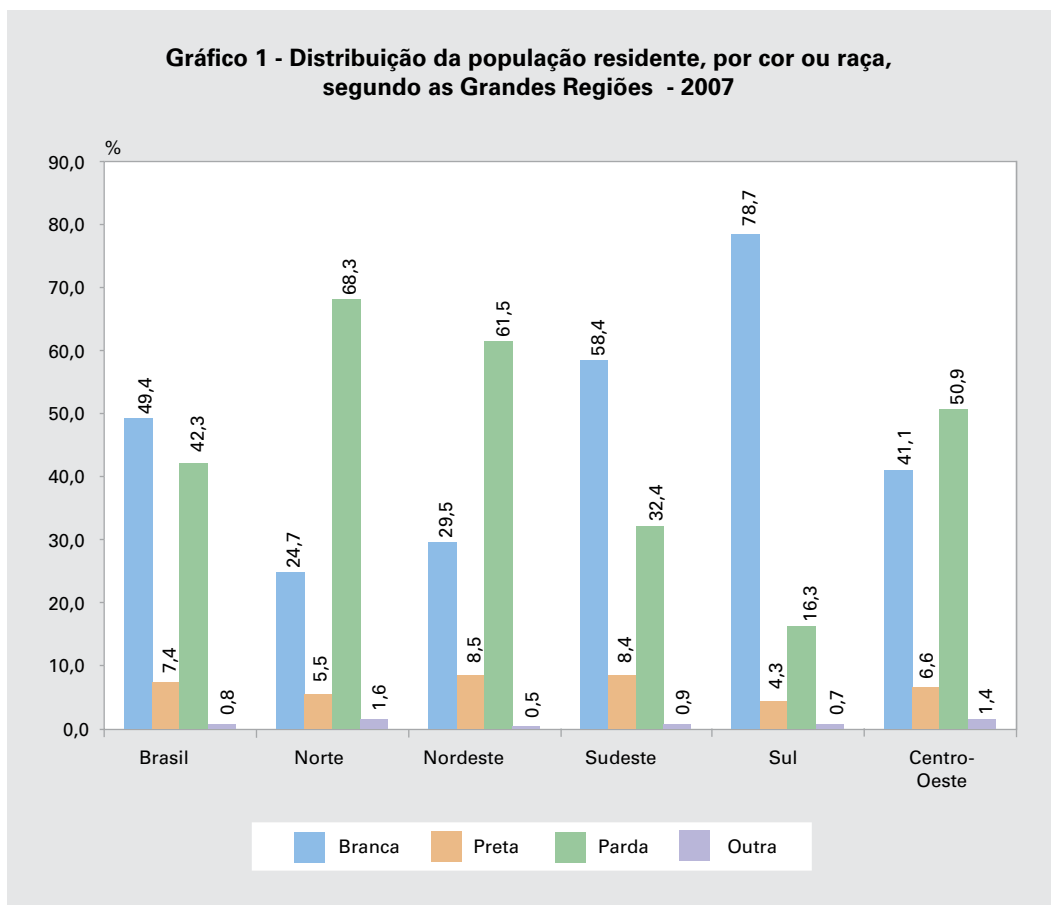
Tabela 2 - População residente, por Grandes Regiões, segundo o sexo e os grupos de idade - 2007

Sexo e grupos de idade	População residente					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Números absolutos (1 000 pessoas)						
Total	189 820	15 403	52 305	80 845	27 704	13 563
Homens	92 625	7 685	25 539	39 118	13 558	6 725
0 a 4 anos	7 087	807	2 218	2 617	902	543
40 a 59 anos	20 405	1 313	4 767	9 486	3 367	1 472
60 anos ou mais	8 839	493	2 297	4 082	1 404	562
Mulheres	97 195	7 718	26 766	41 727	14 146	6 838
0 a 4 anos	6 768	747	2 131	2 500	863	527
40 a 59 anos	22 653	1 312	5 410	10 662	3 733	1 535
60 anos ou mais	11 116	539	2 848	5 364	1 757	608
Números relativos (%)						
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Homens	48,8	49,9	48,8	48,4	48,9	49,6
Mulheres	51,2	50,1	51,2	51,6	51,1	50,4
Sexo e grupos de idade						
0 a 4 anos	7,3	10,1	8,3	6,3	6,4	7,9
40 a 59 anos	22,7	17,0	19,5	24,9	25,6	22,2
60 anos ou mais	10,5	6,7	9,8	11,7	11,4	8,6
Homens	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
0 a 4 anos	7,7	10,5	8,7	6,7	6,7	8,1
40 a 59 anos	22,0	17,1	18,7	24,3	24,8	21,9
60 anos ou mais	9,5	6,4	9,0	10,4	10,4	8,4
Mulheres	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
0 a 4 anos	7,0	9,7	8,0	6,0	6,1	7,7
40 a 59 anos	23,3	17,0	20,2	25,6	26,4	22,5
60 anos ou mais	11,4	7,0	10,6	12,9	12,4	8,9

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007.

No que se refere à cor ou à raça, em 2007, a população residente do País estava composta por 49,4% de brancos, 7,4% de pretos, 42,3% de pardos e 0,8% de outras. Na comparação com 2006, verificou-se um aumento de 0,5 ponto percentual dentre aqueles declarados pretos, e redução de 0,3 ponto percentual de brancos. O aumento da participação dos pretos foi verificado em todas as regiões, exceto na Região Norte, onde houve queda de 0,7 ponto percentual da população preta. Nas demais regiões, o crescimento da participação da população preta foi acompanhado pela queda da população branca: Sudeste (-0,4 ponto percentual), Sul (-0,9 ponto percentual), Centro-Oeste (-1,9 ponto percentual). Já na Região Norte, observou-se crescimento da participação da população branca (0,8 ponto percentual) e outros (0,9 ponto

percentual). Houve redução dos pretos (-0,7 ponto percentual) e pardos (-0,7 ponto percentual). Contudo, ressalta-se que, em 2006, houve crescimento expressivo daquelas que se declararam da cor preta na Região Norte, atingindo um percentual de 6,2%, contra 3,8% de 2005.



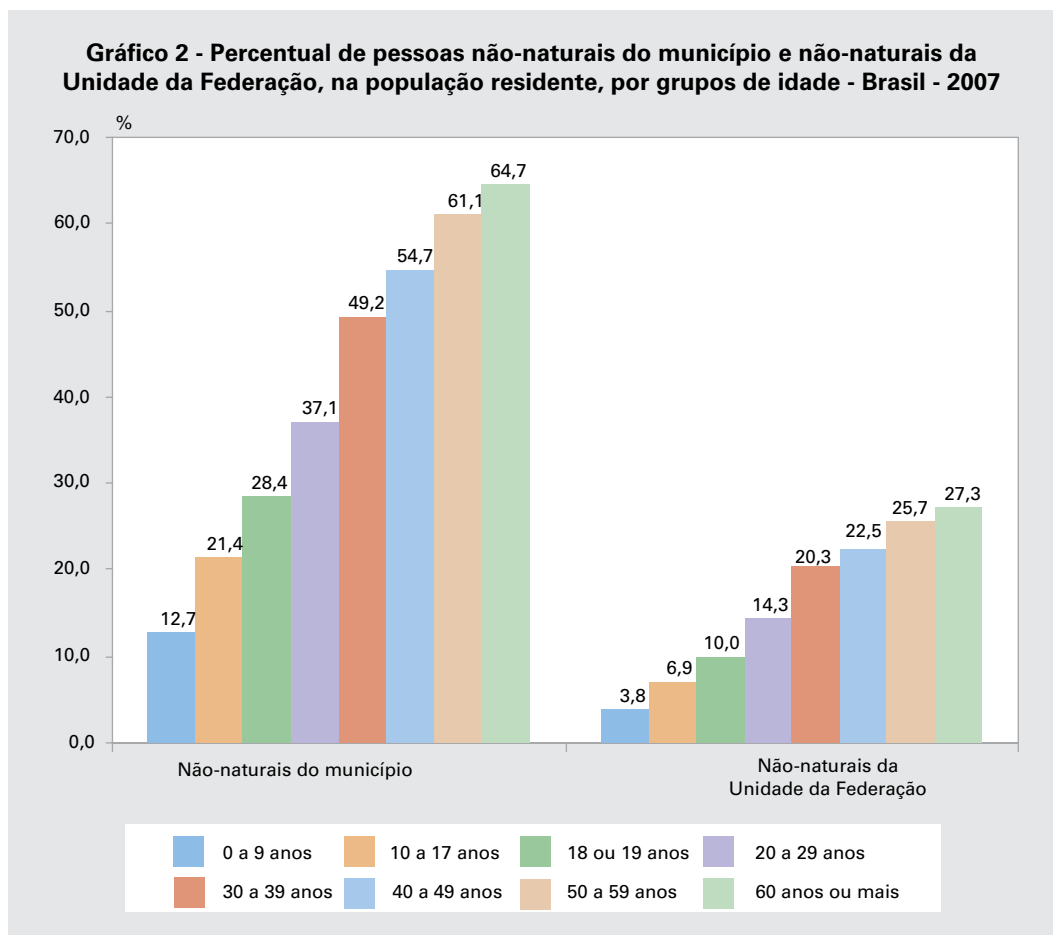
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007.

Quanto à migração, em 2007, as pessoas não-naturais do município de residência representavam 39,8% da população residente do País, e as não-naturais da Unidade da Federação em que moravam, 15,8%.

Na Região Centro-Oeste, 53,1% dos residentes eram não-naturais do município de moradia, sendo que, apenas nessa região, a população não-natural superou a natural. Nas demais: a Região Nordeste registrou 32,0% de não-naturais do município; a Região Sudeste, 40,5%; a Região Norte, 43,0%; e a Região Sul, 44,4%.

Na análise da naturalidade em relação à Unidade da Federação em que residiam, observou-se que a Região Centro-Oeste tinha o maior percentual de moradores não-naturais, 35,2%. Nessa região, destacou-se o Distrito Federal, onde 51,4% dos moradores eram não-naturais. Em termos nacionais, destacaram-se Roraima, 50,5%; e o Rio Grande do Sul, com o menor percentual de residentes não-naturais, 4,2%.

O perfil etário dos migrantes aponta para faixas de idade mais elevadas, em decorrência de deslocamentos de população adulta relacionados à busca por oportunidades de trabalho: dentre os naturais da Unidade da Federação, 29,6% tinham 40 anos ou mais, enquanto, entre os não-naturais da Unidade da Federação, esse percentual foi de 52,5% em 2007. Como consequência do predomínio da proporção de adultos mais velhos, o nível de ocupação do contingente de não-naturais (61,1%) superou o dos naturais (56,1%) da Unidade da Federação de residência.



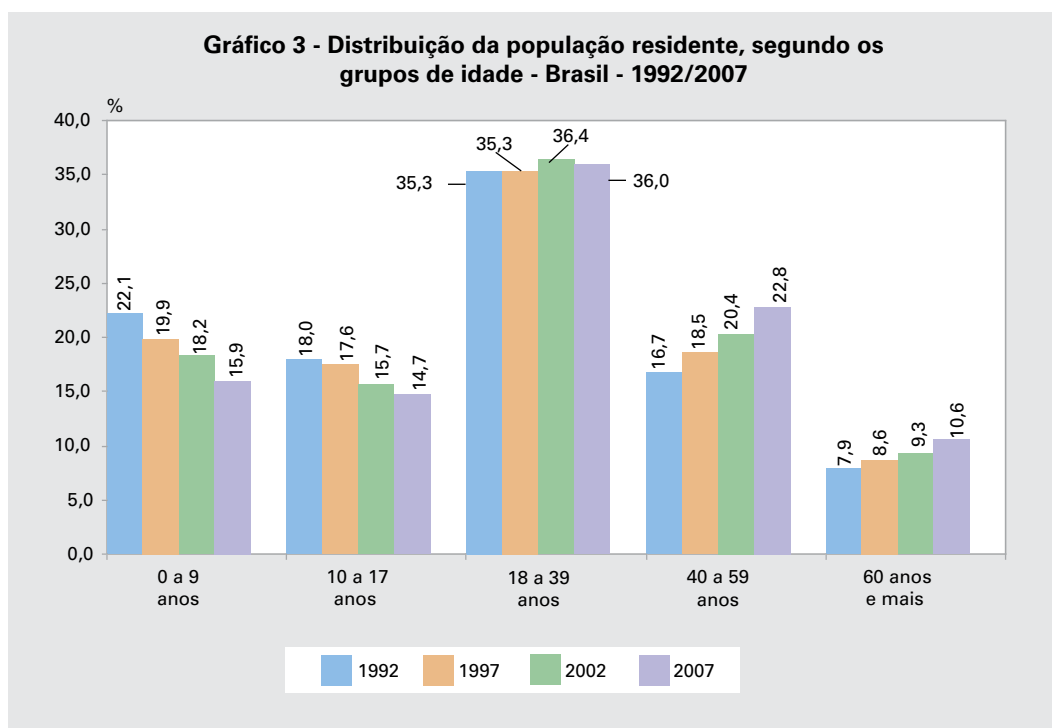
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007.

Evolução temporal

(indicadores de 2004 a 2007 harmonizados com cobertura geográfica existente até 2003)

Os dados da pesquisa confirmam a transformação da estrutura etária do País. Enquanto nos grupos de 0 a 9 anos e de 10 a 17 anos de idade, houve redução da participação na população residente, dentre os mais velhos, observou-se crescimento nesses últimos 15 anos.

Nas faixas de 0 a 9 anos e de 10 a 17 anos de idade, a redução foi de 6,2 e 3,3 pontos percentuais, respectivamente, entre 1992 e 2007. Já nos grupos de 40 a 59 anos e de 60 anos ou mais, houve crescimento de 6,1 e 2,7 pontos percentuais, nessa ordem.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1992/2007.

Nota: Exclui-se a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Situação educacional

Panorama recente

Em 2007, do total de pessoas com 4 anos ou mais de idade no Brasil (179 milhões), cerca de 56,3 milhões eram estudantes. Houve uma redução de 0,5% do número total de estudantes em relação ao ano de 2006. A redução mais acentuada foi a verificada na Região Centro-Oeste, 2,2%.

O grupo de 7 a 14 anos de idade teve a maior freqüência a escola, 97,6% - sendo, contudo, esse percentual estável em relação ao de 2006. Em termos regionais, essa taxa foi de, aproximadamente, 98,0%, nas Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste; 97,1%, no Nordeste; e 96,2%, no Norte. As Unidades da Federação da Região Sul foram as que mais se destacaram, como no caso de Santa Catarina, onde 99,0% de crianças e adolescentes de 7 a 14 anos de idade estavam na escola. Já as menores taxas de escolarização para este grupo de idade foram verificadas nas Unidades da Federação das Regiões Norte e Nordeste, particularmente, nos Estados do Acre (91,3%), Pará (96,2%) e Alagoas (96,2%).

Nos grupos de idade de 4 ou 5 anos e de 6 a 14 anos, os percentuais de freqüência a escola foram de 70,1% e 97,0%, respectivamente. Ressalta-se o crescimento da freqüência no grupo de 4 ou 5 anos, que vem sendo verificado desde 2005: 2,5 pontos percentuais na comparação de 2007 em relação ao ano de 2006. A Região Norte foi a que teve maior elevação desse percentual, passando de 54,6%, em 2006, para 59,7%, em 2007.

Tabela 3 - Taxa de escolarização das pessoas de 4 anos ou mais de idade, por Grandes Regiões, segundo os grupos de idade e o sexo - 2007

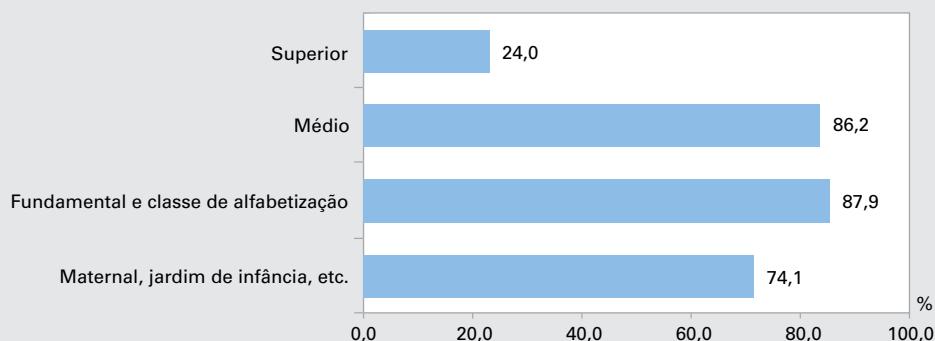
Grupos de idade e sexo	Taxa de escolarização das pessoas de 4 anos ou mais de idade (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
4 ou 5 anos	70,1	59,7	76,8	75,2	56,9	54,9
Homens	69,6	59,0	76,0	74,9	57,0	54,5
Mulheres	70,7	60,5	77,6	75,6	56,7	55,4
6 a 14 anos	97,0	95,1	96,8	97,7	97,0	96,9
Homens	96,8	94,7	96,5	97,6	96,9	97,0
Mulheres	97,2	95,5	97,1	97,9	97,1	96,7
7 a 14 anos	97,6	96,2	97,1	98,1	98,0	97,7
Homens	97,4	95,8	96,9	97,9	97,9	97,8
Mulheres	97,8	96,6	97,4	98,3	98,1	97,6
15 a 17 anos	82,1	80,1	80,8	84,3	80,7	81,7
Homens	81,3	79,9	80,1	83,5	78,8	81,6
Mulheres	83,0	80,3	81,6	85,1	82,7	81,7
18 a 24 anos	30,9	32,9	32,0	29,8	29,5	32,1
Homens	30,0	31,9	32,0	28,7	27,6	30,9
Mulheres	31,8	33,8	32,1	30,9	31,5	33,3
25 anos ou mais	5,5	7,5	6,2	4,9	4,8	5,9
Homens	4,6	5,9	4,9	4,4	4,3	4,9
Mulheres	6,2	9,1	7,3	5,4	5,3	6,9

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007.

O perfil da escolarização por gênero indicou que as mulheres tinham percentual maior de frequência a escola que o dos homens. No grupo de 18 a 24 anos, houve a maior diferença em pontos percentuais por gênero, sendo a participação das mulheres 31,8%, enquanto a dos homens foi de 30,0%. Na análise regional, não foram observadas diferenças significativas quando se tratava dos grupos mais jovens. Contudo, nos grupos de 18 a 24 anos e 25 anos ou mais, houve as maiores diferenciações na Região Sul e Região Norte, respectivamente. Na faixa de 25 anos ou mais, as mulheres tinham uma taxa de escolarização de 9,1% e os homens, 5,9%, na Região Norte; enquanto na Região Sul, elas tinham participação de 5,3% e os homens, 4,3%.

Dos 56,3 milhões de estudantes de 4 anos ou mais, 7,9% estavam cursando o ensino pré-escolar (maternal, jardim de infância, etc.); 63,0%, o ensino fundamental e alfabetização; 16,6% o ensino médio e 10,9% o ensino superior. Em relação a 2006, o número de estudantes no ensino superior cresceu 4,3% - comportamento já observado em 2006, cuja taxa de crescimento em relação a 2005 foi de 13,2%. O ensino médio, por outro lado, teve ligeira queda, de 0,6% em relação a 2006.

Quanto à cobertura segundo a rede de ensino, a rede pública foi preponderante, com percentual de 79,2% de atendimento aos que freqüentavam a escola. O predomínio da rede pública foi observado em quase todos os níveis de ensino, sobretudo, no Ensino Fundamental e Classe de Alfabetização, com 87,9% de cobertura. A obrigatoriedade constitucional leva à grande absorção de estudantes nesse nível de ensino pela rede pública. A despeito do predomínio da rede pública no atendimento do ensino geral, a rede particular apresentou crescimento no atendimento ao nível Ensino Superior, que responde por 76,0% dos estudantes nesse nível de ensino. Entre 2006 e 2007, o contingente de alunos de Nível Superior nessa rede passou de 4,4 milhões para 4,7 milhões; vis à vis 1,4 milhão para 1,5 milhão de estudantes na Rede Pública de ensino.

Gráfico 4 - Percentual de estudantes da rede pública no total de estudantes de 4 anos ou mais de idade, segundo o nível de ensino que freqüentavam - Brasil - 2007


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007.

Em termos regionais, o predomínio da Rede Pública foi observado em todas as Grandes Regiões. No entanto, vale ressaltar a importância dessa rede nas Regiões Norte e Nordeste, com percentuais de 86,1% e 83,0%, respectivamente, - sendo que essa importância foi observada até mesmo no ensino de Nível Superior. Enquanto nessas duas regiões mais de 35,0% dos estudantes de nível superior freqüentavam a rede pública, nas Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, estes percentuais foram de 18,0%, 21,1%, 27,5%, nessa ordem.

Tabela 4 - Distribuição dos estudantes de 4 anos ou mais de idade, por Grandes Regiões, segundo o nível e a rede de ensino que freqüentavam - 2007

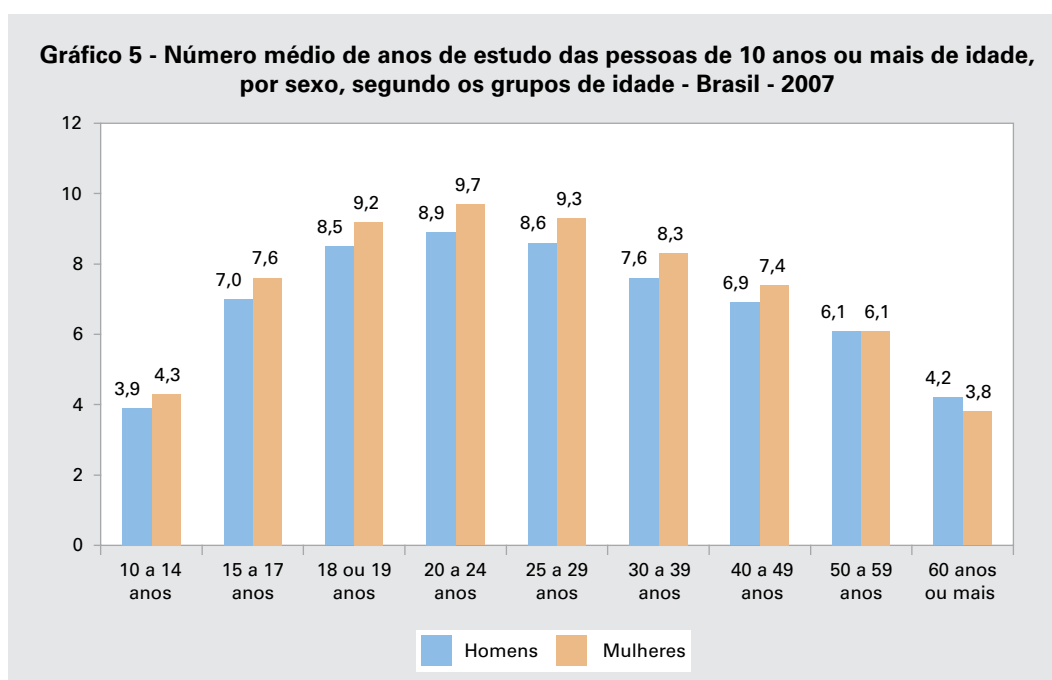
Nível e rede de ensino que freqüentavam	Distribuição dos estudantes de 4 anos ou mais de idade (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total (1)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Pública (1)	79,2	86,1	83,0	75,1	78,8	77,1
Particular (1)	20,8	13,9	17,0	24,9	21,2	22,9
Maternal, jardim de infância etc.	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Pública	74,1	78,7	70,0	76,0	78,3	66,7
Particular	25,9	21,3	30,0	24,0	21,7	33,3
Fundamental e classe de alfabetização	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Pública	87,9	92,3	88,0	85,6	91,1	86,6
Particular	12,1	7,7	12,0	14,4	8,9	13,4
Médio	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Pública	86,2	90,6	89,3	83,6	85,0	85,2
Particular	13,8	9,4	10,7	16,4	15,0	14,8
Superior (2)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Pública (2)	24,0	35,1	35,8	18,0	21,1	27,5
Particular (2)	76,0	64,9	64,2	82,0	78,9	72,5

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007.

(1) Inclusive os estudantes de cursos de alfabetização de adultos ou pré-vestibular. (2) Inclusive os estudantes de curso de mestrado ou doutorado.

Outro dado que revela as diferenças educacionais por faixa etária na idade adulta é o número médio de anos de estudo. Nos grupos de idade mais avançada, esse número era bem menor do que o verificado entre as pessoas mais jovens. Nas faixas etárias de 18 ou 19 anos, 20 a 24 anos e 25 a 29 anos, o número médio de anos de estudo foi de 8,8, 9,3 e 8,9, respectivamente. Já entre aqueles de 50 a 59 anos e 60 anos ou mais, este indicador foi de 6,1 e 3,9, nessa ordem. Enquanto as crianças e adolescentes de 10 a 14 anos tinham 4,1 anos de estudo em 2007.

A partir da faixa de 40 a 49 anos de idade, a diferença do número médio de anos de estudo entre homens e mulheres começa a diminuir, sendo esse indicador idêntico no grupo de 50 a 59 anos de idade para ambos os sexos (6,1).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007.

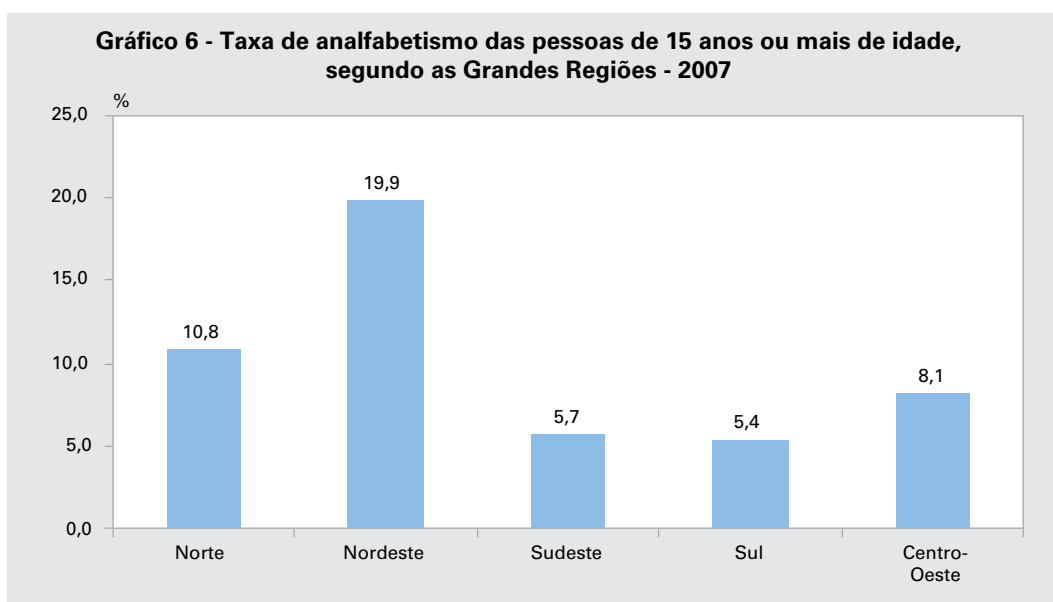
Taxa de analfabetismo

A taxa de analfabetismo corresponde à percentagem dos indivíduos de um determinado grupo etário que são analfabetos em relação ao total de pessoas do mesmo grupo etário. Na PNAD, por definição, uma pessoa alfabetizada é aquela que responde que sabe ler e escrever pelo menos um bilhete simples no idioma que conhece.

Em 2007, havia cerca de 14,1 milhões de analfabetos com 15 anos ou mais de idade. Para esse grupo de pessoas, a taxa de analfabetismo foi de 10,0% em 2007, contra 10,4% em 2006. A taxa de analfabetismo assume diferenças de acordo com o grupo de idade, região e sexo.

No que se refere à idade, a menor taxa foi observada no grupo de 15 a 17 anos de idade, 1,7%; e, a maior (12,5%), entre aqueles com 25 anos ou mais de idade.

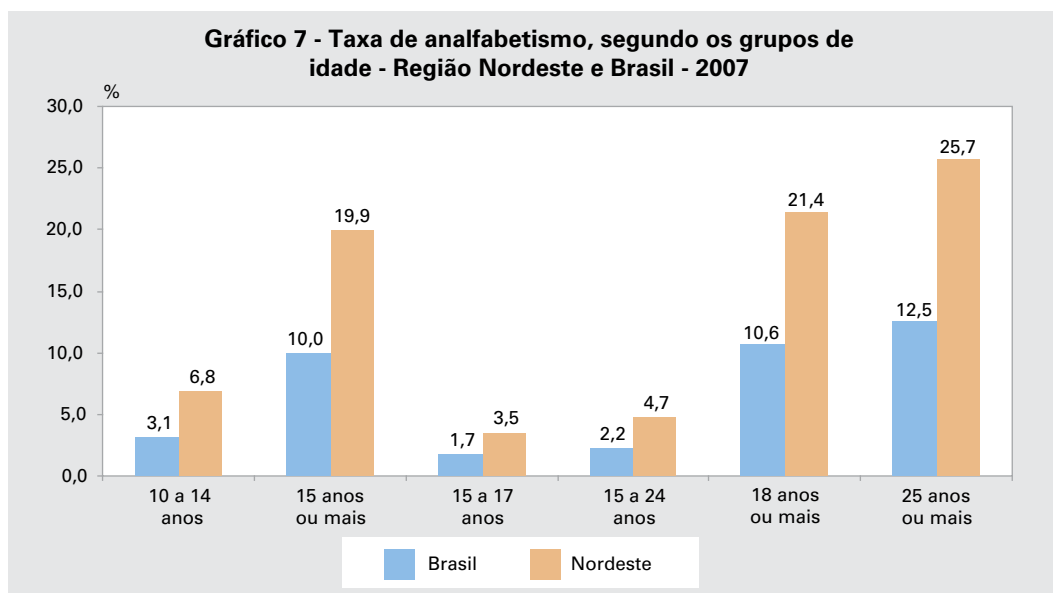
Na análise regional, as diferenças sobressaíram-se quando da comparação dos dados das Regiões Norte e Nordeste com os das Regiões Sul e Sudeste. Nas duas primeiras regiões, a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade foi de 10,8% e 19,9%, respectivamente, enquanto no Sul e Sudeste, de 5,4% e 5,7%, nessa ordem. Observou-se que os grupos mais idosos, justamente aqueles que registraram as maiores taxas de analfabetismo, contribuíram de forma relevante para determinação dessa taxa nas Regiões Norte e Nordeste. Em 2007, entre aqueles de 25 anos ou mais, a taxa de analfabetismo naquelas regiões foi de 14,6% e 25,7%, respectivamente.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007.

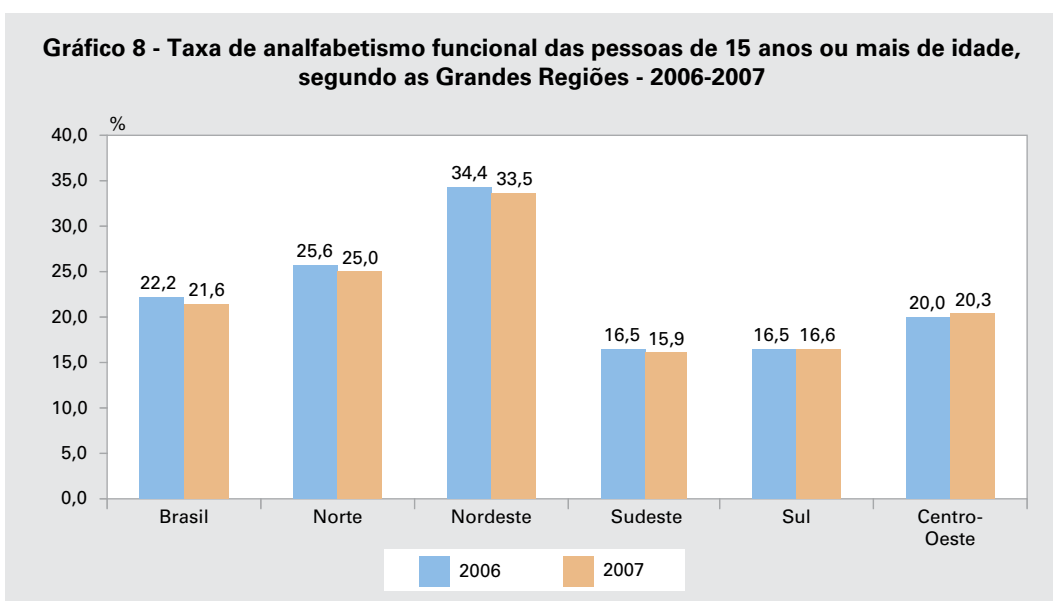
Os dados da pesquisa mostraram que em 2007 a taxa de analfabetismo dos homens de 15 anos ou mais de idade foi de 10,2% e a das mulheres, 9,8%. Em 2006, essas taxas foram de 10,6% e 10,1%, respectivamente para homens e mulheres. Quando analisadas a partir do enfoque regional, as diferenças da taxa de analfabetismo entre homens e mulheres foram acentuadas nas Regiões Norte e Nordeste. Foi, para os homens, 11,7% e, 10,0% para as mulheres, no Norte; sendo de 21,7% e 18,3% para os homens e mulheres, no Nordeste. Nas Regiões Sudeste e Sul, foram observados patamares menores da taxa de analfabetismo para ambos os sexos. No entanto, nessas duas regiões as mulheres tinham taxas maiores que os homens: homens (5,2%) e mulheres (6,2%), no Sudeste; homens (4,9%) e mulheres (5,9%), no Sul. Na Região Centro-Oeste, os percentuais foram de 8,2% para homens e 7,9% para mulheres.

A respeito do analfabetismo, analisaram-se também indicadores referentes ao analfabetismo funcional. Uma pessoa é considerada alfabetizada funcional se é capaz de utilizar a leitura e a escrita para continuar aprendendo e se aperfeiçoando. A taxa de analfabetismo funcional é representada pela proporção de pessoas de 15 anos ou mais de idade com menos de 4 anos de estudo completos.



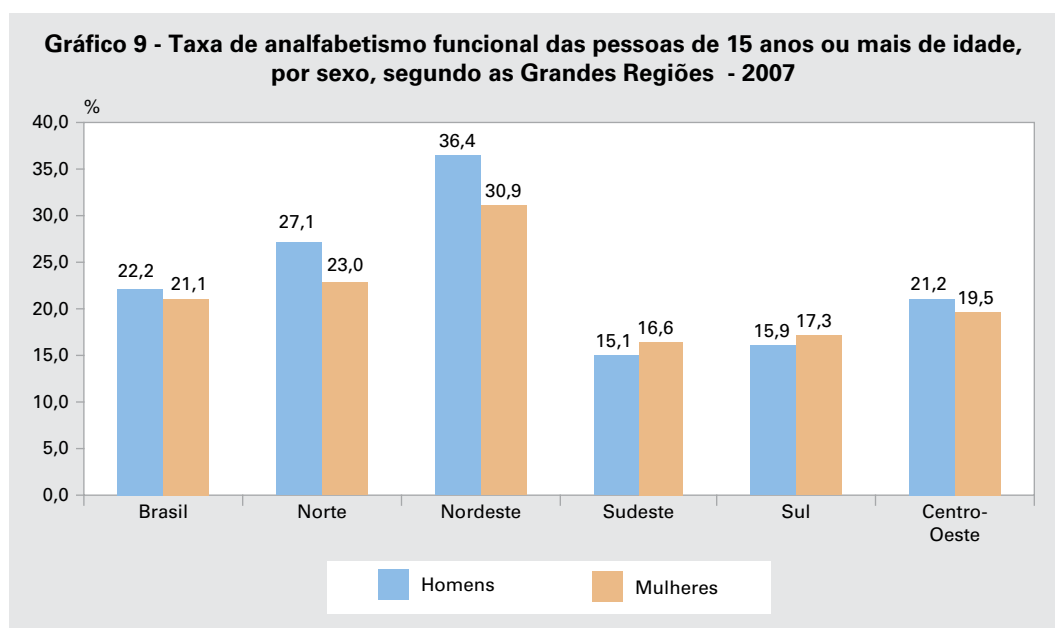
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007.

Em 2007, 21,6% das pessoas de 15 anos ou mais de idade eram classificadas como analfabetas funcionais, contra 22,2% em 2006. As Regiões Norte e Nordeste registraram as maiores taxas de analfabetismo funcional: 25,0% e 33,5%, respectivamente.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006-2007.

A taxa de analfabetismo funcional masculina superou a feminina em 1,1 ponto percentual: 22,2% a dos homens contra 21,1% das mulheres. Nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste os homens também registraram taxas maiores que as das mulheres, enquanto nas Regiões Sudeste e Sul, a taxa de analfabetismo funcional das mulheres foi maior que a dos homens.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007.

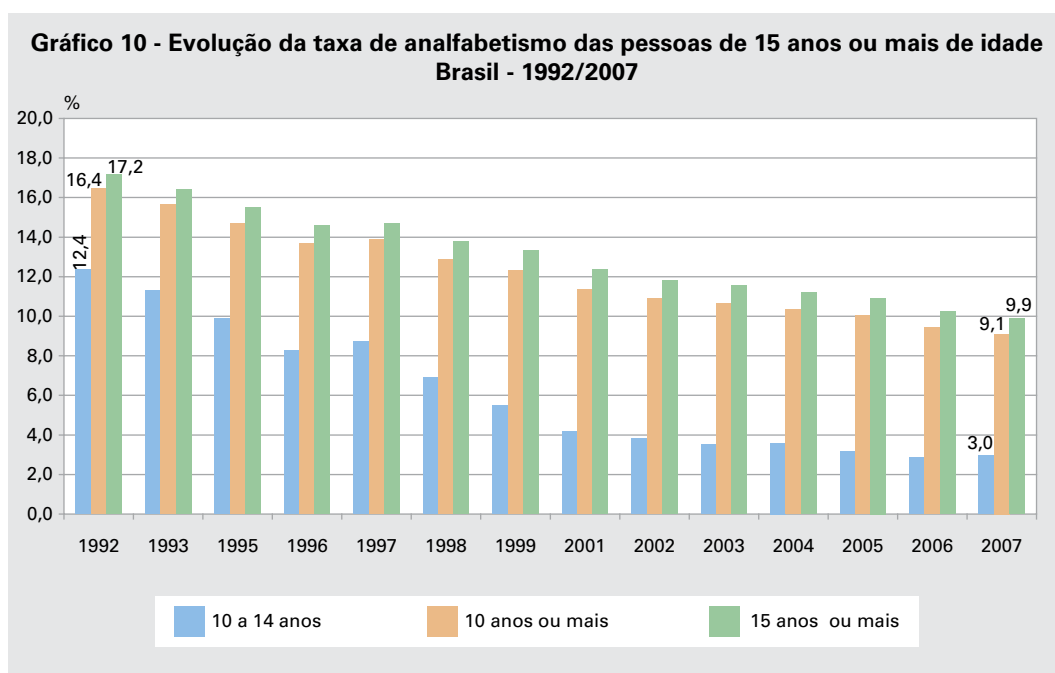
Evolução temporal

(indicadores de 2004 a 2007 harmonizados com cobertura geográfica existente até 2003)

Nos últimos 15 anos, observaram-se avanços significativos na educação no Brasil. A taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, que era de 17,2%, em 1992, passou para 9,9%, em 2007, correspondendo a 14,0 milhões de pessoas na condição de analfabetas. A queda dessa taxa foi observada em todas as Grandes Regiões investigadas pela PNAD. Foi na Região Nordeste, contudo, onde houve a maior redução da taxa de analfabetismo nesse período, de 32,7% para 19,9%, correspondendo a uma queda de 12,8 pontos percentuais. Entretanto, apesar dessa redução significativa, a Região Nordeste registrou a maior taxa dentre todas as regiões, 19,9%. As menores taxas de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade foram observadas na Região Sudeste (5,7%) e na Região Sul (5,4%). Em 1992, essas duas regiões tinham taxas de 10,9% e 10,2%, respectivamente. Em 2007, na Região Norte urbana, esse indicador foi de 8,4% e na Região Centro-Oeste, 8,1%, contra 13,1% e 14,5%, nessa ordem, em 1992.

A taxa de analfabetismo de homens e mulheres de 15 anos ou mais apresentou pequena diferença: 10,1% para os homens e 9,7% para as mulheres. No entanto, foi entre as mulheres que a taxa mais caiu, de 17,8%, em 1992, para 9,7%, em 2007 (8,1 pontos percentuais), contra 16,5% e 10,1% (queda de 6,4 pontos percentuais), respectivamente em 1992 e 2007, no caso dos homens.

Na faixa de 10 a 14 anos de idade, houve a maior queda da taxa de analfabetismo, de 12,4% para 3,0% nesses 15 anos, sendo que entre os homens a queda foi de 10,9 pontos percentuais.

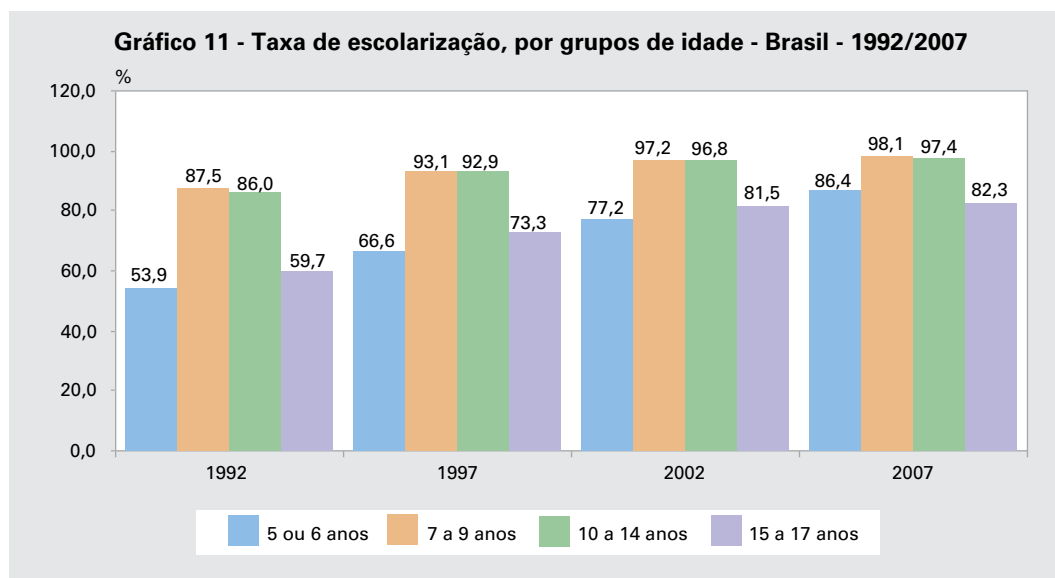


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1992/2007.

Nota: Excluída a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Outro indicador importante foi o da taxa de escolarização das pessoas de 7 a 14 anos de idade, cujo aumento foi de 11,1 pontos percentuais, passando de 86,6%, em 1992, para 97,7%, em 2007, o que representou um contingente de aproximadamente, 27 milhões de estudantes nessa faixa de idade em 2007.

Dentre as regiões, o crescimento mais significativo da taxa de escolarização foi na Região Nordeste, que era de 79,7%, em 1992, subindo para 97,1%, o que equivaleu a um aumento de 17,4 pontos percentuais no período. Na Região Sudeste, registrou-se a menor variação desse indicador, 7,2 pontos percentuais - de 90,9% para 98,1%. Entretanto, é na Região Sudeste onde se encontra o maior número absoluto de estudantes, 10,8 milhões; enquanto, na Região Centro-Oeste, esse contingente é de cerca de 2,0 milhões de estudantes.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1992/2007.

Nota: Exclusive as pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Analisando as diversas faixas de idade, observou-se o crescimento de 32,5 pontos percentuais da taxa de escolarização das pessoas de 5 ou 6 anos de idade, sendo maior entre os homens, 33,6 pontos percentuais. Em 2007, a taxa de escolarização daqueles de 5 ou 6 anos de idade foi de 86,4 %, contra 53,9% em 1992.

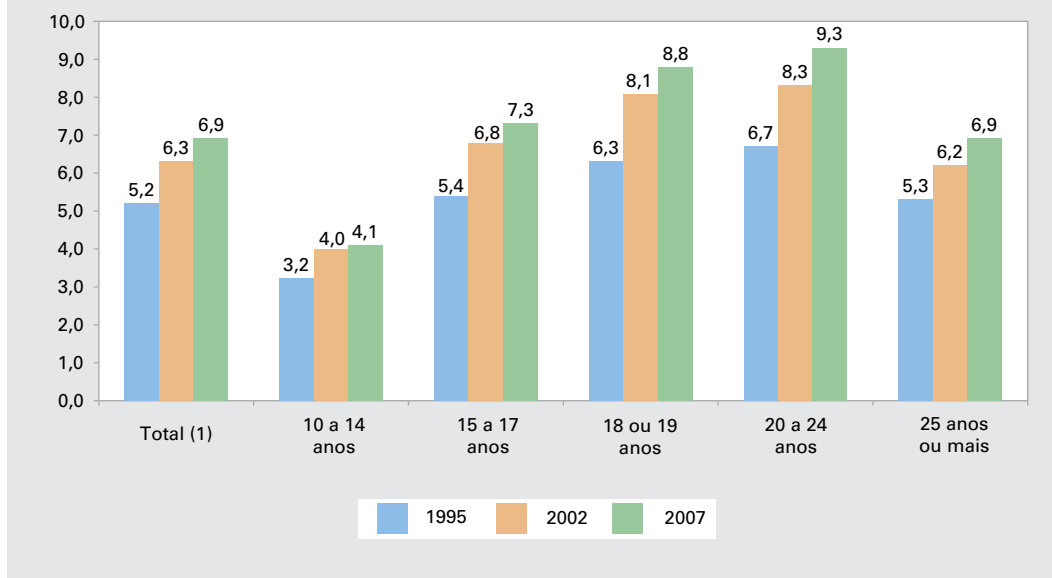
Na faixa de 15 a 17 anos de idade, também houve um avanço substancial, com crescimento de 22,6 pontos percentuais da taxa de escolarização, de 59,7% para 82,3%. Em 2007, o número de estudantes nessa faixa de idade atingiu 8,3 milhões de pessoas. Também nesse grupo de idade, a elevação dessa taxa foi mais intensa entre os homens, 24,7 pontos percentuais.

Em 2007, as maiores taxas de escolarização foram observadas nas faixas de 7 a 9 e 10 a 14 anos de idade, respectivamente, 98,1% e 97,4%. Em 2007, isso representou 10,0 milhões de estudantes de 7 a 9 anos e 17 milhões de estudantes de 10 a 14 anos.

Entre as crianças e adolescentes de 7 a 14 anos de idade, a taxa de escolarização já estava acima de 97% desde 2003, chegando a 97,7% em 2007, quando o número de estudantes dessa faixa de idade foi de 27,0 milhões de pessoas. Nas Regiões Sudeste e Sul, a taxa foi de 98,1% e 98,0%, respectivamente. Nas Regiões Centro-Oeste e Nordeste, esse indicador atingiu 97,7% e 97,1%, nessa ordem; enquanto a menor taxa foi observada na Região Norte urbana.

Com relação ao número médio dos anos de estudo, em 1995, esse indicador foi de 5,2 anos entre as pessoas de 10 anos ou mais de idade, atingindo 7,0 em 2007. No grupo de 20 a 24 anos de idade, essa média foi de 6,7 anos em 1995 e de 9,3 anos em 2007, enquanto entre as pessoas de 25 anos ou mais de idade, essa média cresceu de 5,3 anos para 6,9 anos, de 1995 a 2007.

Gráfico 12 - Número médio dos anos de estudo das pessoas de 10 anos ou mais de idade, segundo os grupos de idade - Brasil - 1995/2007



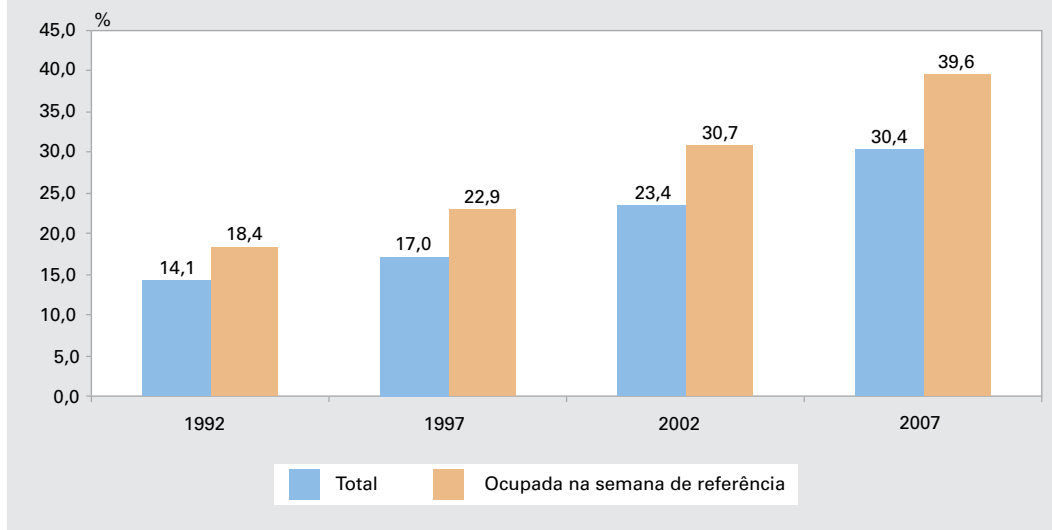
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1995/2007.

Nota: Excluídas as pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

(1) Inclusive as pessoas com idade ignorada.

Nos últimos 15 anos, o percentual total de pessoas com 11 anos ou mais de estudo na população de 10 anos ou mais de idade passou de 14,1%, em 1992, para 30,4%, em 2007 (aumento de 16,3 pontos percentuais). Já entre aqueles ocupados na semana de referência, esse indicador teve elevação de 21,2 pontos percentuais, passando de 18,4%, para 39,6% no período.

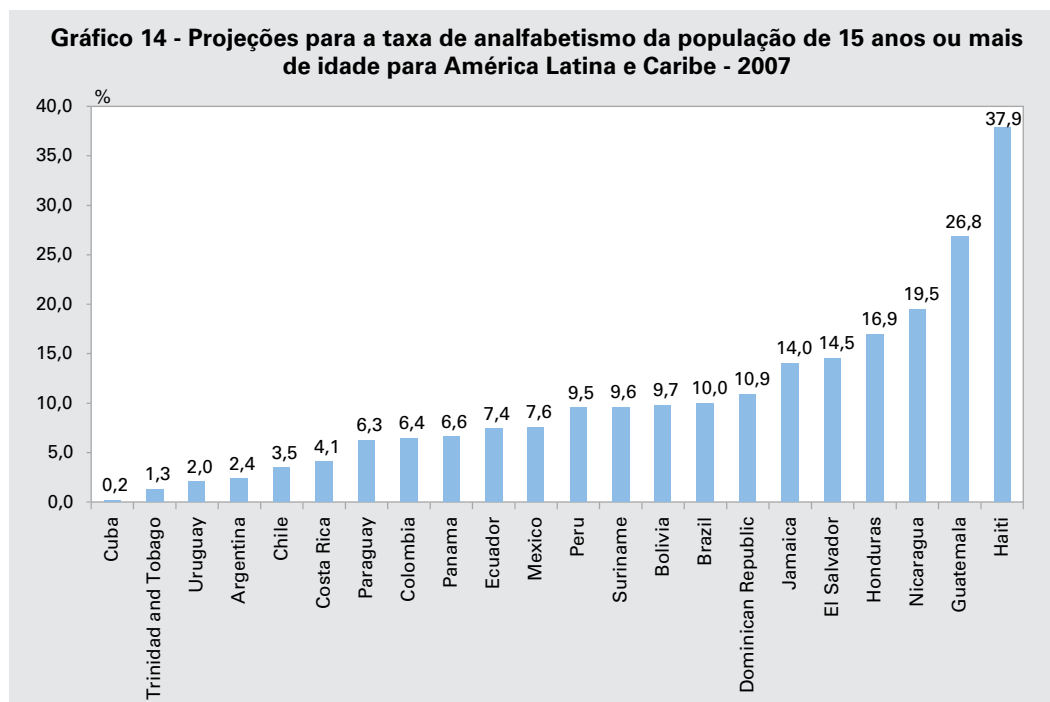
Gráfico 13 - Percentual de pessoas com 11 anos ou mais de estudo na população de 10 anos ou mais de idade, total e ocupada na semana de referência Brasil - 1992/2007



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1992/2007.

Nota: Excluídas as pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

O gráfico a seguir resultou de estudo realizado pela UNESCO, em que são obtidas projeções para as taxas de analfabetismo dos diversos países.



Fonte: National literacy rates for youths (15-24) and adults (15+). Paris: Unesco, 2008. Disponível em: <http://stats.uis.unesco.org/unesco/TableViewer/tableView.aspx?ReportId=210&IF_Language=eng>. Acesso em: ago. 2008.

Nota: O dado referente ao Brasil foi estimado pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007.

Situação do mercado de trabalho

Panorama recente

Em 2007, segundo os dados da PNAD, havia, no Brasil, 159 milhões de pessoas em idade ativa, ou seja, com 10 anos ou mais de idade. Este resultado registra um contingente 2,0% acima do estimado em 2006. Entre as pessoas em idade ativa, em 2007, 62,0% (taxa de atividade) estavam inseridas no mercado de trabalho, sendo que na condição de ocupadas eram 57,0% e na de desocupadas, 5,1%. Em 2006, a taxa de atividade foi estimada em 62,4%, com 57,2% das pessoas com 10 anos ou mais ocupadas e 5,3%, desocupadas.

Embora o nível de ocupação das pessoas com 10 anos ou mais de idade (percentual de pessoas ocupadas com 10 anos ou mais de idade) tenha registrado ligeira redução, neste período, de 57,2% para 57,0%, o total de pessoas ocupadas cresceu 1,6%, totalizando 90,8 milhões de pessoas, em 2007. O nível de ocupação para os homens (68,0%) era mais elevado do que o registrado para as mulheres (46,7%).

Em relação à população desocupada, além da pequena variação negativa verificada no nível de desocupação (percentual de pessoas desocupadas com 10 anos ou mais de idade) entre 2006 e 2007, foi observada também redução do contingente, de 8,2 para 8,1 milhões de pessoas (-1,8%), neste mesmo período. A população desocupada se divide entre os que já trabalharam anteriormente (70,5%) e os que nunca trabalharam (29,5%), sendo que, estes últimos, registraram elevação de 2,1% em relação ao contingente de 2006 e, os primeiros, queda de 3,4%.

A taxa de desocupação, proporção de pessoas desocupadas no total de pessoas economicamente ativas, foi de 8,2%. Em 2006, esta estimativa foi de 8,4%. Para os homens (6,1%), a taxa estimada era menor que do que a das mulheres (10,8%).

Tabela 5 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por Grandes Regiões, segundo a condição de atividade e de ocupação na semana de referência - 2006-2007

Condição de atividade e de ocupação na semana de referência	Pessoas de 10 anos ou mais de idade (1 000 pessoas)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
2006						
População em idade ativa	156 284	11 815	42 089	68 054	23 242	11 084
Economicamente ativas	97 528	7 193	25 549	42 351	15 446	6 989
Ocupadas	89 318	6 684	23 432	38 274	14 523	6 405
Desocupadas	8 210	509	2 117	4 077	923	584
Não-economicamente ativas	58 755	4 622	16 540	25 703	7 795	4 095
2007						
População em idade ativa	159 361	12 135	42 878	69 317	23 703	11 328
Economicamente ativas	98 846	7 302	25 772	42 784	15 704	7 284
Ocupadas	90 786	6 735	23 647	38 917	14 792	6 696
Desocupadas	8 060	567	2 125	3 867	912	588
Não-economicamente ativas	60 515	4 833	17 106	26 533	7 999	4 044

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006-2007.

A população não-economicamente ativa (pessoas que não trabalharam nem procuraram por trabalho na última semana de setembro) cresceu 3,0%, passando de 58,8 para 60,5 milhões de pessoas fora da força de trabalho.

Em termos regionais, entre 2006 e 2007, foi observado aumento da população em idade ativa para todas as Grandes Regiões, com destaque para a Região Norte (2,7%). O total de ocupados também apresentou crescimento em todas as regiões, destacando-se a Região Centro-Oeste, que registrou um aumento de 4,2%. O expressivo aumento relativo da população ocupada nesta região teve reflexos no nível de ocupação, sendo a única região que registrou aumento deste indicador, de 57,8%, em 2006, para 59,1%, em 2007. Nas Regiões Sul (62,4%) e Sudeste (56,1%), não houve alteração na proporção de pessoas ocupadas no total de pessoas com 10 anos ou mais de idade e, nas Regiões Nordeste (55,1%) e Norte (55,5%), a queda da estimativa foi de 0,6 e 1,1 ponto percentual, respectivamente.

Em relação à população desocupada foi observado comportamento diferenciado entre as regiões. Enquanto nas Regiões Sudeste e Sul houve queda do contingente (-5,1% e -1,3%), nas demais houve crescimento, com destaque para o Norte (11,4%). O aumento foi mais discreto no Nordeste (0,4%) e no Centro-Oeste (0,8%). Quanto à taxa de desocupação, na Região Sul, foi registrada a menor taxa (5,8%) e, na Sudeste, a maior (9,0%). Em relação ao ano anterior, a taxa de desocupação na Região Nordeste não variou (8,2%), na Região Norte houve elevação (de 7,1% para 7,8%), e houve queda nas Regiões Sudeste (de 9,6% para 9,0%), Sul (de 6,0% para 5,8%) e Centro-Oeste (de 8,4% para 8,1%).

Na população não-economicamente ativa (pessoas que não participavam do mercado de trabalho) apenas a Região Centro-Oeste registrou queda no contingente, 1,2%.

Desagregando a população ocupada, os dados de 2007 mostram que, no Brasil, esta população era, em sua maioria, composta por homens (57,7%), enquanto, na população com 10 anos ou mais, os homens correspondiam a menos da metade (48,4%).

A distribuição da população ocupada do País, por faixa etária, foi como segue: de 10 a 14 anos, 1,8%; de 15 a 19 anos, 7,4%; de 20 a 24 anos, 12,4%; de 25 a 39 anos, 37,7%; de 40 a 59 anos, 34,1%; e de 60 anos ou mais de idade, 6,6%. Em relação a 2006, os grupos etários mais elevados foram os que apresentaram variação positiva no número de ocupados, em especial o grupo de 40 a 49 anos de idade (3,8%) e de 50 a 59 anos de idade (2,8%). Por outro lado, a população ocupada de 10 a 14 anos e de 15 a 17 reduziu, a primeira em 7,1% e a segunda em 2,6%.

Assim como observado para o total de pessoas com 10 anos ou mais de idade, em 2007, a população ocupada mostrou uma maior escolarização do que observado em 2006. Para as pessoas ocupadas sem instrução e com menos de 1 ano de estudo, para as que tinham de 1 a 3 anos e as que tinham de 4 a 7 anos de estudo foi registrada redução no número de pessoas (-1,5 %, -2,4% e -4,2%, respectivamente). A população ocupada com 8 a 10 anos de estudo cresceu em 5,4% e, aquela com 11 anos ou mais de estudo registrou aumento de 5,9%.

Foi observado, nas cinco Grandes Regiões e para ambos os sexos, o aumento do total de ocupados em grupos de anos de estudo mais elevados. Contudo, vale destacar que, embora menor que em 2006, a Região Nordeste ainda registra um elevado percentual (16,8 %) de pessoas ocupadas que sequer completou um ano de estudo. Nas Regiões Sudeste e Sul, o percentual da população ocupada com menos de 1 ano de estudo foi de 4,6% e 4,4%, respectivamente.

Tabela 6 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade e pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, segundo os grupos de anos de estudo Brasil - 2006-2007

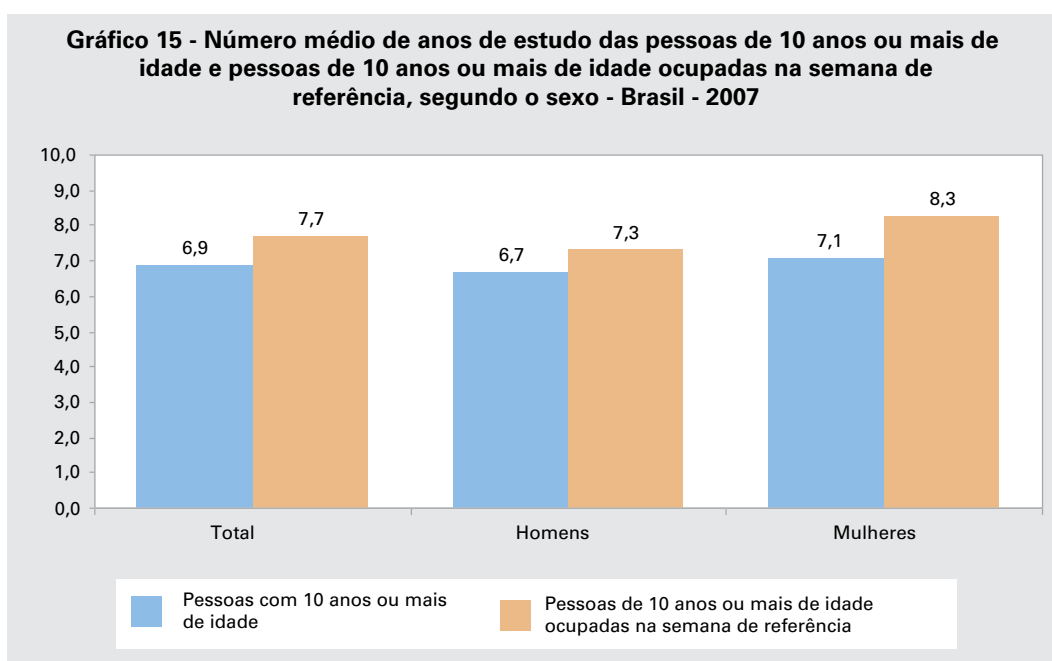
Grupos de anos de estudo	Pessoas com 10 anos ou mais de idade			
	Total		Ocupadas na semana de referência	
	2006	2007	2006	2007
Total	156 284	159 361	89 318	90 786
Sem instrução e menos de 1 ano	15 866	16 053	7 771	7 653
1 a 3 anos	21 079	21 208	9 612	9 386
4 a 7 anos	48 117	46 758	23 388	22 406
8 a 10 anos	25 759	27 092	14 808	15 610
11 anos ou mais	45 160	47 924	33 543	35 530

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006-2007.

A distribuição da população ocupada entre os grupos de anos de estudo mostra que 39,1% tinham 11 anos ou mais de estudo; 17,2%, de 8 a 10 anos de estudo; 24,7%, de 4 a 7 anos de estudo; 10,3%, de 1 a 3 anos de estudo; e, 8,4% encontravam-se no grupo sem instrução e menos de 1 ano de estudo. Em relação à população com 10 anos ou mais de idade, este resultado mostra que a população ocupada apresentou uma proporção maior de pessoas no grupo com 11 anos ou mais de estudo, uma vez que, na população de 10 anos ou mais de idade, este percentual foi de 30,1%. Por sexo, para as mulheres, esta concentração de pessoas ocupadas no grupo mais elevado

de escolaridade é ainda maior. No total de mulheres com 10 anos ou mais de idade, 32,0% possuíam 11 anos ou mais de idade e na população ocupada este percentual subia para 45,7%. Desta forma, a escolaridade parece ser fator decisivo para a entrada da mulher no mercado de trabalho.

Outra forma de ver a maior escolarização da população ocupada em relação à população com 10 anos ou mais, especialmente para as mulheres, é através do número médio de anos de estudo. Conforme pode ser observado no Gráfico 15, a seguir, este indicador é maior para a população ocupada (7,7 anos) do que para o total de pessoas com 10 anos ou mais de idade (6,9 anos), e a diferença é ainda maior quando o universo é a população feminina. As mulheres ocupadas tinham, em 2007, em média, 8,3 anos de estudo e as mulheres em idade ativa tinham 7,1 anos de estudo. Nas cinco Grandes Regiões, foi observado o mesmo comportamento.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007.

Em relação às características do trabalho, foi verificado que 19,7% das pessoas ocupadas trabalhavam 49 horas ou mais semanais, sendo que, entre os homens, este percentual era ainda maior (24,4%). Apenas 6,5% da população ocupada trabalhavam até 14 horas semanais e, entre as mulheres, este percentual foi de 10,9%.

No Brasil, a atividade agrícola apresentou redução de contingente de pessoas ocupadas de 4,0%, de 2006 para 2007. Em 2006, o total de pessoas envolvidas nesta atividade era de 17,2 milhões (19,3% da população ocupada) e, em 2007, caiu para 16,6 milhões (18,3% do total de ocupados). Apenas na Região Centro-Oeste, não houve redução do contingente ocupado na atividade agrícola, que variou positivamente em 4,0%. Em termos das participações no total de ocupados, as reduções ocorreram mais fortemente no Sudeste (-7,0%) e no Sul (-6,3%), sendo que a atividade agrícola no Sudeste ocupava apenas 8,9% das pessoas ocupadas e no Sul, 19,5%. A Região Nordeste foi a que registrou a maior parcela de pessoas ocupadas em atividades agrícolas (32,5%).

No Brasil, no grupamento da indústria foram contabilizadas 13,8 milhões de pessoas em setembro de 2007, totalizando um contingente 4,6% acima do observado no ano anterior. Quase todas as regiões apresentaram o mesmo movimento, a exceção ficou com a Região Norte. No Brasil, este grupamento respondia por 15,3% da população ocupada.

A Construção apresentou aumento do número de ocupados em 4,6% e correspondia a 6,7% do pessoal ocupado, em 2007, no Brasil. Foi verificado aumento de contingente em todas as Grandes Regiões.

Tabela 7 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por Grandes Regiões, segundo os grupamentos de atividade do trabalho principal - 2007

Grupamentos de atividade do trabalho principal	Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total (1)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Agrícola	18,3	21,9	32,5	8,9	19,5	16,3
Indústria	15,3	12,9	10,0	18,3	18,4	11,5
Indústria de transformação	14,4	11,9	9,3	17,4	17,7	10,7
Construção	6,7	7,1	5,9	7,1	6,4	7,6
Comércio e reparação	18,0	18,8	16,5	18,7	17,8	18,6
Serviços	41,6	38,8	34,8	46,8	37,8	46,0
Serviços domésticos	7,4	6,9	6,8	8,0	6,4	8,8

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007.

(1) Inclusive as pessoas com atividade maldefinida ou não-declarada.

No comércio e reparação, em setembro de 2007, estavam alocados 16,3 milhões de trabalhadores, representando 18,0% da população ocupada. Em relação a 2006, houve um acréscimo de contingente de 3,6%. Todas as regiões apresentaram aumentos ante o ano anterior, que variaram de 2,8% na Região Sul a 4,0% na Região Norte.

Em 2007, o grupamento dos serviços ocupava 37,7 milhões de pessoas, 1,9% superior ao total estimado em 2006. A Região Sudeste era a que tinha a maior participação de pessoas ocupadas neste grupamento, 46,9%, no total de pessoas ocupadas naquela região. No Brasil, o serviço doméstico, que está incluído neste grupamento, correspondia a 7,4% dos trabalhadores. Além do serviço doméstico, estão inseridas neste grupamento as atividades relacionadas à: alojamento e alimentação; transporte, armazenagem e comunicação; administração pública; educação, saúde e serviços sociais, outros serviços coletivos, sociais e pessoais; e outras atividades.

Outra característica importante para analisar o mercado de trabalho é a forma como os trabalhadores estão, nele, inseridos. Segundo os dados da PNAD 2007, 35,3% dos trabalhadores eram empregados com carteira de trabalho assinada, totalizando 32,0 milhões de pessoas. Em 2005, este percentual foi de 33,1% e, em 2006, aumentou para 33,8%. As cinco Grandes Regiões apresentaram o mesmo comportamento, com destaque para o Nordeste, que registrou elevação do número de pessoas trabalhando com carteira assinada em 8,5%, enquanto, no Brasil, esse contingente aumentou em 6,1%.

Os militares e funcionários públicos estatutários representavam 6,8% da população ocupada do Brasil, o que correspondia a 6,2 milhões de pessoas (5,0% a mais que em 2006).

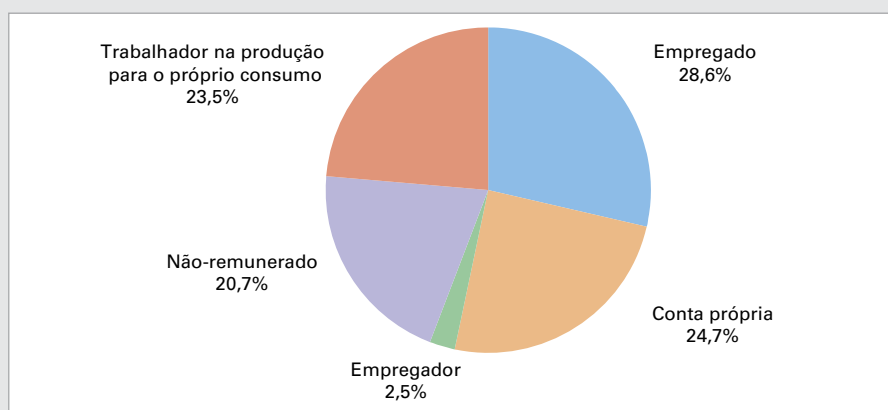
Apesar da queda (-0,7%) do número de empregados sem carteira de trabalho assinada (incluindo trabalhadores domésticos), o contingente ainda era elevado, 20,6 milhões de pessoas, ou 22,7% do total de pessoas ocupadas. As Regiões Norte e Sul não acompanharam o movimento de queda das demais regiões. No Norte, houve crescimento de 3,1% no total de pessoas contratadas sem carteira de trabalho e, no Sul, aumento de 3,7%.

O contingente de trabalhadores por conta própria, no Brasil, estimado em 19,2 milhões, aumentou ligeiramente (1,5%) em relação ao ano anterior e não variou sua participação no total de ocupados, 21,2%. As Regiões Norte e Nordeste são as que apresentaram as maiores proporções de pessoas ocupadas trabalhando nesta categoria, cerca de 25% do total.

O total de trabalhadores não-remunerados foi contabilizado em 5,3 milhões de pessoas, 1,7% menor que o observado em 2006. Houve redução, também, na participação destes trabalhadores na população ocupada, que em 2006 foi de 6,0% e, em 2007, foi de 5,8%.

Considerando as categorias de posição na ocupação em atividade agrícola, foi verificado que 23,5% das pessoas ocupadas eram trabalhadores na produção para o próprio consumo e 20,7% eram trabalhadores não-remunerados. Em relação a 2006, as participações destas categorias na população ocupada não variaram. Entretanto, a participação dos empregados (28,6%) aumentou em relação ao ano anterior e a de trabalhadores por conta própria (24,7%) reduziu. A Região Sul foi a que apresentou o maior percentual de trabalhadores não-remunerados, 26,7%, seguida pela Região Norte, 26,1%.

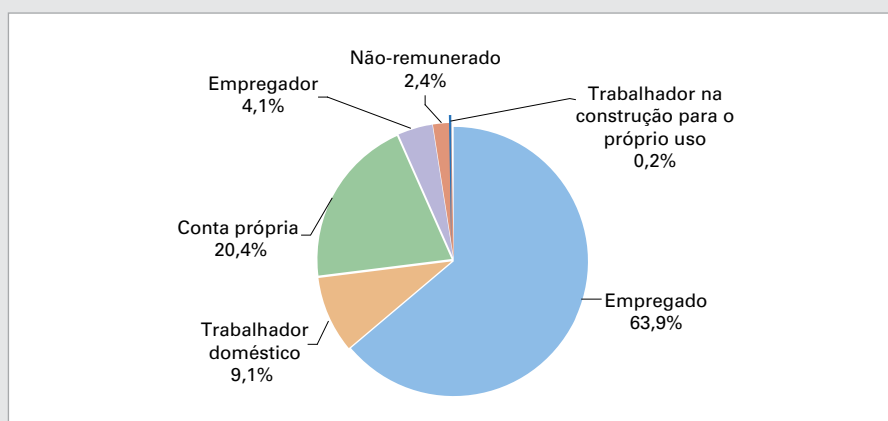
Gráfico 16 - Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas em atividade agrícola no trabalho principal da semana de referência - Brasil - 2007



De 2006 para 2007, a proporção de pessoas com carteira de trabalho assinada no contingente de pessoas ocupadas em atividade agrícola passou de 9,2% para 10,1%. Entre as cinco Grandes Regiões, o Sudeste apresentou a maior proporção de empregados com carteira de trabalho assinada nesta atividade, ou seja, 23,1% das pessoas que trabalhavam em atividade agrícola tinham carteira de trabalho assinada. Na Região Norte, cabe destacar a baixa proporção de empregados com carteira de trabalho, 3,5%, e a elevada participação dos trabalhadores por conta própria (31,4%) e dos trabalhadores não-remunerados (26,1%).

As atividades não-agrícolas correspondiam a 81,7% das ocupações, ou, em valores absolutos, 74,2 milhões de pessoas ocupadas, 3,0% a mais que em 2006. A maioria dos trabalhadores estava inserida no mercado de trabalho como empregados (63,8%) e, em relação a 2006, esta participação foi maior (62,8%). Os trabalhadores domésticos representavam 9,1% do total de trabalhadores (9,4% em 2006), os trabalhadores por conta própria correspondiam a 20,4% (20,2% em 2006). Nestas atividades, a incidência de trabalhadores não-remunerados (2,5%) era muito inferior a encontrada para atividades agrícolas. A proporção de trabalhadores na construção para o próprio uso (0,2%) também era bastante reduzida.

Gráfico 17 - Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas em atividade não-agrícola no trabalho principal da semana de referência - Brasil - 2007



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007.

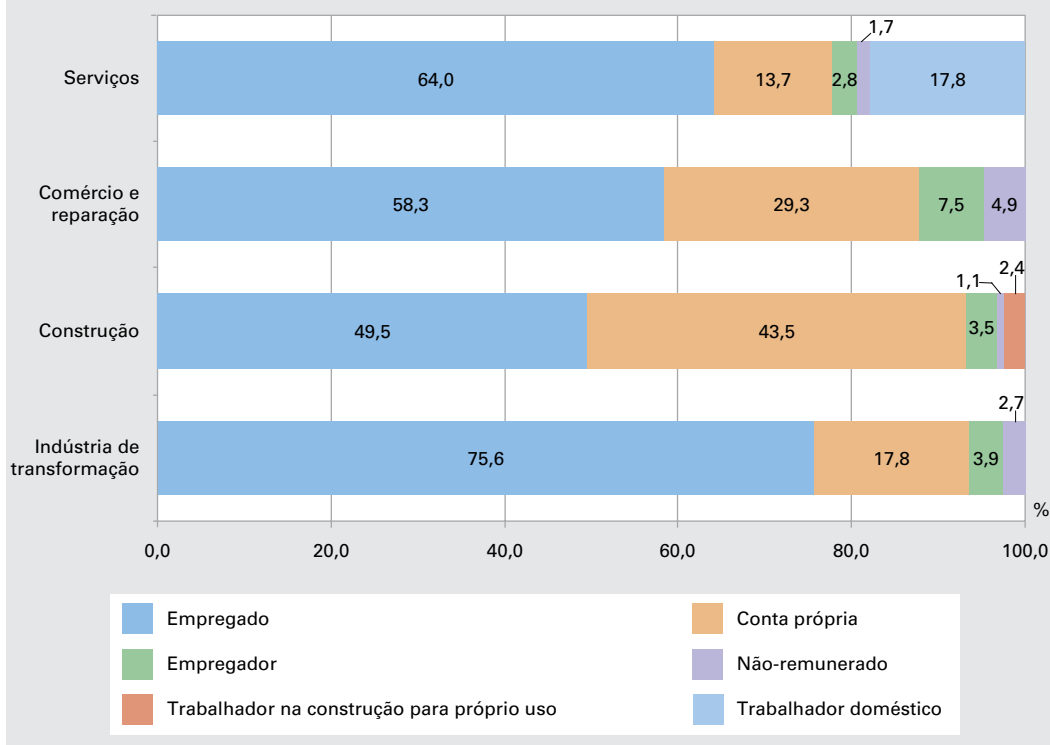
Entre os grupamentos de atividade não-agrícola, a indústria de transformação, que engloba 14,4% das pessoas ocupadas, registrou 75,6% de empregados (73,9% em 2006). A parcela das pessoas ocupadas neste grupamento como trabalhador por conta própria correspondia a 18,4%, em 2006, caindo para 17,8% em 2007. O percentual de empregadores é relativamente pequeno (3,9%), assim como de trabalhadores não-remunerados (2,7%).

Na construção, a parcela referente aos empregados foi de 49,5%, inferior a de 2006 (50,5%). A posição na ocupação que ganhou peso neste grupamento foi a de trabalhadores por conta própria, de 42,0%, em 2006, para 43,5%, em 2007. Os trabalhadores na construção para o próprio uso representavam 2,4% do total de ocupados na construção, e mantiveram a mesma participação observada em 2006.

O grupamento do comércio e reparação registrou aumento de 1,1 ponto percentual na participação de empregados em seu total de ocupados, atingindo 58,3%, em 2007. Neste grupamento, 29,3% das pessoas ocupadas eram trabalhadores por conta própria, apresentando ligeiro aumento em relação a 2006 (29,1%). Para os empregadores (7,5%) e para os não-remunerados (4,9%), houve queda na participação relativa.

O grupamento dos serviços inclui o serviço prestado pelo trabalhador doméstico, que representava 17,8% das pessoas ocupadas nos serviços. Em confronto com 2006, houve retração deste percentual (18,3%). Foi observada elevação da participação de empregados, de 63,2% para 64,0%.

Gráfico 18 - Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na indústria de transformação, na construção, no comércio ou reparação e nos serviços no trabalho principal da semana de referência, segundo as categorias de posição na ocupação - Brasil - 2007



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007.

Evolução temporal

(indicadores de 2004 a 2007 harmonizados com cobertura geográfica existente até 2003)

Os dados da série histórica harmonizada da proporção de pessoas ocupadas no total de pessoas com 10 anos ou mais de idade mostraram estabilidade do indicador, em torno de 57,5%, até 1995, seguida de uma forte queda, para 55,1%, em 1996. Entre 1996 e 2001, o nível de ocupação apresentou oscilações positivas e negativas, mas sem grande expressão, contudo, em 2002, foi possível observar recuperação do

indicador que alcançou o percentual de 55,7%. Em 2003, o nível de ocupação mostrou uma ligeira queda e, a partir de 2004, apresentou tendência de crescimento, atingindo o patamar dos 57,0% em 2006. Em 2007, apresentou uma ligeira retração para 56,9%, e o crescimento da população ocupada de 1,8%, em relação a 2006, foi inferior ao da população em idade ativa de 2,0%, resultando na variação negativa do nível de ocupação. Em suma, de 1996 a 2007, o nível de ocupação passou de 55,1% para 56,9%, mostrando uma recuperação, mas não alcançando os percentuais estimados para o início da década de 1990.

A série do nível de ocupação desagregada por sexo mostrou comportamento diferenciado para homens e mulheres. Enquanto para os homens, a tendência do nível de ocupação foi de queda, para as mulheres, foi de elevação. Em 15 anos, o nível de ocupação dos homens caiu de 72,4%, em 1992, para 67,8%, em 2007. Neste mesmo período, o nível de ocupação das mulheres cresceu de 43,4% para 46,7%. A diferença do indicador, entre os sexos, ainda é relevante, mas os dados mostram um processo, mesmo que lento, de redução desta diferença. Desde a década de 1980, as mulheres vêm impondo um forte ritmo de entrada no mercado de trabalho.

Tabela 8 - Nível da ocupação, na semana de referência, das pessoas de 10 anos ou mais de idade, segundo o sexo - Brasil - 1992/2007

Sexo	Nível da ocupação, na semana de referência, das pessoas de 10 anos ou mais de idade (%)													
	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Total	57,5	57,3	57,6	55,1	55,4	54,8	55,1	54,8	55,7	55,4	56,3	56,8	57,0	56,9
Homens	72,4	71,9	71,3	69,0	69,2	68,3	67,9	67,4	67,8	67,2	67,9	68,1	68,0	67,8
Mulheres	43,4	43,5	44,6	41,9	42,5	42,0	43,0	43,1	44,4	44,4	45,5	46,4	46,8	46,7

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1992/2007.

Nota: Excluídas as pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Na comparação do nível de ocupação, por grupos etários, entre os anos de 1997 e 2007, percebeu-se redução para os grupos etários até 20 anos, enquanto, para os grupos de idade entre 20 e 59 anos, o nível de ocupação cresceu no período e para aqueles com 60 anos ou mais, também, houve queda da proporção de pessoas ocupadas. Por sexo, o comportamento foi diferente. O nível de ocupação para a população masculina foi menor em todos os grupos etários analisados, exceto para aqueles com idade entre 50 e 59 anos, em que o nível passou de 79,1% para 79,2%, indicando, praticamente, a estabilidade. As quedas foram mais intensas nos grupos etários mais jovens. Para a população feminina, o nível de ocupação reduziu somente nos grupos etários mais jovens, até 20 anos, e cresceu em todos os demais, inclusive para o grupo de 60 anos ou mais de idade, que, na soma dos dois sexos, havia diminuído.

Em relação aos grupamentos de atividade, houve alteração na distribuição da população ocupada ao longo dos últimos 10 anos. O grupamento dos serviços foi, em 1997,

o que registrou o maior percentual de pessoas (37,9%). Esse comportamento seguiu sendo observado com maior intensidade. Em 2007, passou a ocupar 42,0% dos trabalhadores. Dentro do grupamento de serviços está inserido o serviço doméstico, que correspondia, em 2007, a 7,5% das pessoas ocupadas, percentual similar ao de 1997 (7,6%).

Tabela 9 - Nível da ocupação na semana de referência das pessoas de 10 anos ou mais de idade, segundo os grupos de idade - Brasil - 1997/2007

Grupos de idade	Nível da ocupação na semana de referência das pessoas de 10 anos ou mais de idade (%)					
	Total		Homens		Mulheres	
	1997	2007	1997	2007	1997	2007
Total	55,4	56,9	69,2	67,8	42,5	46,7
10 a 14 anos	15,0	8,5	20,1	11,2	9,8	5,7
15 a 17 anos	37,7	29,8	48,3	37,3	27,0	22,0
18 ou 19 anos	54,2	52,6	66,7	63,3	41,7	41,6
20 a 24 anos	66,5	66,8	81,5	78,1	51,8	55,6
25 a 29 anos	71,6	74,8	88,8	87,4	55,5	63,1
30 a 39 anos	75,6	78,3	91,9	91,1	60,5	66,6
40 a 49 anos	74,2	77,2	90,2	89,6	59,5	66,0
50 a 59 anos	61,2	64,3	79,1	79,2	44,9	51,0
60 anos ou mais	30,8	29,6	45,8	42,6	18,6	19,3

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1997/2007.

Nota: Exclui as pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

O percentual de pessoas trabalhando no grupamento do comércio e reparação passou de 15,9% para 18,2%, sendo o segundo maior em termos de número de pessoas ocupadas.

A parcela de pessoal ocupado, em 1997, na atividade agrícola era de 24,4%. Em 2007, devido a sucessivas reduções no contingente de pessoas ocupadas nesta atividade, o percentual caiu para 17,5%. A redução foi percebida especialmente para as mulheres.

Tabela 10 - Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por sexo, segundo os grupamentos de atividade do trabalho principal - Brasil - 1997/2007

Grupamentos de atividade do trabalho principal	Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência (%)					
	Total		Homens		Mulheres	
	1997	2007	1997	2007	1997	2007
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Agrícola	24,4	17,5	27,1	20,6	20,2	13,2
Indústria	14,6	15,3	15,8	17,2	12,7	12,8
Construção	6,9	6,8	11,2	11,4	0,4	0,5
Comércio e reparação	15,9	18,2	17,5	19,3	13,5	16,7
Serviços	37,9	42,0	27,9	31,2	53,2	56,8
Serviços domésticos	7,6	7,5	0,9	0,8	17,8	16,6

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1997/2007.

Notas: 1. Exclui as pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

2. Atividade de 1992 a 2001 harmonizada com a CNAE-Domiciliar.

Por sexo, também foram observadas mudanças significativas na composição da população ocupada no que se refere ao segmento de atividade. A atividade agrícola masculina que, em 1997, tinha peso (27,1%) muito próximo do dos serviços (27,9%), sofreu esvaziamento no número de trabalhadores, de tal forma que, em 2007, a diferença na parcela que cabia a cada um destes grupamentos chegou a quase 10 pontos percentuais. Para as mulheres, a queda na atividade agrícola foi mais intensa, passou da segunda atividade de maior percentual de ocupadas para a terceira, em 10 anos. Para elas, em relação à distribuição de pessoas ocupadas por grupamentos de atividade, foi observado aumento nos serviços (de 53,2% para 56,8%) e no comércio e reparação (de 13,5% para 16,7%).

Em 10 anos, a proporção de empregados na população ocupada aumentou de 52,1% para 57,9%, sendo que este aumento se deu principalmente para os empregados com carteira de trabalho assinada. Em 2007, este grupo representava 33,7% da população ocupada, contra 28,7%, em 1997. É interessante observar que, mesmo entre os trabalhadores domésticos, que passou de 7,6% para 7,5% entre 1997 e 2007, aqueles que tinham carteira de trabalho assinada tiveram aumento de seu peso na população ocupada.

Os trabalhadores por conta própria e os empregadores apontaram queda na participação da população ocupada no período analisado. Em 1997, os trabalhadores por conta própria correspondiam a 22,7% dos ocupados, em 2007, a 21,0%. Os empregadores registraram ligeira queda de 0,2 ponto percentual, sendo, em 2007, 3,8% da população ocupada. O trabalhador na produção para o próprio consumo, que representava 4,2% da população ocupada, praticamente não variou nos últimos 10 anos. O percentual de trabalhadores não-remunerados caiu de 9,0% para 5,5% neste mesmo período.

Tabela 11 - Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por sexo, segundo a posição na ocupação e a categoria do emprego no trabalho principal - Brasil - 1997/2007

Posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal	Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência (%)					
	Total		Homens		Mulheres	
	1997	2007	1997	2007	1997	2007
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Empregado	52,1	57,9	57,6	62,8	43,8	51,2
Com carteira de trabalho assinada	28,7	33,7	31,8	37,5	23,8	28,5
Militar e estatutário	6,5	6,9	4,9	5,2	9,0	9,2
Outro sem carteira de trabalho assinada	17,0	17,3	20,9	20,1	11,0	13,5
Trabalhador doméstico	7,6	7,5	0,9	0,8	17,8	16,6
Com carteira de trabalho assinada	1,7	2,1	0,3	0,3	3,8	4,4
Sem carteira de trabalho assinada	5,8	5,4	0,6	0,5	14,0	12,2
Conta própria	22,7	21,0	27,0	24,5	16,0	16,3
Empregador	4,0	3,8	5,3	4,9	2,1	2,4
Não-remunerado	9,0	5,5	7,2	4,2	11,8	7,4
Trabalhador na produção para o próprio consumo	4,3	4,2	1,6	2,7	8,4	6,1
Trabalhador na construção para o próprio uso	0,3	0,2	0,4	0,2	0,1	0,1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1997/2007.

Nota: Excluídas as pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Desagregando por sexo, foram verificadas algumas diferenças. Ao contrário da situação observada para a população ocupada total, foi registrada queda na proporção de mulheres que se dedicava ao trabalho para o próprio consumo, de 8,4% para 6,1%. Além disso, houve aumentos, ainda que pequenos, das proporções de mulheres que trabalhavam como trabalhadoras por conta própria (de 16,0% para 16,3%) e empregadoras (de 2,1% para 2,4%).

Com relação às horas trabalhadas, foi observada tendência de aumento da proporção de pessoas que trabalhavam entre 40 e 44 horas semanais e, queda para aqueles que trabalhavam acima de 44 horas semanais. A estabilidade foi verificada para a participação relativa dos que trabalhavam até 40 horas semanais. Em 1997, 31,9% das pessoas ocupadas trabalhavam entre 40 e 44 horas por semana, em 2007, 37,4%. A proporção de pessoas que trabalhavam acima de 44 horas por semana caiu de 41,2% para 34,8% neste período.

A diferença entre as horas semanais trabalhadas pelos homens e pelas mulheres persiste. Entretanto, foi possível perceber que enquanto a proporção de homens que trabalhavam até 40 horas aumentou (de 16,2% para 18,3%), a proporção de mulheres caiu (de 43,3% para 40,6%) entre 1997 e 2007.

Cobertura previdenciária e sindicalização

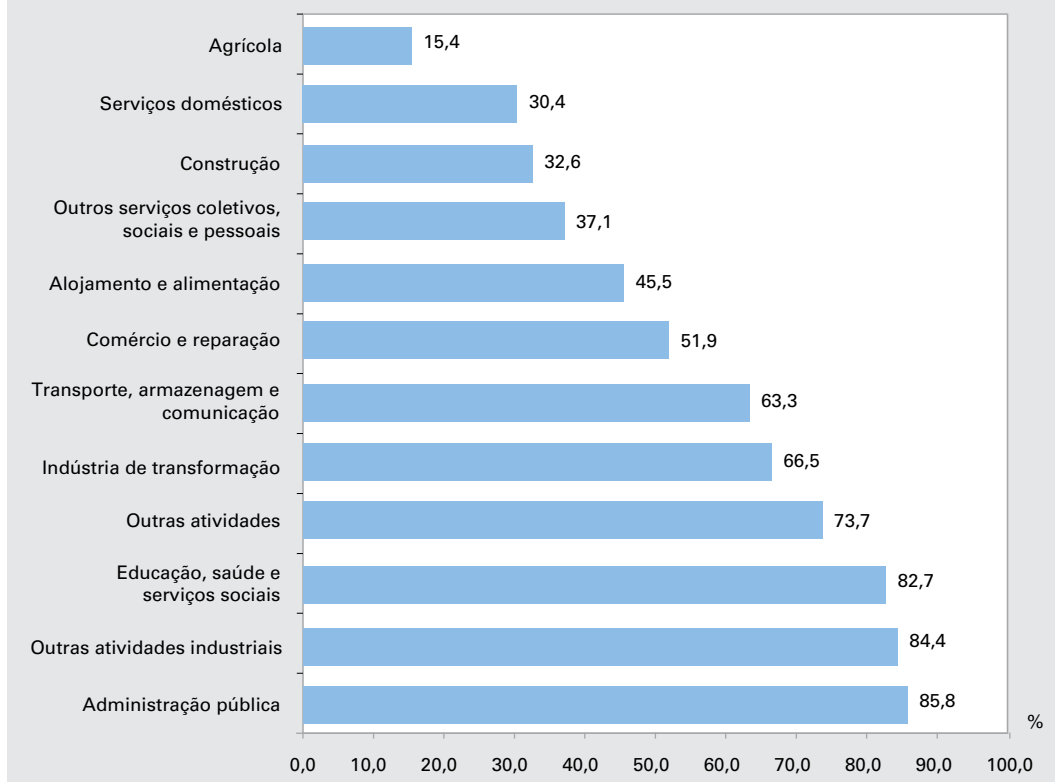
Panorama recente

Em 2007, 46,1 milhões de trabalhadores, no Brasil, contribuíam para instituto de previdência em qualquer um dos trabalhos que tinha. Em relação a 2006, foi registrado um crescimento de 5,7% deste contingente que resultou no aumento da parcela da população ocupada que contribuía para a previdência social. Em 2006, esta proporção não chegava a metade (48,8%), e em 2007, passou para 50,7%.

Em todas as cinco Grandes Regiões, foi registrado crescimento da proporção de pessoas ocupadas que contribuíam para a previdência social. A Região Sudeste foi a que apresentou o maior percentual, 61,6% e o Nordeste, o menor, 32,1%. Este resultado é reflexo da diversificada forma de inserção dos trabalhadores no mercado em cada região, pois foi a Região Sudeste que registrou o maior percentual de empregados registrados e a Nordeste o menor.

A contribuição para a previdência correspondente ao trabalho principal foi, naturalmente, menor, com 45,8 milhões de contribuintes e 5,4% maior que a registrada em 2006. A desagregação por grupamento de atividade do trabalho principal mostrou que a administração pública foi a que registrou o maior percentual de contribuintes (85,8%), pois a grande maioria dos trabalhadores tem contrato formal de trabalho. Os três menores percentuais de contribuição para previdência ocorreram nos grupamentos de atividades agrícolas (15,4%), serviços domésticos (30,4%) e construção (32,6%), que são, tradicionalmente, os que possuem maiores percentuais de trabalhadores por conta própria (nessa forma de inserção, 16,2% contribuía para previdência) e empregados sem carteira de trabalho assinada (12,1% contribuía).

**Gráfico 19 - Percentual de contribuintes de instituto de previdência no trabalho principal na população de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, segundo os grupamentos de atividade do trabalho principal
Brasil - 2007**

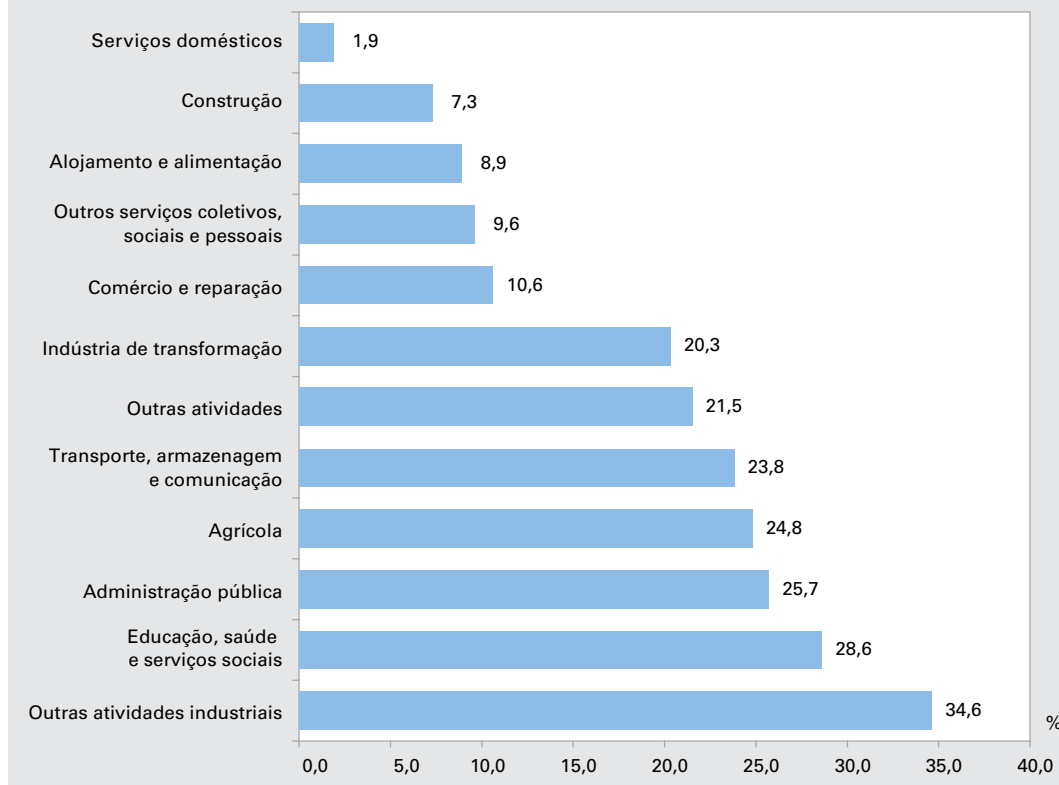


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007.

Em 2007, a PNAD computou 16,0 milhões de associados a sindicatos no Brasil. Na comparação com 2006, houve redução de 3,3%. Os sindicalizados correspondiam, em 2006, a 18,6% da população ocupada, tendo ocorrido, em 2007, a redução dessa proporção para 17,7%. A Região Sul foi a que mostrou o maior percentual de trabalhadores sindicalizados entre as pessoas ocupadas (21,2%). Em seguida, na Região Nordeste foi estimado em 19,5% o percentual do total de trabalhadores que estavam associados a sindicato. Por outro lado, na Região Norte, foi registrado o menor percentual de pessoas sindicalizadas, 13,3%.

Assim como foram verificadas diferenças, entre os grupamentos de atividade, na proporção de pessoas que contribuíam para a previdência, também foram constatadas diferenças na proporção de pessoas sindicalizadas. O grupamento dos serviços domésticos apresentou o menor percentual de sindicalização (1,9%); os grupamentos da construção, alojamento e alimentação, outros serviços coletivos, sociais e pessoais e o comércio e reparação tiveram percentuais variando entre 7,3% e 10,6%. Na indústria de transformação, o percentual de associação foi de 20,3% e nas outras atividades industriais foi de 34,6%.

**Gráfico 20 - Percentual de pessoas sindicalizadas na população de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, segundo os grupamentos de atividade do trabalho principal
Brasil - 2007**



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007.

Evolução temporal

(indicadores de 2004 a 2007 harmonizados com cobertura geográfica existente até 2003)

Ao longo dos últimos 10 anos, aumentou a proporção de trabalhadores que contribuíam para a previdência no trabalho principal. Em 1997, era de 42,6%, a proporção das pessoas ocupadas que contribuíam e, em 2007, era de 51,1%. Pela primeira vez, desde o início da década de 1990, este percentual ultrapassa a metade dos trabalhadores.

Analisando os segmentos de atividade, foram observados aumentos da contribuição em quase todos os grupamentos. Houve redução apenas para o grupamento de outras atividades (de 73,7% para 73,8%) e estabilidade para outros serviços coletivos, sociais e pessoais (37,2%). Na atividade agrícola, em que se observava o menor percentual de contribuição (15,9%), foi constatado aumento de 6,2 pontos percentuais; a administração pública foi o segmento que registrou o maior aumento, passando de 74,4% para 85,9% entre 1997 e 2007; na indústria de transformação, o percentual de contribuintes passou, neste mesmo período, de 63,4% para 67,1%; nos serviços

domésticos, passou de 23,8% para 30,6%; na construção, de 31,7% para 32,4%; e no comércio e reparação, de 47,4% para 52,1%. Nas atividades que compõem o grupo dos serviços, a proporção de contribuintes no segmento de alojamento e alimentação teve aumento de 8,2 pontos percentuais, atingindo, em 2007, 45,7% dos trabalhadores, e no segmento de educação, saúde e serviços sociais, o aumento foi de 73,4%, em 1997, para 82,8%, em 2007.

A proporção de trabalhadores sindicalizados na população ocupada aumentou de 16,2%, em 1997, para 17,6%, em 2007. Houve um aumento expressivo de trabalhadores sindicalizados entre aqueles envolvidos em atividades agrícolas. Na indústria de transformação, foi verificada pequena redução da proporção de pessoas sindicalizadas, há dez anos eram 21,0% e, em 2007, eram 20,3%. No comércio e reparação, houve um pequeno aumento (0,5 ponto percentual) e, na construção, não houve variação.

Rendimentos

Panorama recente

O rendimento de trabalho

O rendimento médio real mensal de trabalho (das pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas e com rendimento de trabalho) mostrou crescimento pelo terceiro ano consecutivo. O aumento real de 3,2% observado de 2006 para 2007, no entanto, foi inferior àqueles registrados de 2005 para 2006 (7,2%) e de 2004 para 2005 (4,5%). Assim, o crescimento acumulado desde 2004 foi de 15,6%, sendo que o rendimento médio real dos trabalhadores, em 2004, era de R\$ 827,00; em 2005, de R\$ 864,00; e, em 2006, de R\$ 926,00, tendo alcançado, em 2007, R\$ 956,00.

Na comparação de 2007 com 2006, o confronto regional evidenciou a ocorrência de maiores ganhos nas Regiões Centro-Oeste (8,0%) e Norte (5,7%). No Nordeste, Sul e Sudeste, foram registrados crescimentos de 2,2%, 3,8% e 1,9%, respectivamente. O menor rendimento médio real mensal de trabalho das pessoas ocupadas foi observado, em 2007, no Nordeste, R\$ 606,00. A Região Centro-Oeste apresentou o maior valor, R\$ 1139,00.

A evolução dos índices de Gini, observados no País (0,547, em 2004; 0,543, em 2005; 0,540, em 2006; e 0,528, em 2007), aponta, nesse período recente, reduções sucessivas. Regionalmente, entre 2006 e 2007, foi observada, no Norte, a estabilidade, de 0,495 para 0,493; a redução da concentração foi registrada no Nordeste, de 0,565 para 0,547, no Sudeste, de 0,523 para 0,505 e, no Sul, de 0,502 para 0,494; o Centro-Oeste apresentou aumento de concentração, com o Gini passando de 0,541 para 0,551. Registre-se que na comparação direta desses índices de Gini regionais do ano de 2007 com os do ano de 2004, da mesma forma que para o Brasil, verificaram-se reduções em todos os casos.

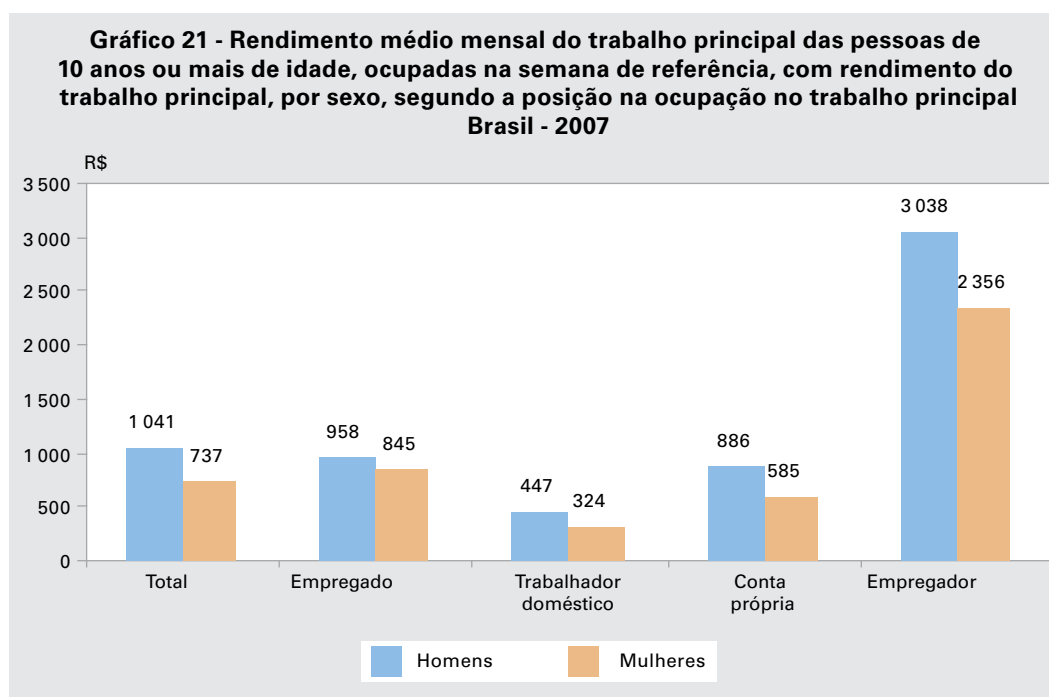
Ainda no contexto de análise da concentração dos rendimentos de trabalho, vale citar que, os avanços mencionados no parágrafo anterior, apesar de persistentes, são de baixo impacto, no que se refere aos rendimentos mais baixos e aos mais elevados. A despeito da redução do Gini, se verificou que, em 2007, os 10% da população ocupada de mais baixos rendimentos detiveram 1,1% do total dos rendimentos de trabalho, enquanto aos 10% com os maiores rendimentos corresponderam 43,2% do

total das remunerações. Essa situação refletiu comportamento praticamente inalterado da participação dos 10% com menores rendimentos em relação ao total e queda da participação dos 10% que detêm maiores rendimentos: em 2004, as parcelas do total dos rendimentos auferidos foram 1,0% e 44,6%; em 2005, 1,1% e 44,7%; e, em 2006, 1,0% e 44,4%, respectivamente.

As pessoas ocupadas em todas as categorias de posição na ocupação obtiveram ganhos reais nos rendimentos médios do trabalho principal pelo segundo ano consecutivo. As remunerações médias dos empregados, incluindo aqueles com carteira assinada, os militares e estatutários e os outros sem carteira, registraram ganho real de 3,2%, de 2006 para 2007, sendo que as dos empregados com carteira cresceram 1,8%, dos militares e estatutários cresceram 2,3% e as dos outros sem carteira, 5,2%. O rendimento médio real dos trabalhadores domésticos cresceu 4,8%, de 2006 para 2007. No caso dos trabalhadores por conta própria, esse crescimento foi de 17,0%.

Tendo em vista as formas diferenciadas como homens e mulheres se inserem no mercado de trabalho, observou-se, em 2007, que o rendimento médio real de todos os trabalhos da força de trabalho feminina correspondia a 66,1% da remuneração média masculina, mostrando maior proximidade entre rendimentos médios de homens e mulheres que nos três anos anteriores. Em 2006, essa relação era equivalente a 65,6%, em 2005, a 64,5% e, em 2004, a 63,5%. Aqui, são consideradas as pessoas com e sem rendimentos monetários de trabalho.

No confronto dos rendimentos médios reais do trabalho principal de homens e mulheres, observou-se que as maiores diferenças relativas entre as remunerações de homens e mulheres estavam, em 2007, entre os trabalhadores por conta própria. Em 2006, essa maior diferença foi observada entre os trabalhadores por conta própria e os trabalhadores domésticos.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007.

O rendimento de todas as fontes

O rendimento médio real de todas as fontes (das pessoas de 10 anos ou mais de idade com rendimentos) registrou aumento, de 2004 para 2007, de 14,8%, apresentando ganhos de 5,1%, de 2004 para 2005; de 6,1%, de 2005 para 2006; e de 2,7%, de 2006 para 2007, sendo, portanto, esse último o menor crescimento anual observado no período. Os valores reais médios obtidos de todas as fontes alcançados nestes quatro anos foram R\$ 820,00, R\$ 862,00, R\$ 916,00 e R\$ 941,00, respectivamente.

A exemplo do que se verificou, de 2006 para 2007, com os rendimentos de trabalho, os ganhos reais observados nos rendimentos médios de todas as fontes correspondentes às classes de rendimentos mais baixos foram, em geral, superiores àqueles observados nas classes de rendimentos mais altos. A metade inferior da distribuição de rendimentos de todas as fontes detinha, em 2004, 15,2% do total; em 2005, 15,8%; em 2006, 16,1%; e em 2007, 16,8%. Esses resultados e mais a evolução dos índices de Gini demonstraram discreta redução na concentração desses rendimentos. O índice de Gini relativo aos rendimentos de todas as fontes no País sofreu, desde de 2004, reduções sucessivas, sendo de 0,559, em 2004; de 0,552, em 2005; de 0,547, em 2006; e de 0,534, em 2007.

Ao analisar os valores reais médios dos rendimentos de todas as fontes, que levam em consideração, também, as pessoas de 10 anos ou mais de idade sem rendimentos, observaram-se os seguintes valores: R\$ 537,00, em 2004; R\$ 569,00, em 2005, R\$ 616,00, em 2006; e R\$ 628,00, em 2007, com crescimentos reais de 5,9%, de 2004 para 2005, de 8,3% de 2005 para 2006, e de 2,0% de 2006 para 2007.

O rendimento domiciliar

O rendimento médio real domiciliar (domicílios particulares permanentes com rendimento) foi de R\$ 1 567,00; em 2004, R\$ 1 645,00, em 2005, R\$ 1 770,00, em 2006; e R\$ 1 796,00, em 2007, apresentando ganhos reais por três anos consecutivos: de 5,0%, em 2005, de 7,6%, em 2006; e de 1,5%, em 2007. No último período anual sob estudo, menos a da Região Sudeste, onde se observou estabilidade (de R\$ 2 089,00 para R\$ 2 086,00), nas demais Grandes Regiões, houve crescimento no período, sendo que de 2006 para 2007, o maior crescimento, 6,1%, foi observado no Centro-Oeste. O menor, 1,9%, foi registrado no Nordeste. No Norte, o ganho real do rendimento domiciliar médio correspondeu a 3,8% e, no Sul, 3,2%. Com esses resultados, o menor rendimento (R\$ 1 164,00, no Nordeste) correspondeu a 55,8% do maior (R\$ 2 086,00, no Sudeste) em 2007. Em 2006, essa fração correspondia a 54,7% e, em 2005, a 52,8%.

O comportamento da concentração do rendimento domiciliar foi similar ao observado para os rendimentos de trabalho e para os rendimentos das pessoas provenientes de todas as fontes. Os maiores ganhos reais de valores médios foram observados nas classes que correspondiam aos menores rendimentos. A metade inferior da distribuição detinha, em 2004, 15,9% do total dos rendimentos; em 2005, 16,1%; em 2006, 16,4%; e, em 2007, 16,7%. Os índices de Gini apresentaram redução também no total do País (0,535, em 2004; 0,532, em 2005; 0,528, em 2006; e 0,521, em 2007). Nas Grandes Regiões, o comportamento do Centro-Oeste é uma exceção, pois apresenta estabilidade na comparação de 2004 com 2007. As demais regiões apresentam redução desse índice nesse período.

Registrou-se, no entanto, que as diferenças regionais permaneceram marcantes, uma vez que, em 2007, no País, foi observado o percentual de 12,6% do total dos

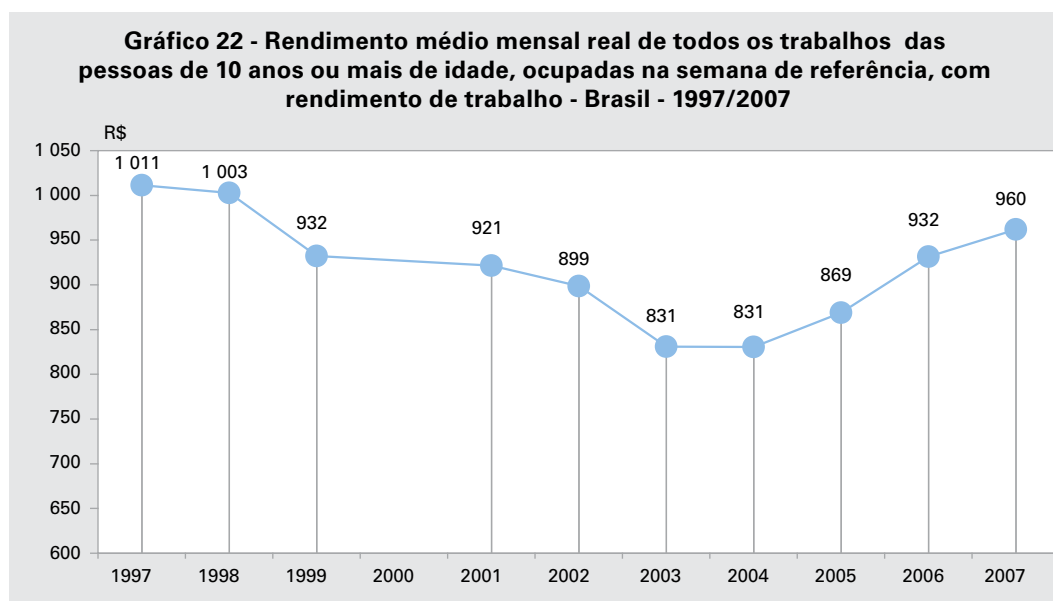
domicílios com rendimentos de até 1 salário mínimo. Essa parcela correspondia a 25,0% no Nordeste, enquanto no Sudeste foi de 7,5% e no Sul foi de 7,3%. Nas Regiões Norte e Centro-Oeste, esses percentuais foram 15,0% e 10,4%, respectivamente. No País, do total de unidades domiciliares, 2,7% possuíam rendimentos acima de 20 salários mínimos, sendo que os menores percentuais foram registrados no Nordeste, 1,4%, e, no Norte, em 1,5% dos domicílios. No Sul, Sudeste, e Centro-Oeste, estas participações foram de 3,0%, 3,4% e 4,2% do total, respectivamente.

Evolução histórica

(resultados de 2004, 2005, 2006 e 2007 foram ajustados para a cobertura geográfica existente até o ano de 2003)

Nessa observação temporal, é analisado o período 1997 a 2007. Os resultados da PNAD 2007 mostraram que o patamar do rendimento médio real de trabalho do ano de 1997 (R\$ 1 011,00) não foi retomado, embora tenham ocorrido ganhos, especialmente, no período mais recente (2004 a 2007), conforme visto anteriormente e indicado no Gráfico 22 a seguir.

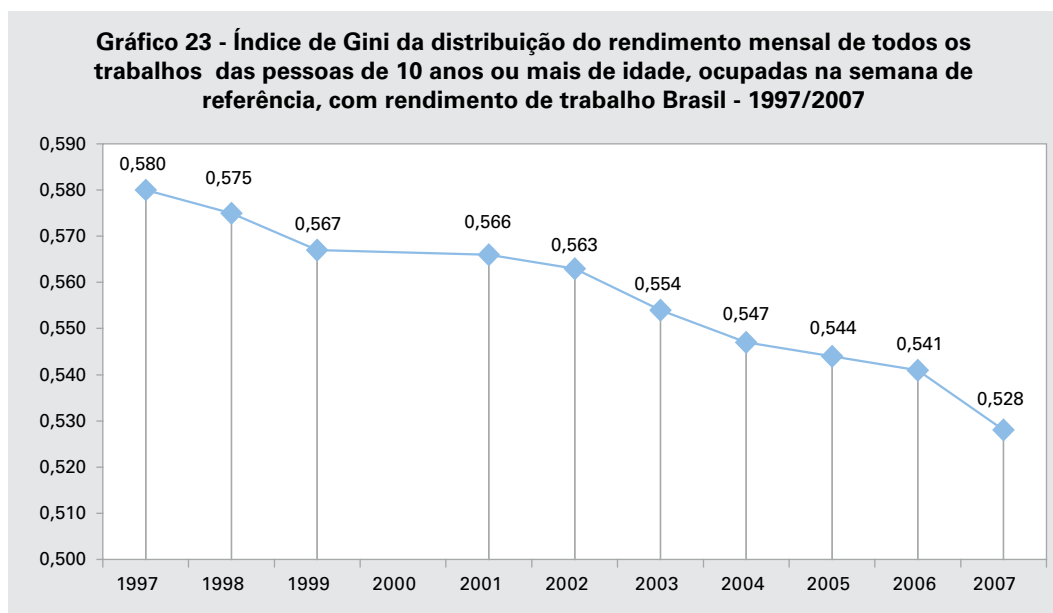
O rendimento médio mensal real de trabalho das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas e com rendimento, ao registrar, em 2007, o valor de R\$ 960,00 superou a remuneração média real de 1999 (R\$ 932,00), tendo, contudo, apresentado perda de 5,0% em relação ao valor de 1997 (R\$ 1 011,00), quando, na série estudada, o maior rendimento médio real foi alcançado. Ademais, na década atual, o valor de 2007 é o mais elevado, pois observaram-se perdas sucessivas dos valores reais das remunerações médias até 2003, com estabilidade desse valor médio em 2004 e o registro de ganhos reais em 2005, 2006 e 2007.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1997/2007.

- Notas: 1. Exclui o rendimento das pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.
 2. Valores inflacionados pelo INPC com base em setembro de 2007.
 3. A PNAD não foi realizada em 2000 devido ao Censo Demográfico.

A evolução dos índices de Gini do período mostra sucessivas reduções.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1997/2007.

Notas: 1. Excluído o rendimento das pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

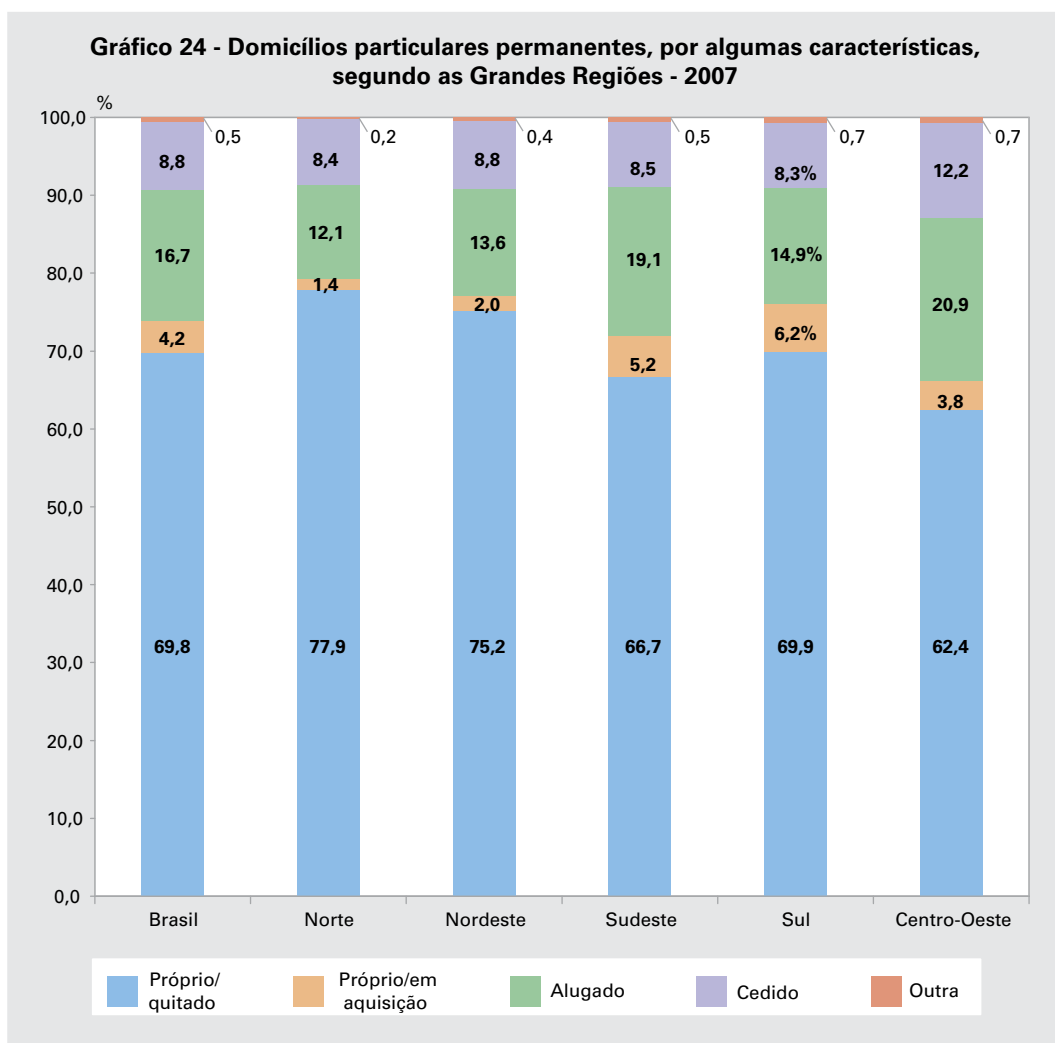
2. A PNAD não foi realizada em 2000 devido ao Censo Demográfico.

Condições de habitação e posse de bens duráveis

Panorama recente

O número de domicílios particulares permanentes, em 2007, alcançou 56 344 mil unidades, 1 734 mil unidades a mais que no ano anterior. A quantidade de domicílios próprios aumentou sua participação relativa em 0,7 ponto percentual, destacando-se o percentual de domicílios próprios quitados, cuja participação representou 69,8% do total de domicílios. Já os domicílios em aquisição, cedidos ou classificados em outra forma de ocupação reduziram suas participações em 0,2, 1,0 e 0,1 pontos percentuais, respectivamente. Estes últimos apresentaram reduções não só em participação no total, mas também em termos do número absoluto de unidades.

Em todas as regiões, houve crescimento de domicílios próprios quitados, sendo a Região Sudeste a que apresentou o maior aumento do total de unidades (664 mil), e a Região Norte a que apresentou o maior crescimento da participação desta condição de ocupação, um aumento de 2,8 pontos percentuais em relação ao ano anterior. É, também, a Região Norte, a que apresenta a maior parcela de domicílios próprios já quitados (77,9%).

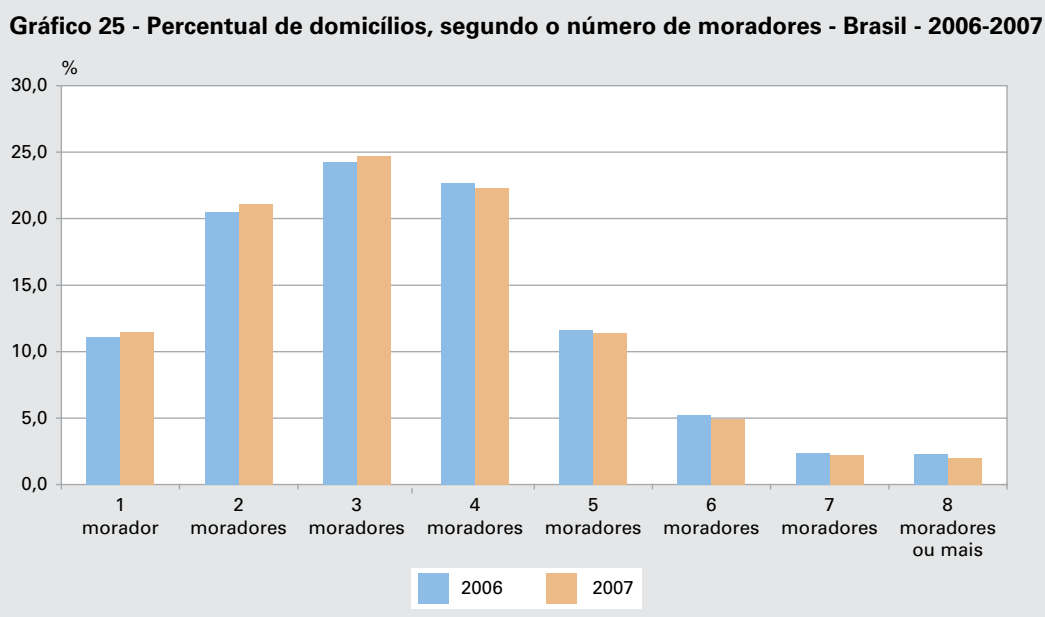


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007.

No Brasil, de forma geral, reduziu-se o número de domicílios com 4 ou mais moradores. Somente a Região Norte do País não seguiu essa tendência, mantendo o percentual de domicílios com 6 moradores e elevando o de domicílios com 5 e, também, com 7 moradores, alcançando 14,7% e 4,3% do total, respectivamente.

Por outro lado, as Regiões Sul e Centro-Oeste mostraram que, apesar da concentração na existência de domicílios com 2, 3 e com 4 moradores, os domicílios com apenas um morador registraram crescimento de: 1,0 ponto percentual, alcançando 1 094 mil domicílios, na primeira; e, 1,7 ponto percentual, alcançando 540 mil domicílios na segunda.

A Região Norte manteve o número médio de moradores, por domicílio particular, praticamente, estável em relação a 2006 (com pequena redução de 4,0 para 3,9 moradores por domicílio). As Regiões Nordeste e Sudeste também mantiveram o número médio de moradores. As Regiões Sul e o Centro-Oeste, com comportamento similar ao do Norte do País, apresentaram ligeira queda de 0,1 ponto percentual, apresentando médias de 3,1 e 3,2 moradores por domicílio, respectivamente.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006-2007.

O número de domicílios atendidos por rede geral de abastecimento de água manteve o ritmo de crescimento do ano anterior, apresentando um aumento de 0,1 ponto percentual na participação de domicílios atendidos no total de domicílios, resultando em 83,3% dos domicílios. Em termos absolutos, estimou-se a ampliação de atendimento em 1502 mil unidades. Destaca-se a evolução da Região Centro-Oeste, com um acréscimo de 1,3 ponto percentual na proporção de domicílios atendidos por rede geral de abastecimento em relação ao ano anterior.

Tabela 12 - Domicílios, total e percentual de domicílios com acesso a abastecimento de água e esgotamento sanitário, segundo as Grandes Regiões - 2006-2007

Grandes Regiões	Domicílios									
	Abastecimento de água				Esgotamento sanitário					
	Rede geral		Outra forma		Rede coletora		Fossa séptica		Outro ou não tinham	
	Total (1 000)	Percentual (%)	Total (1 000)	Percentual (%)	Total (1 000)	Percentual (%)	Total (1 000)	Percentual (%)	Total (1 000)	Percentual (%)
2006										
Brasil	45 441	83,2	9 168	16,8	26 472	48,5	11 963	21,9	16 173	29,6
Norte	2 118	56,1	1 658	43,9	186	4,9	1 780	47,1	1 810	47,9
Nordeste	10 351	75,1	3 436	24,9	3 862	28,0	2 829	20,5	7 097	51,5
Sudeste	22 569	92,0	1 961	8,0	18 834	76,8	2 665	10,9	3 032	12,4
Sul	7 251	84,8	1 301	15,2	2 246	26,3	4 381	51,2	1 926	22,5
Centro-Oeste	3 151	79,5	810	20,5	1 344	33,9	309	7,8	2 308	58,3
2007										
Brasil	46 943	83,3	9 401	16,7	28 921	51,3	12 558	22,3	14 865	26,4
Norte	2 179	55,9	1 721	44,1	381	9,8	1 754	45,0	1 766	45,3
Nordeste	10 792	75,7	3 460	24,3	4 227	29,7	3 619	25,4	6 405	44,9
Sudeste	23 077	91,8	2 074	8,2	19 961	79,4	2 513	10,0	2 677	10,7
Sul	7 533	84,8	1 346	15,2	2 905	32,7	4 153	46,8	1 821	20,5
Centro-Oeste	3 362	80,8	801	19,2	1 448	34,8	518	12,4	2 197	52,8

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006-2007.

No que se refere a esgotamento sanitário, a participação de domicílios atendidos por rede coletora de esgoto aumentou 2,8 pontos percentuais e, dessa forma, o Brasil passou a ter mais da metade (51,3%) dos seus domicílios ligados à rede coletora de esgotamento sanitário. Mesmo apresentando uma expressiva variação na quantidade de domicílios ligados à rede coletora (a quantidade mais do que dobrou de 2006 para 2007, passando de 186 mil para 381 mil), a Região Norte do País continuou com a menor parcela de domicílios ligados à rede coletora, com apenas 9,8% do total de domicílios da região. A Região Sudeste, em 2007, apresentou 19 961 mil domicílios ligados à rede coletora *vis-à-vis* 18 834 mil domicílios, do ano anterior. Assim, manteve-se como a única região a apresentar a parcela dos domicílios atendidos pela rede coletora superior a do Brasil como um todo.

Deste modo, o número de domicílios que possuíam outro tipo de esgotamento sanitário ou não possuíam qualquer tipo de esgotamento sanitário reduziu-se em 1 177 mil unidades, uma redução de 2,8 pontos percentuais, o que ratifica esta melhora nas condições de saneamento. A Região Nordeste, mesmo apresentando a maior redução no número de domicílios sem acesso à rede coletora ou fossa séptica, 692 mil domicílios (menos 6,6 pontos percentuais), permaneceu como a região com o maior número de domicílios que não contam com rede coletora ou fossa séptica, com 6 405 mil domicílios.

Após um crescimento de 0,9 ponto percentual em relação ao ano anterior, 87,5% dos domicílios passaram a contar com o serviço de coleta de lixo. Todas as regiões do Brasil contribuíram para tal avanço, sendo que as Regiões Nordeste e Sudeste apresentaram as maiores contribuições em valores absolutos, 496 e 693 mil unidades, respectivamente.

Na Região Nordeste, tal incremento resultou em um avanço de 1,1 ponto percentual na proporção de domicílios atendidos por esse serviço, mas não foi suficiente para tirar-lhe da situação de região com menor índice de domicílios com coleta de lixo (73,9%). A Região Sudeste, onde a variação do percentual foi de apenas 0,4 ponto percentual, se manteve como a região com maior proporção de domicílios com acesso ao serviço de coleta do lixo (95,3%).

A Região Norte obteve destaque no que diz respeito à evolução de atendimento de coleta de lixo. Com evolução de 2,5 pontos percentuais passou a atender a 78,5% dos domicílios, e, assim, reduziu a distância de sua taxa em relação às outras regiões do País.

O fornecimento de energia elétrica foi o serviço público que possuía o maior alcance no País. Com a expansão realizada entre 2006 e 2007, o número de domicílios que dispunham deste serviço alcançou 98,2% em relação ao total. O avanço de 0,5 ponto percentual contribuiu para a universalização da distribuição de energia elétrica, que, em 2007, só não alcançava a 1,8% dos domicílios.

A Região Norte do País apresentou, na proporção de domicílios atendidos pelo fornecimento de energia elétrica, um crescimento de 2,0 pontos percentuais, uma evolução superior a observada nas outras regiões do País, obtendo uma taxa de 94,0% dos domicílios com acesso à energia elétrica.

As Regiões Sudeste e Sul são aquelas que estão mais próximas de atender a todos os domicílios com o fornecimento de energia elétrica, não atendendo apenas a 0,2% e 0,5% dos domicílios, respectivamente.

O acesso à telefonia apresentou, mais uma vez, uma forte evolução. A principal responsável pelo crescimento foi a telefonia celular. O acréscimo do número de domicílios que passaram a possuir algum tipo de telefone, de 2006 para 2007, foi de 2 700 mil e, dos que possuíam somente telefone móvel celular foi de 2 680 mil. Assim, dada uma variação de 2,5 pontos percentuais a participação de domicílios que possuíam algum tipo de telefone passa a ser 77,0% e o total de atendidos passa a ser de 43 379 mil unidades. Já a situação de possuir somente telefone móvel celular alcançou o número de 17 814 mil domicílios (31,6% do total), um aumento de 3,9 pontos percentuais em relação ao percentual do ano anterior. As Regiões Norte e Nordeste apresentaram os maiores aumentos relativos nos percentuais de domicílios com acesso ao serviço, o que favoreceu a redução das desigualdades entre as regiões.

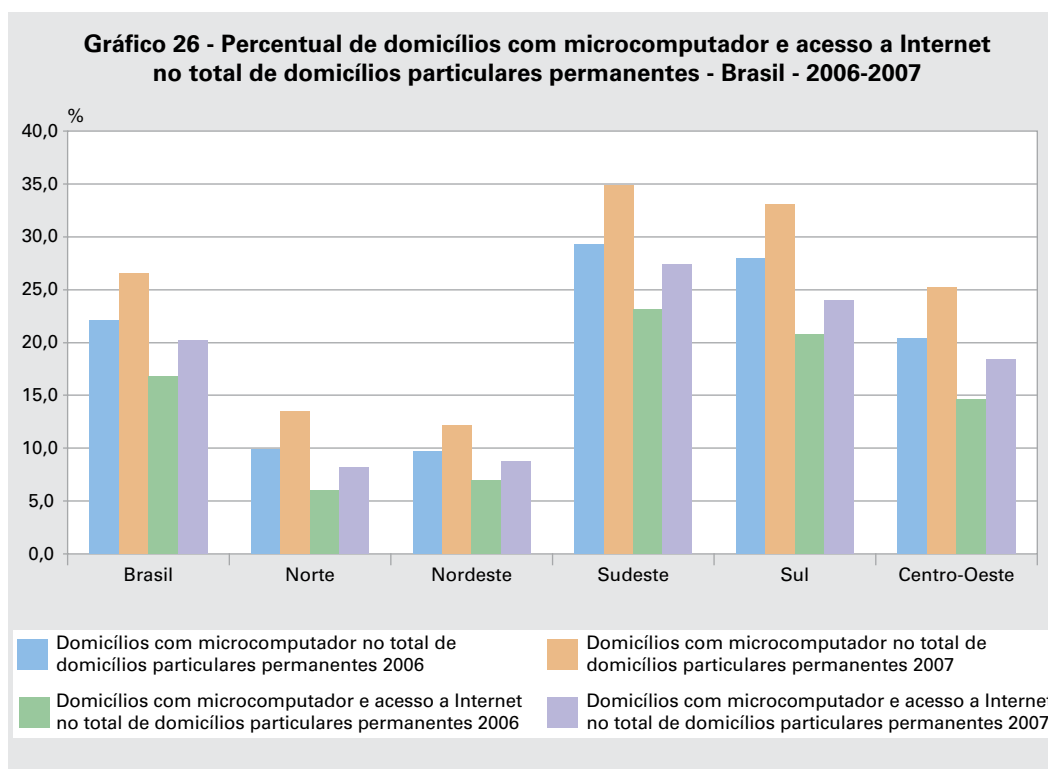
As proporções de domicílios que possuíam fogão, filtro de água, *freezer* e rádio variaram com pouca intensidade, principalmente se comparados a itens como máquina de lavar roupa e microcomputador. As parcelas de domicílios que apresentavam a existência de cada um dos quatro primeiros itens correspondiam a: 98,1%, para fogão; 51,1%, para filtro de água; 16,3%, para *freezer*; e, 88,1%, para rádio.

Tabela 13 - Percentual de domicílios com alguns bens duráveis e serviços de acesso a comunicação no total de domicílios particulares permanentes, segundo as Grandes Regiões - 2007

Grandes Regiões	Percentual de domicílios com alguns bens duráveis e serviços de acesso a comunicação no total de domicílios particulares permanentes (%)											
	Iluminação elétrica	Telefone		Fogão	Filtro de água	Gela-deira	<i>Freezer</i>	Máquina de lavar roupa	Rádio	Televisão	Microcomputador	
		Total	Somente móvel celular								Total	Com acesso à Internet
Brasil	98,2	77,0	31,6	98,1	51,1	90,8	16,3	39,5	88,1	94,5	26,6	20,2
Norte	94,0	63,5	39,4	96,3	31,3	80,9	15,9	24,0	72,8	88,5	13,5	8,2
Nordeste	95,7	59,0	35,2	95,7	47,2	77,9	6,9	12,8	82,0	89,7	12,2	8,8
Sudeste	99,8	85,0	24,5	99,3	64,8	96,9	16,1	53,0	92,4	97,5	34,9	27,4
Sul	99,5	86,7	37,5	99,1	21,7	97,2	31,4	54,9	94,0	96,3	33,0	24,0
Centro-Oeste	98,7	82,1	42,7	98,6	62,5	93,7	17,8	31,3	85,1	93,9	25,2	18,4

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007.

Dos 56 344 mil domicílios brasileiros, 15 008 mil (26,6%) possuíam microcomputador, sendo 11 362 mil (20,2%) com acesso à Internet. Mais da metade dos domicílios do País que possuíam computador (8 770 mil) estavam na Região Sudeste, e 6 896 mil tinham com acesso à Internet. Apesar da evolução em relação ao ano anterior, esses números refletiram a desigualdade de acesso à informação a partir da Internet. A Região Sudeste possuía 27,4% de seus domicílios conectados à Internet; a Região Sul, 24%; a Região Centro-Oeste, 18,4%; a Região Nordeste, 8,8%; e, a Região Norte, 8,2%.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006-2007.

Evolução temporal

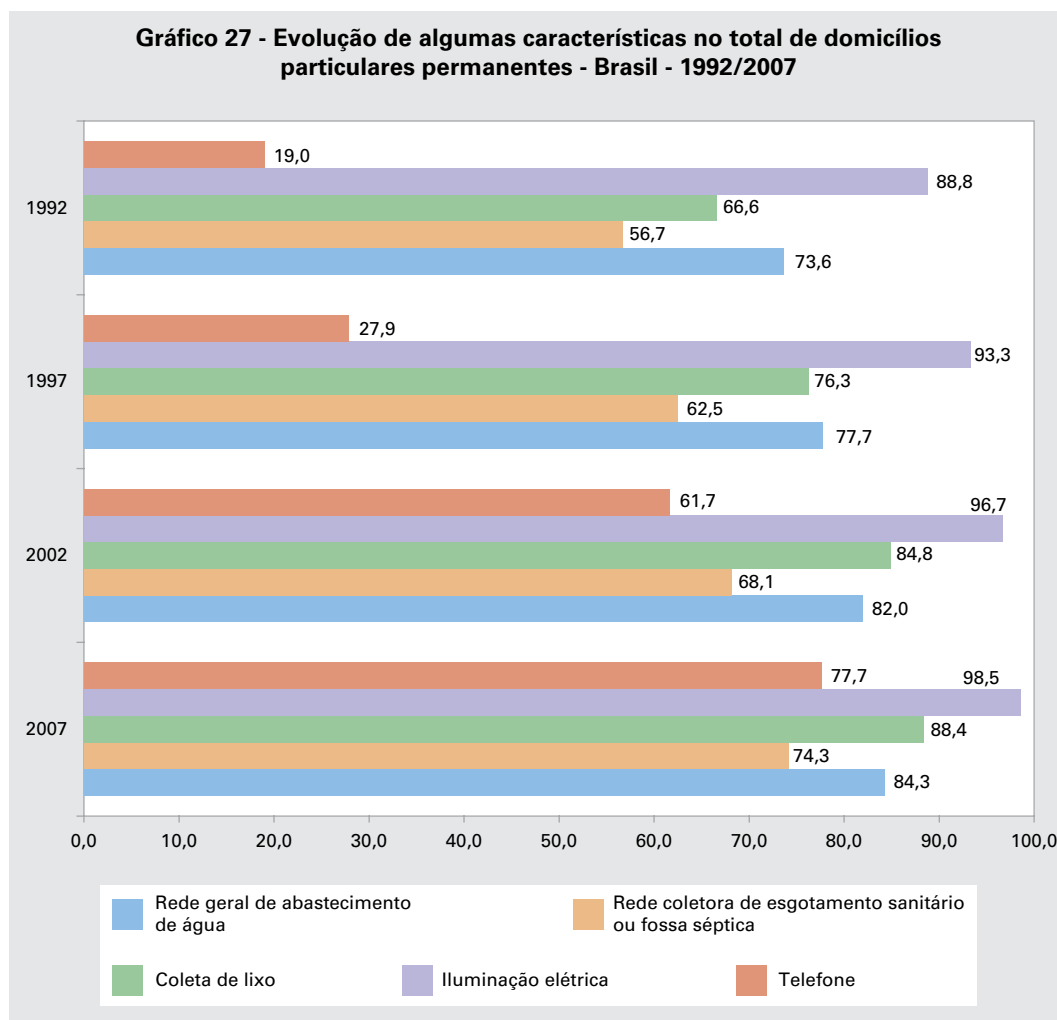
(indicadores de 2004 a 2007 harmonizados com cobertura geográfica existente até 2003)

Desde 1992, o Brasil vem apresentando uma significativa melhora nas características dos domicílios e na posse de bens duráveis. Em 2007, após crescimento de 3,2% em relação ao ano anterior, o País ultrapassou o número de 55,5 milhões de domicílios. O aumento do número de domicílios foi acompanhado da evolução da qualidade geral da habitação, ao passo que houve melhoras nos indicadores de posse de quase todos os bens pesquisados e nos de acesso a serviços, tais como: energia elétrica, telefonia, fornecimento de água, saneamento básico e coleta de lixo.

No ano de 2002, 39,4 milhões de domicílios eram atendidos por rede geral de abastecimento de água e, desde então, se observaram crescimentos sucessivos de unidades atendidas por este serviço até ser alcançado o total de 45,3 milhões de unidades em 2006. Em 2007, após crescimento de 3,3% em relação ao ano anterior, o País passou a apresentar 46,8 milhões de domicílios atendidos por rede geral de abastecimento de água, ou seja, 84,3% dos domicílios pesquisados.

No País, em 2007, foi possível identificar que mais da metade dos domicílios da amostra (52,0%) apresentaram esgotamento sanitário ligado à rede coletora, um aumento de: 5,5 pontos percentuais em relação ao percentual de atendimento de 2002; 11,2 pontos percentuais em relação ao percentual de 1997; e, 13,1 pontos percentuais em relação ao percentual de 1992. Em 2007, foi estimado em 28,9 milhões o total de domicílios que tiveram acesso à rede coletora de esgoto, contra 22,3 milhões do ano de 2002.

Com relação à coleta de lixo, o Brasil apresentou melhores indicadores que o esgotamento sanitário, 49,1 milhões de domicílios tiveram seu lixo coletado direta ou indiretamente, o que representa 88,4% do total de domicílios. Desde 1997, o percentual de domicílios atendidos pelo serviço de coleta de lixo cresceu 12,1 pontos percentuais.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1992/2007.

Nota: Excluídos os domicílios da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

O fornecimento de energia elétrica é o serviço público, pesquisado pela PNAD, em que o acesso tem se apresentado, nos últimos 15 anos, como o mais difundido. Com um crescimento de 3,7% em relação a 2006, 54,7 milhões de domicílios puderam contar com iluminação elétrica em 2007. Dessa forma, 98,5% dos domicílios pesquisados tiveram acesso a esse serviço, ante 88,8% de 1992 e 93,3% de 1997.

Com relação à posse de bens duráveis, destaca-se o consistente avanço do número de domicílios com telefone, que alcançou 43,1 milhões de domicílios (77,7%

dos domicílios) em 2007, ante 29,6 milhões (61,7% dos domicílios) em 2002. Ainda assim, a população residente em domicílios particulares brasileiros mantém o fogão, existente em 98,2% dos domicílios; a televisão, existente em 94,8% dos domicílios, e a geladeira, existente em 91,4% dos domicílios, como aqueles bens de presença mais marcante nos domicílios brasileiros.

Em 1992, 84,9% dos domicílios particulares permanentes possuíam rádio, e 71,5% possuíam geladeira. O rádio esteve mais presente nos domicílios brasileiros do que a geladeira, até o ano de 2005, quando o número de domicílios com geladeira foi de 46,4 milhões (88,6%), enquanto 46,2 milhões (88,4%) de domicílios possuíam rádio. Em 2007, 91,4% dos domicílios possuíam geladeira e 88,4% possuíam rádio.

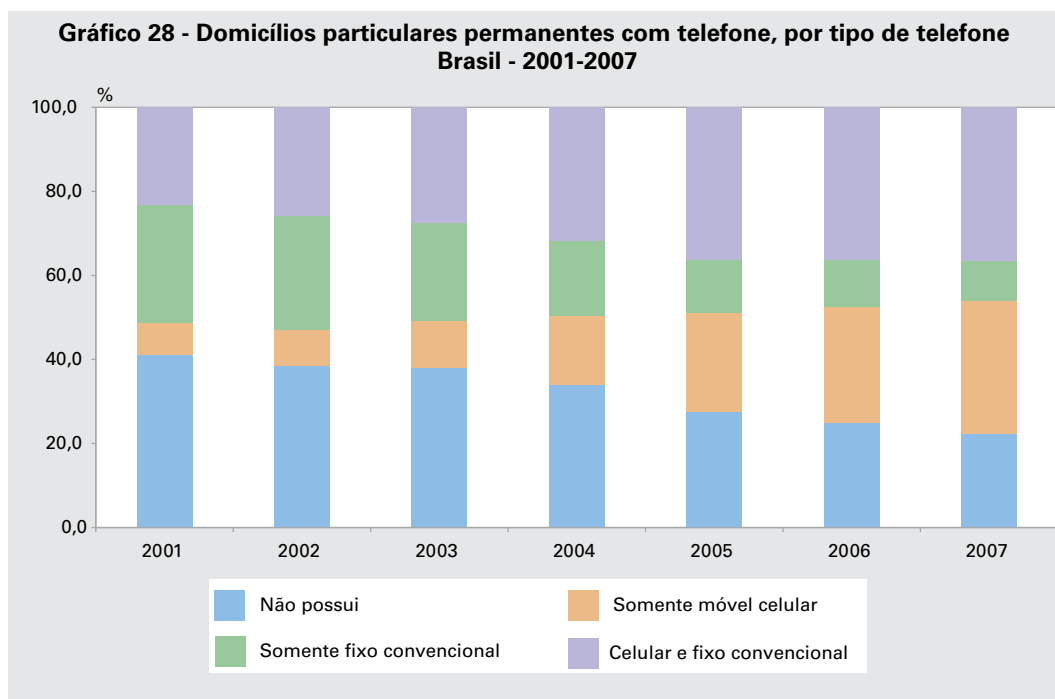
Tabela 14 - Distribuição percentual dos domicílios particulares permanentes, segundo algumas características - 1992/2007

Algumas características	Distribuição percentual dos domicílios particulares permanentes (%)													
	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Fogão	94,8	95,5	96,4	96,7	97,0	97,4	97,4	97,6	97,7	97,6	97,7	97,7	97,8	98,2
Filtro de água	57,0	57,9	57,8	58,1	57,2	56,4	55,6	52,7	53,1	52,6	51,6	51,3	50,6	51,4
Geladeira	71,5	71,8	74,9	78,4	80,3	81,9	82,8	85,1	86,7	87,3	88,1	88,6	89,8	91,4
Freezer	12,3	13,0	15,4	18,1	18,8	19,7	19,6	18,8	18,5	17,7	17,2	16,7	16,4	16,2
Máquina de lavar roupa	24,1	24,3	26,7	30,5	31,7	32,3	32,8	33,7	34,0	34,5	34,9	36,2	38,0	40,0
Rádio	84,9	85,1	88,9	90,4	90,3	90,4	89,9	88,0	87,9	87,8	88,1	88,4	88,1	88,4
Televisão	74,0	75,8	81,1	84,4	86,2	87,5	87,8	89,1	90,0	90,1	90,9	92,0	93,5	94,8
Microcomputador	12,6	14,2	15,3	16,6	18,8	22,4	27,0
Acesso à Internet	8,6	10,3	11,5	12,4	13,9	17,1	20,4

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1992/2007.

A presença de rádio quando comparada com a presença de telefone, apesar de não ter sido superada, apresentou uma redução da distância do percentual de presença destes bens. No ano de 2001, havia um hiato de aproximadamente 13,7 milhões de domicílios do total dos que possuíam rádio para o daqueles que possuíam telefone. Ao longo do tempo, esse hiato se reduziu a aproximadamente 5,9 milhões de domicílios.

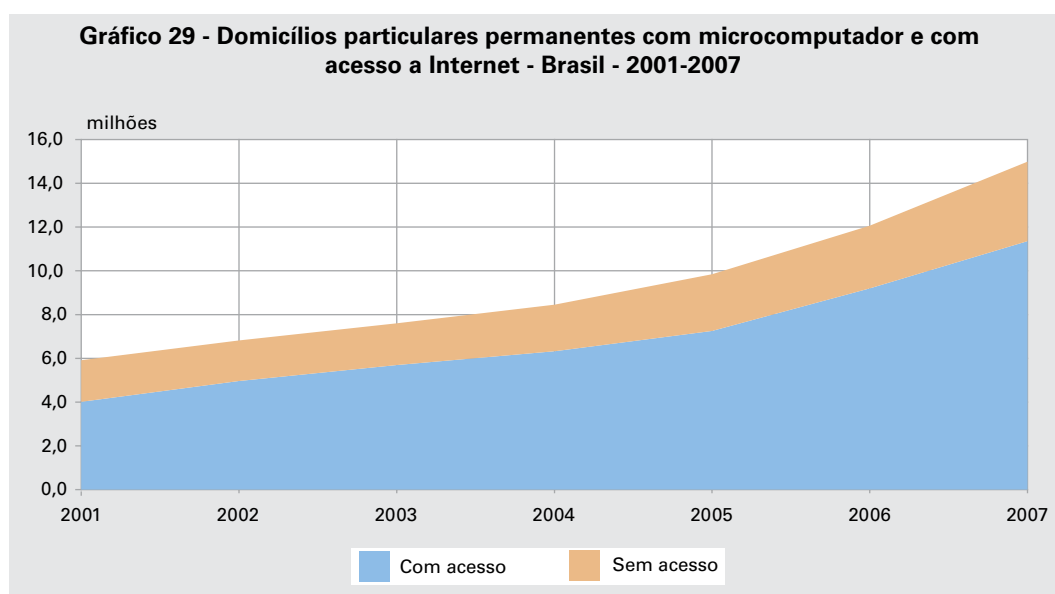
O grande avanço do número de domicílios que possui telefone foi provocado pela telefonia celular que, desde 2002, vem apresentando taxas de crescimento de dois dígitos (sempre superiores a 15% ao ano). O auge do crescimento aconteceu de 2003 para 2004, quando o número de domicílios que contavam somente com telefone celular cresceu 51,4%. Assim, na PNAD 2007, o crescimento do número de domicílios, somente com telefone celular, foi de 17,8% em relação ao ano anterior, alcançando 17,6 milhões de domicílios.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001-2007.

Nota: Excluídos os domicílios da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Na PNAD 2007, mais de um quarto dos domicílios pesquisados possuíam microcomputador, e, pouco mais de um quinto, microcomputador com acesso à Internet. Dessa forma, é possível verificar a existência de microcomputadores em 15,0 milhões de domicílios, sendo 11,4 milhões, com acesso a Internet. Um avanço significativo em relação ao ano de 2001, quando 6,0 milhões de domicílios possuíam microcomputador, sendo 4,0 milhões, com acesso à Internet.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001-2007.

Nota: Excluídos os domicílios da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

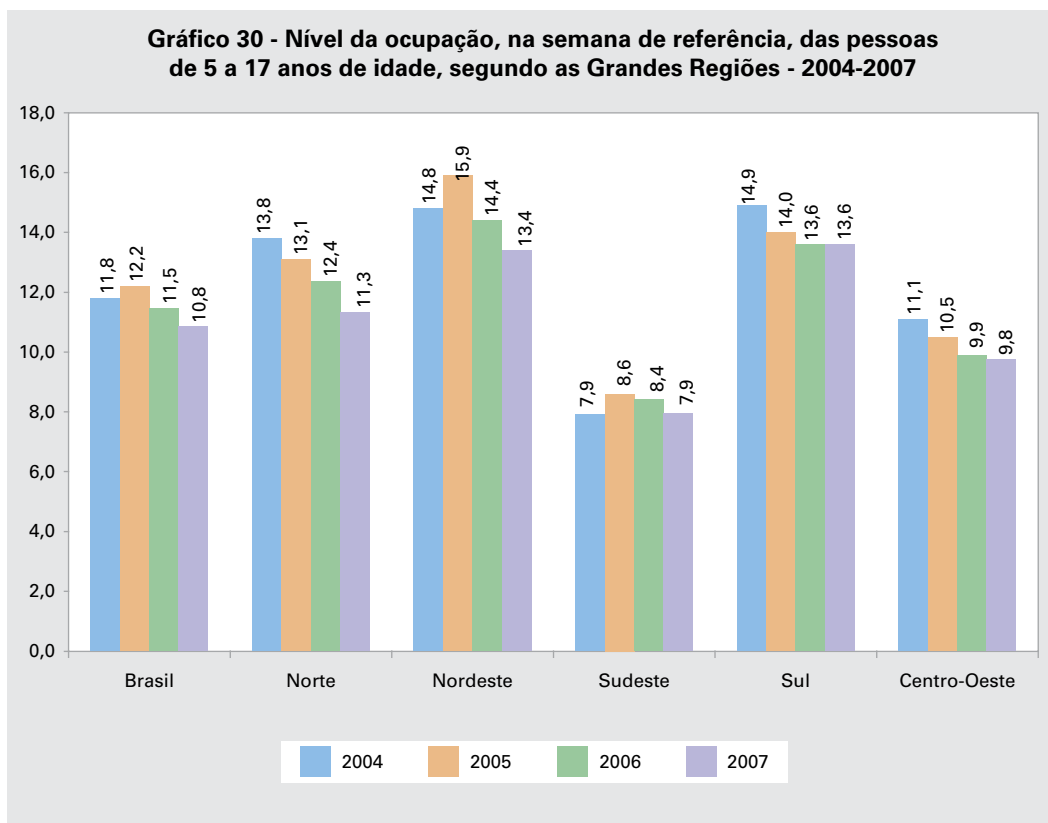
Bens como Filtro de água e *Freezer* estão, relativamente, menos presentes nos domicílios brasileiros, pois ambos tiveram suas participações reduzidas quando comparadas com o ano de 1997. A parcela de domicílios que possuem Filtro de água diminuiu de 57,2%, em 1997, para 51,4%, em 2007. Já os domicílios que possuíam *Freezer*, em 1997, eram 18,8% do total de unidades domiciliares estimado para aquele ano. Em 2007, esse percentual foi de 16,2%.

Trabalho infantil - tema especial

Panorama recente

No Brasil, segundo a PNAD 2007, do contingente de 44,7 milhões de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade, 4,8 milhões estavam trabalhando. Esta estimativa apontou redução em relação a 2006, quando existiam, no País, 5,1 milhões de trabalhadores nesta faixa etária. A proporção de crianças e adolescentes trabalhadores nesta faixa etária (nível da ocupação) passou de 11,5%, em 2006, para 10,8%, em 2007.

O Gráfico 30, a seguir, mostra que, nos últimos anos, a queda do nível de ocupação das crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade tem sido expressiva em todas as regiões, sobretudo nas Regiões Norte e Nordeste. Nestas regiões, nos dois últimos anos, a queda superou um ponto percentual.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004-2007.

Ressalta-se que 19,6% das crianças e adolescentes de 5 a 17 anos residiam em área rural. Entretanto, entre as crianças e adolescentes que estavam trabalhando, 39,3% estavam alocadas em atividades agrícolas.

As crianças e adolescentes do sexo masculino (65,7%) e as de cor preta ou parda (59,5%) eram maioria no contingente de ocupados.

Verificou-se também que as crianças e adolescentes ocupados de 5 a 17 anos de idade tinham origem em domicílios cujo rendimento médio domiciliar *per capita* estava em torno de R\$ 318,00. O rendimento médio domiciliar *per capita* total foi estimado em R\$ 653,00.

Tabela 15 - Distribuição das pessoas de 5 a 17 anos de idade, ocupadas na semana de referência, por Grandes Regiões, segundo o sexo, a situação do domicílio e a cor ou raça - 2007

Sexo, situação do domicílio e cor ou raça	Distribuição das pessoas de 5 a 17 anos de idade, ocupadas na semana de referência (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Sexo						
Homens	65,7	67,2	68,8	61,7	64,6	65,3
Mulheres	34,3	32,8	31,2	38,3	35,4	34,7
Situação do domicílio						
Urbana	60,8	52,3	44,7	81,8	59,9	79,6
Rural	39,2	47,7	55,3	18,2	40,1	20,4
Cor ou raça						
Branca	39,8	19,4	23,8	47,9	76,4	34,1
Preta ou parda	59,5	79,2	75,5	51,8	23,2	63,9

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007.

Do contingente de 16,6 milhões de crianças de 5 a 9 anos de idade residentes no País, cerca de 157 mil estavam trabalhando. Aproximadamente três quartos (116 mil) estavam ocupados em atividades agrícolas. Cabe ressaltar que 80,8% do total de crianças de 5 a 9 anos residiam em área urbana. A proporção de crianças trabalhadoras nesta faixa etária passou de 1,4%, em 2006, para 0,9%, em 2007. Ainda nesta faixa etária, verificou-se que as crianças do sexo masculino (70,0%) e as de cor preta ou parda (69,6%) eram maioria no contingente de ocupados. As crianças trabalhadoras deste grupo etário tinham origem em domicílios cujo rendimento médio domiciliar *per capita* estava em torno de R\$ 189,00.

Das 14,3 milhões de crianças e adolescentes de 10 a 13 anos de idade residentes no País, cerca de 1,1 milhão estavam trabalhando. Aproximadamente 632 mil estavam ocupados em atividades agrícolas. Cabe ressaltar que 79,8% do total de crianças e adolescentes de 10 a 13 anos residiam em área urbana. A proporção de crianças e adolescentes trabalhadores nesta faixa etária passou de 8,2%, em 2006, para 7,5%, em 2007. Ainda nesta faixa etária, verificou-se que as crianças e adolescentes do sexo

masculino (67,4%) e as de cor preta ou parda (65,1%) eram maioria no contingente de ocupados. Estas crianças e adolescentes tinham origem em domicílios cujo rendimento médio domiciliar *per capita* estava em torno de R\$ 229,00.

Tabela 16 - Distribuição das pessoas de 5 a 9 anos de idade, ocupadas na semana de referência, por Grandes Regiões, segundo o sexo, a situação do domicílio e a cor ou raça - 2007

Sexo, situação do domicílio e cor ou raça	Distribuição das pessoas de 5 a 9 anos de idade, ocupadas na semana de referência (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Sexo						
Homens	70,0	71,6	74,1	59,4	62,5	71,3
Mulheres	30,0	28,4	25,9	40,6	37,5	28,7
Situação do domicílio						
Urbana	33,8	21,1	29,2	59,3	36,2	62,9
Rural	66,2	78,9	70,8	40,7	63,8	37,1
Cor ou raça						
Branca	29,2	12,0	17,8	39,9	74,0	17,9
Preta ou parda	69,6	87,3	80,2	60,1	26,0	82,1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007.

Tabela 17 - Distribuição das pessoas de 10 a 13 anos de idade, ocupadas na semana de referência, por Grandes Regiões, segundo o sexo, a situação do domicílio e a cor ou raça - 2007

Sexo, situação do domicílio e cor ou raça	Distribuição das pessoas de 10 a 13 anos de idade, ocupadas na semana de referência (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Sexo						
Homens	67,4	66,9	69,7	65,4	63,8	65,9
Mulheres	32,6	33,1	30,3	34,6	36,2	34,1
Situação do domicílio						
Urbana	42,2	32,3	34,4	68,4	38,0	67,3
Rural	57,8	67,7	65,6	31,6	62,0	32,7
Cor ou raça						
Branca	33,9	17,4	22,3	41,4	74,1	32,8
Preta ou parda	65,1	80,2	76,8	58,3	25,6	63,5

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007.

Os parágrafos anteriores revelam que no Brasil existia, em 2007, 1,2 milhão de crianças e adolescentes trabalhando com menos de 14 anos de idade. Ressalta-se que este número, em relação a 2006, apresentou um decréscimo de 171 mil. A proporção de crianças e adolescentes trabalhando na faixa de etária de 5 a 13 anos caiu de 4,5% para 4,0%. Importante esclarecer que a legislação brasileira proíbe o trabalho sob qualquer forma para os menores de 14 anos de idade.

Entre os 7,0 milhões de adolescentes de 14 ou 15 anos de idade, residentes no País, cerca de 1,3 milhão estava trabalhando. Aproximadamente dois quintos (521 mil) estavam ocupados em atividades agrícolas. Cabe ressaltar que 80,1% do total de adolescentes de 14 ou 15 anos residiam em área urbana. A proporção de adolescentes trabalhadores nesta faixa etária passou de 19,0%, em 2006, para 18,1%, em 2007. Ainda nesta faixa etária, verificou-se que os adolescentes do sexo masculino (67,7%) e os de cor preta ou parda (60,9%) eram maioria no contingente de ocupados. Estes adolescentes tinham origem em domicílios cujo rendimento médio domiciliar *per capita* estava em torno de R\$ 275,00. Importante esclarecer que, de acordo com a legislação brasileira, estes adolescentes poderiam trabalhar, desde que estivessem inseridos em atividades relacionadas à qualificação profissional na condição de aprendizes.

Tabela 18 - Distribuição das pessoas de 14 a 15 anos de idade, ocupadas na semana de referência, por Grandes Regiões, segundo o sexo, a situação do domicílio e a cor ou raça - 2007

Sexo, situação do domicílio e cor ou raça	Distribuição das pessoas de 14 a 15 anos de idade, ocupadas na semana de referência (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Sexo						
Homens	67,7	66,7	70,0	63,7	69,6	66,6
Mulheres	32,3	33,3	30,0	36,3	30,4	33,4
Situação do domicílio						
Urbana	59,6	57,2	45,0	78,9	57,2	77,9
Rural	40,4	42,8	55,0	21,1	42,8	22,1
Cor ou raça						
Branca	38,6	17,1	23,6	47,7	75,3	34,7
Preta ou parda	60,9	81,7	76,1	52,1	24,4	63,8

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007.

Dos 6,7 milhões de adolescentes de 16 ou 17 anos de idade, cerca de 2,3 milhões estavam trabalhando. Aproximadamente 635 mil estavam ocupados em atividades agrícolas. Cabe ressaltar que 80,9% do total de adolescentes de 16 ou 17 anos residiam em área urbana. A proporção de adolescentes trabalhadores nesta faixa etária manteve-se estável em 34,7% no período de 2006 a 2007. Ainda nesta faixa etária, verificou-se que os adolescentes do sexo masculino (63,5%) e os de cor preta ou parda (55,4%) eram maioria no contingente de ocupados. Estes adolescentes tinham origem em domicílios cujo rendimento médio domiciliar *per capita* estava em torno de R\$ 352,00. Para os jovens com idades de 16 ou 17 anos, a legislação brasileira permite o trabalho desde que não esteja associado a atividades noturnas, perigosas e insalubres.

Tabela 19 - Distribuição das pessoas de 16 a 17 anos de idade, ocupadas na semana de referência, por Grandes Regiões, segundo o sexo, a situação do domicílio e a cor ou raça - 2007

Sexo, situação do domicílio e cor ou raça	Distribuição das pessoas de 16 a 17 anos de idade, ocupadas na semana de referência (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Sexo						
Homens	63,5	67,3	66,7	60,1	62,5	64,3
Mulheres	36,5	32,7	33,3	39,9	37,5	35,7
Situação do domicílio						
Urbana	71,9	65,3	53,9	86,4	72,0	84,5
Rural	28,1	34,7	46,1	13,6	28,0	15,5
Cor ou raça						
Branca	43,9	23,0	25,7	49,6	78,0	34,4
Preta ou parda	55,4	76,1	73,7	49,9	21,4	63,6

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007.

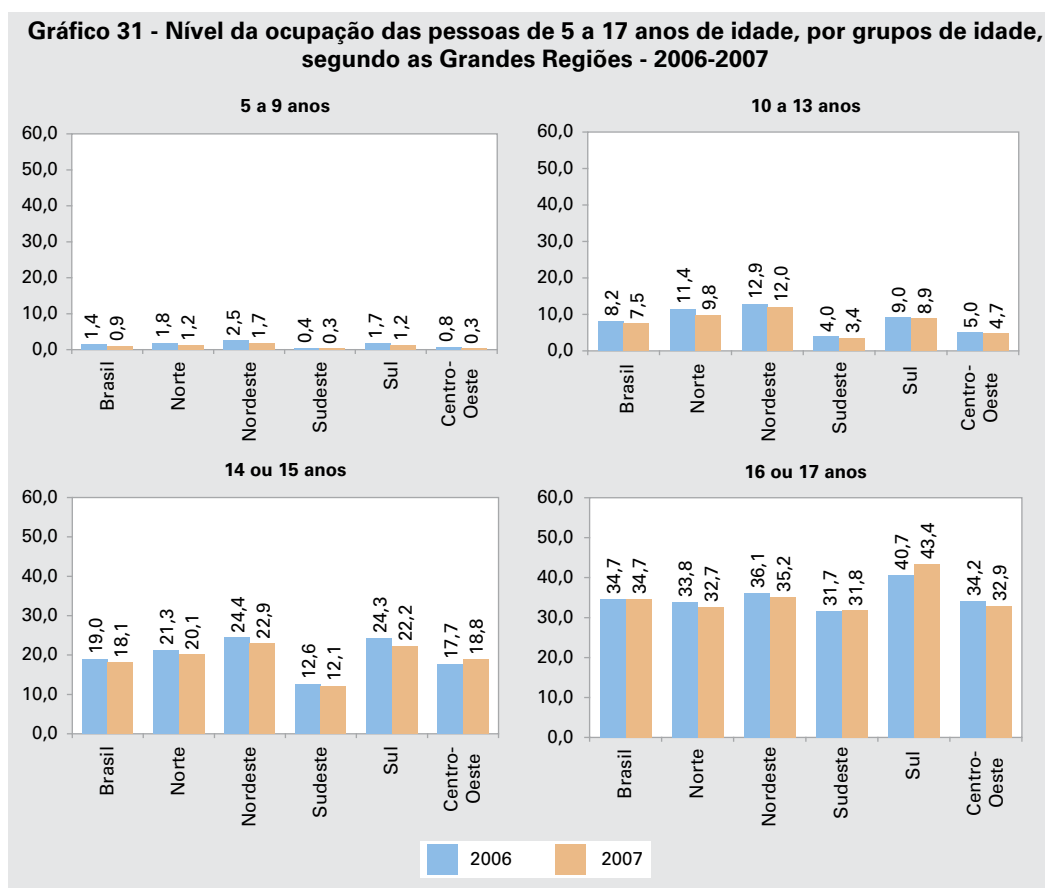
A proporção de crianças trabalhando no contingente de 5 a 9 anos de idade (nível da ocupação) foi estimado para 2007 em 0,9%, contra 1,4% do ano anterior. Na faixa de 10 a 13 anos de idade esta proporção era de 7,5% ante a de 8,2%, estimada em 2006. Entre os adolescentes com 14 ou 15 anos de idade, a proporção de ocupados foi estimada em 18,1%, 0,9 ponto percentual abaixo da estimada em 2006. Não foi verificada alteração significativa de 2006 para 2007 no nível da ocupação do contingente com 16 ou 17 anos de idade (34,7%). Para ilustrar, destaca-se que o nível da ocupação da população com 18 anos ou mais de idade caiu de 65,6%, em 2006, para 65,4%, em 2007, sendo que, nessa faixa etária, foi observado o aumento do número de ocupados.

A análise comparativa das cinco Grandes Regiões mostrou que no Nordeste, em 2007, estava concentrado o maior contingente de crianças e adolescentes trabalhadores, cerca de 1,8 milhão. Verificou-se, também, que no Sul (13,6%) e no Nordeste (13,4%), entre as crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade, a proporção de crianças e adolescentes trabalhadores (nível da ocupação) era superior a verificada nas demais regiões. Ressalta-se, ainda, que de 2006 para 2007, nas Regiões Norte e Nordeste, a redução do trabalho infantil foi mais expressiva que nas demais. Nestas regiões, houve redução significativa do número de crianças e adolescentes trabalhando em todas as faixas etárias.

Nas Regiões Norte (de 6,1% para 5,1%) e Nordeste (de 7,3% para 6,5%), o nível da ocupação na faixa de 5 a 13 anos de idade diminuiu, em relação a 2006, aproximadamente um ponto percentual.

Na faixa etária de 14 a 17 anos de idade foi verificada redução ainda mais expressiva no Nível da Ocupação: no Norte caiu de 27,4% para 26,1%, no Nordeste de 30,3% para 28,9%, no Sudeste de 22,3% para 21,8%. No Sul e Centro-Oeste não se verificou alteração significativa.

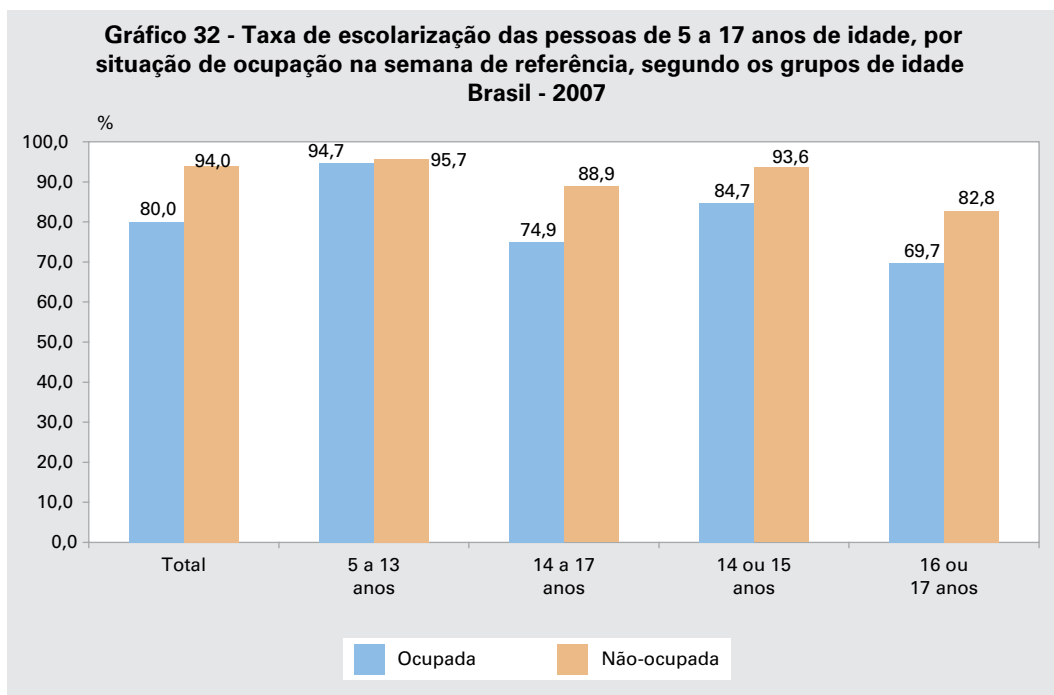
Nas cinco Grandes Regiões, o nível da ocupação das crianças e adolescentes do sexo masculino era superior ao do feminino, em todas as faixas etárias definidas para a análise.



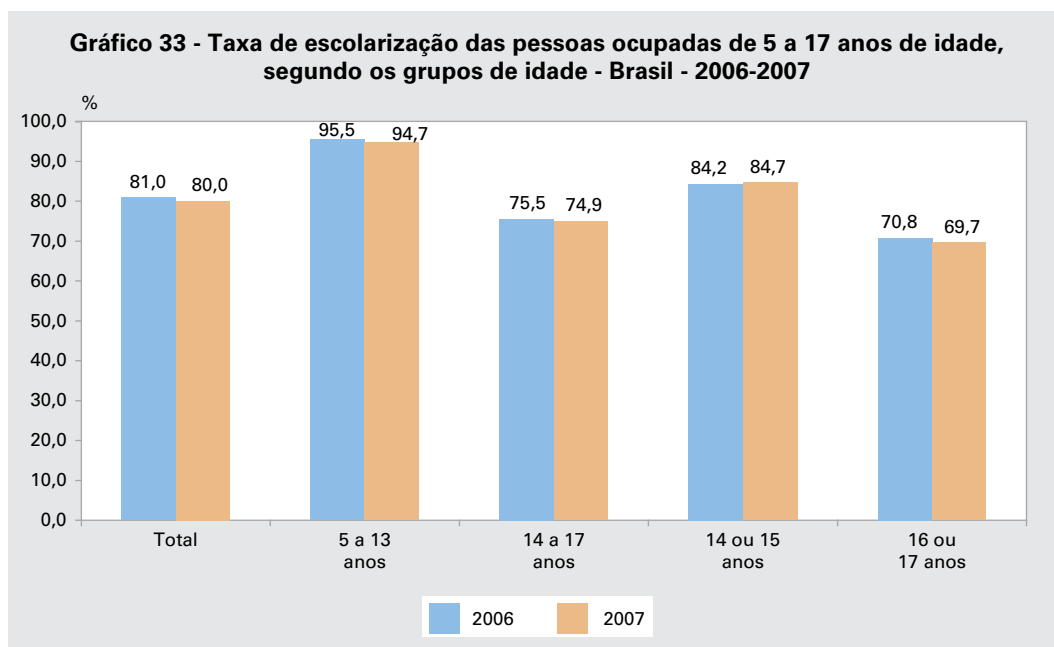
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006-2007.

O trabalho infantil tem reflexos na taxa de frequência a escola. É o que demonstra o Gráfico 32, onde podem ser observadas as diferenças entre as taxas de escolarização das crianças e adolescentes ocupados e não-ocupados, que são mais significativas, especialmente para aqueles com 14 a 17 anos de idade, correspondendo à faixa etária com maior nível da ocupação (26,2%).

Em relação a 2006, houve queda na taxa de escolarização das crianças e adolescentes ocupados de 5 a 17 anos de idade (de 81,0% para 80,0%), sobretudo nas faixas de 5 a 13 anos e 16 ou 17 anos de idade. Importante registrar que este comportamento não se configurou entre os não-ocupados. A redução na taxa de escolarização das crianças e adolescentes ocupadas pode ser explicada pela redução expressiva do contingente de ocupados.

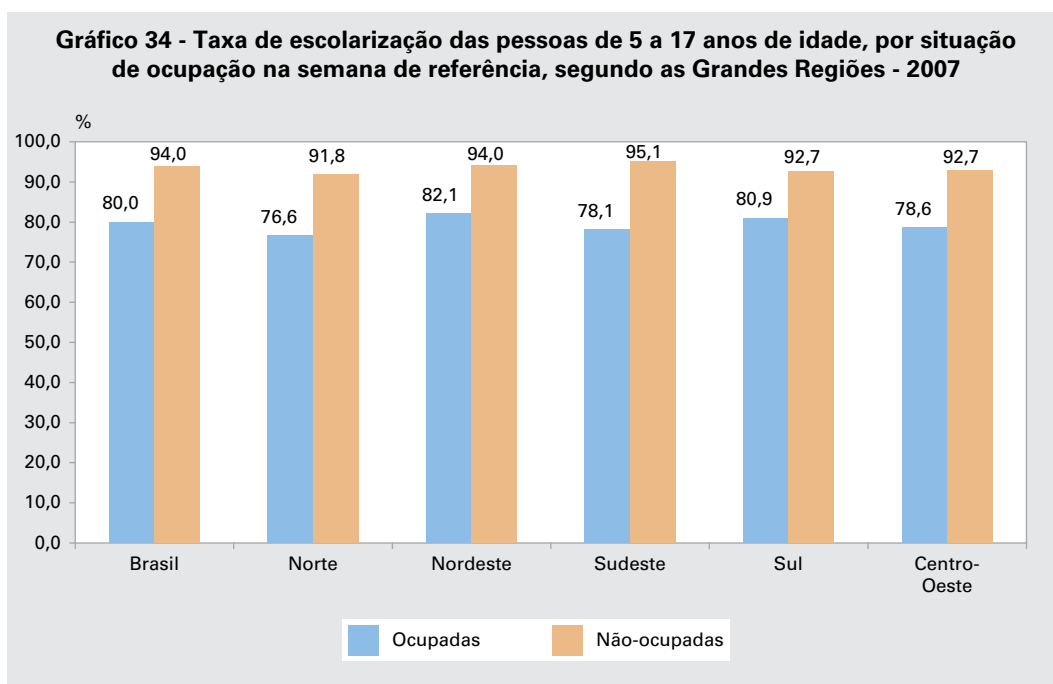


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006-2007.

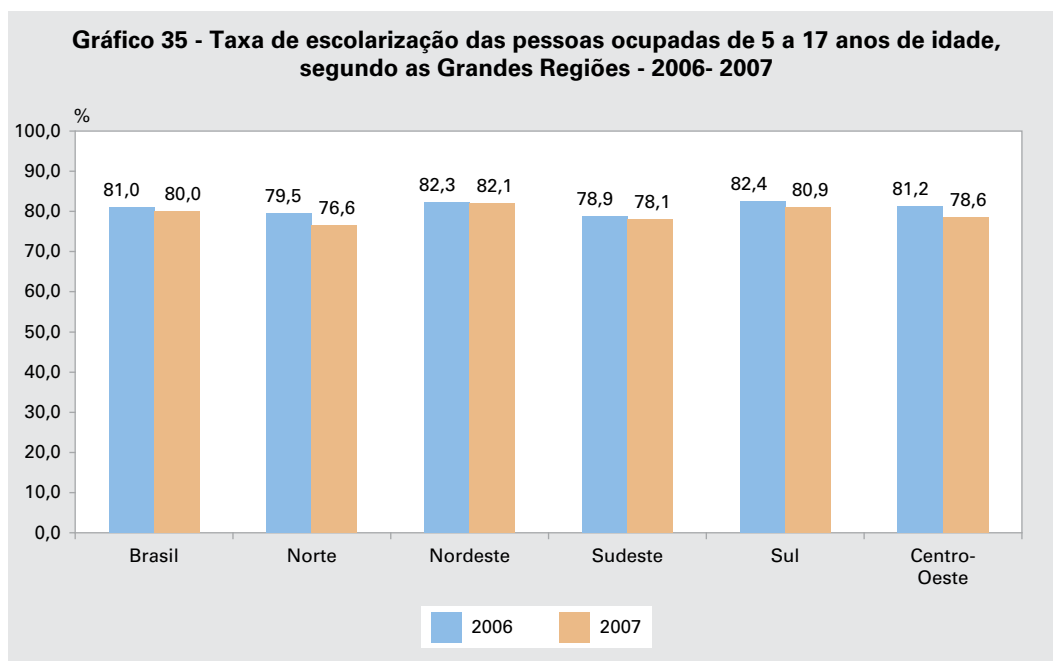
Na Região Norte, as taxas de escolarização eram as mais baixas e a Região Sudeste abrigava a maior diferença entre as taxas das crianças e adolescentes, segundo a situação de ocupação.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007.

Em quase todas as regiões, foi verificada queda na taxa de escolarização das crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade, conforme mostra o Gráfico 35.

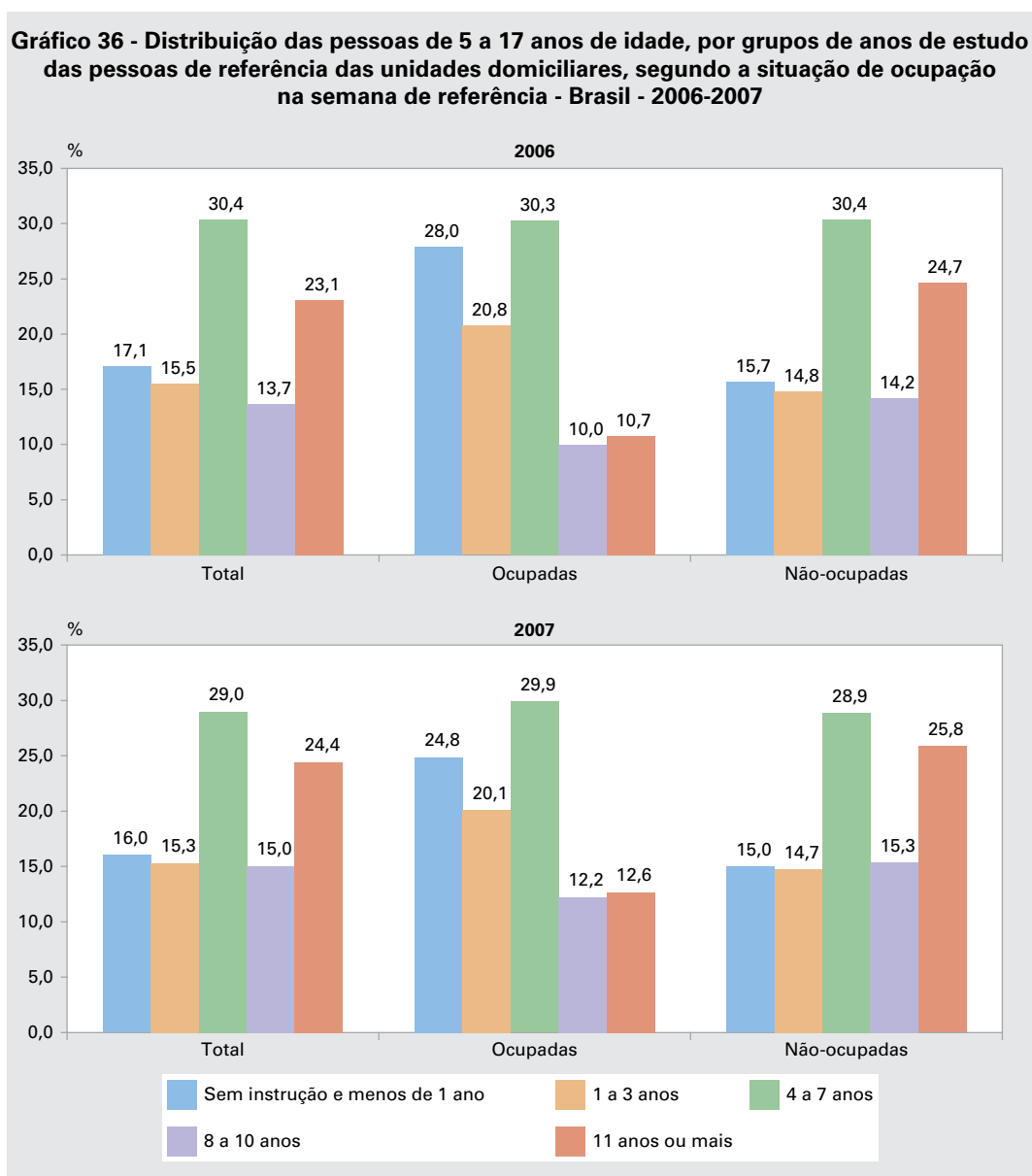
As análises comparativas das regiões mostraram que, na Região Norte, em 2006, a taxa de escolarização das crianças e adolescentes ocupadas de 5 a 17 anos de idade era superior a da Região Sudeste, que até então abrigava a menor taxa. Porém, em 2007, embora nessa última região também fosse observada queda na taxa de escolarização, a menor taxa foi verificada na Região Norte.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006-2007.

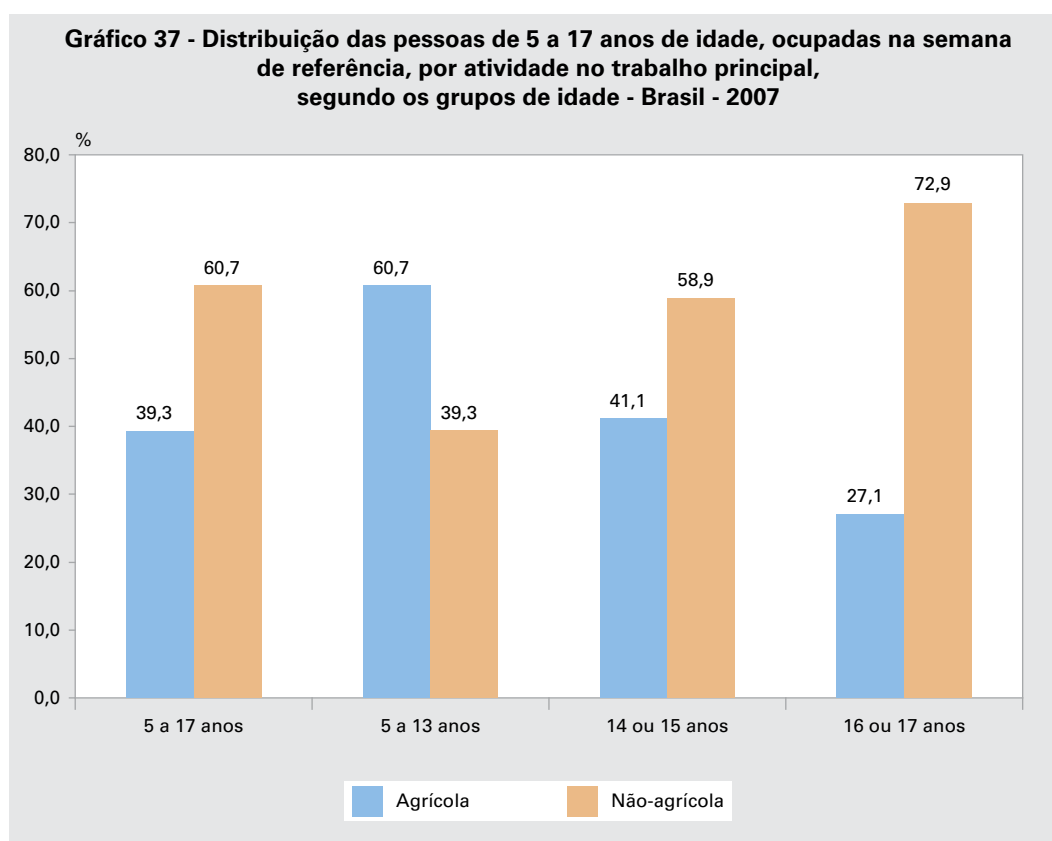
Analisando a escolaridade das pessoas de referência das unidades domiciliares, onde residiam crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade, chegou-se à conclusão que 16,0% dessas crianças e adolescentes residiam em domicílios cuja pessoa de referência tinha menos de 1 ano de estudo. Separando apenas as crianças e adolescentes ocupadas, verificou-se que este percentual chegava a 24,8%. No conjunto composto apenas de crianças e adolescentes não-ocupadas, o percentual era de 15,0%.

A comparação com o ano de 2006 apontou redução no percentual de crianças e adolescentes residindo em domicílios cuja pessoa de referência tinha menos um ano de estudo. Isto foi verificado nos domicílios que existiam crianças ocupadas ou não, como mostra o gráfico a seguir.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006-2007.

Outro resultado apontado pela pesquisa foi a confirmação do fato que quanto mais elevada a faixa etária, menor era o percentual de crianças e adolescentes ocupados em atividades agrícolas. Cerca de 39,3% das crianças e adolescentes ocupados na faixa etária de 5 a 17 anos de idade estavam inseridas em atividades agrícolas. Entre os jovens trabalhadores na faixa etária de 5 a 13 anos, a proporção de ocupados na atividade agrícola era maior (60,7%). Nas faixas de 14 ou 15 e 16 ou 17 anos de idade, havia uma predominância de adolescentes em atividades não-agrícolas.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007.

Em 2007, segundo a PNAD, a participação dos trabalhadores de 5 a 17 anos de idade, exercendo atividades agrícolas, reduziu em relação a 2006 (de 41,4% para 39,3%). Este comportamento foi verificado em todas as faixas etárias que envolvem as crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade.

Na Região Nordeste, 68,2% das crianças e adolescentes trabalhadores de 5 a 13 anos de idade estavam ocupados em atividades agrícolas. A Região Centro-Oeste foi a que apresentou o menor percentual, 36,4%.

Em quase todas as regiões, com exceção da Sudeste e Centro-Oeste, o percentual de ocupados em atividades agrícolas, na faixa etária de 5 a 13 anos de idade, era superior ao daqueles envolvidos em atividades não-agrícolas. Na Região Nordeste, este comportamento se estendeu até a faixa etária de 14 a 17 anos de idade.

Analisando a distribuição das crianças e adolescentes ocupados com 5 a 17 anos de idade, verificou-se que 48,1% estavam contratados como empregado ou como trabalhador doméstico, e 35,8% eram trabalhadores não-remunerados. Observou-se, também, que, à medida que aumentava a faixa etária, caía a proporção de trabalhadores não-remunerados e aumentava o percentual de empregados e trabalhadores domésticos.

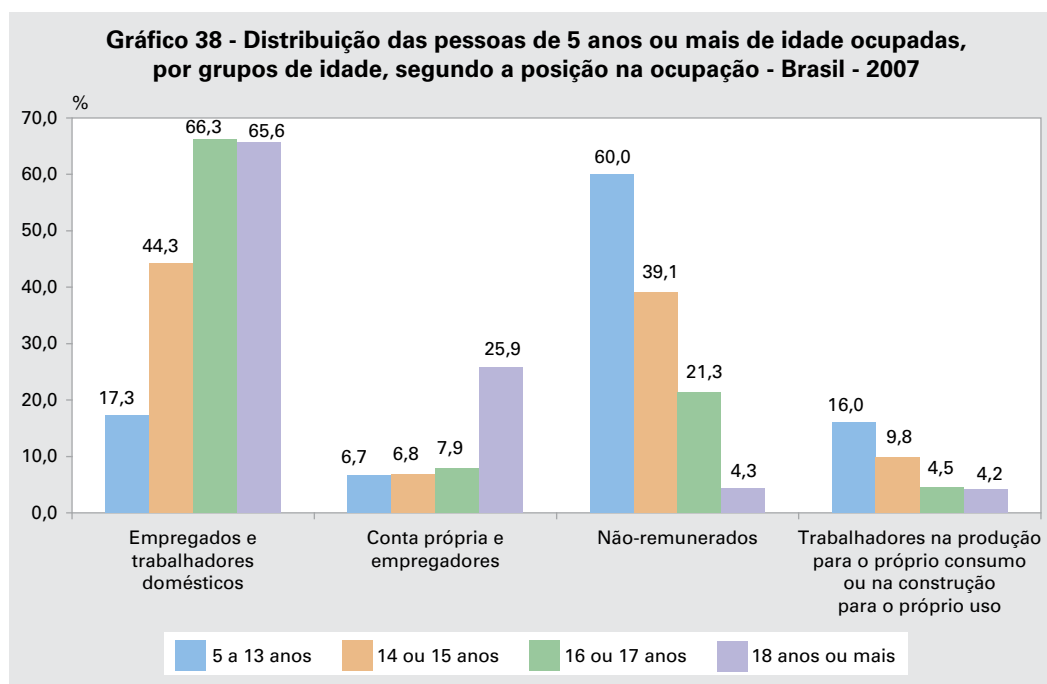
Tabela 20 - Percentual das pessoas de 5 anos ou mais de idade, ocupadas em atividade agrícola na semana de referência, por Grandes Regiões, segundo os grupos de idade - 2006-2007

Grupos de idade	Percentual das pessoas de 5 anos ou mais de idade, ocupadas em atividade agrícola na semana de referência (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
2006						
5 a 17 anos	41,4	45,1	57,5	21,1	41,6	26,6
5 a 13 anos	62,6	59,6	69,0	43,7	69,1	52,4
14 a 17 anos	33,4	37,4	51,3	16,6	31,8	20,4
14 ou 15 anos	43,6	43,2	57,4	25,4	46,0	26,5
16 ou 17 anos	27,8	33,6	47,2	13,2	23,7	17,2
18 anos ou mais	18,1	20,9	31,9	9,3	20,1	16,0
2007						
5 a 17 anos	39,3	43,4	56,7	18,6	39,9	20,2
5 a 13 anos	60,7	66,1	68,2	37,0	64,5	36,6
14 a 17 anos	32,0	32,9	50,9	15,3	32,1	16,9
14 ou 15 anos	41,1	37,3	56,6	22,9	44,9	20,3
16 ou 17 anos	27,1	30,0	47,0	12,3	25,7	14,9
18 anos ou mais	17,2	20,4	30,6	8,5	18,4	16,2

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006-2007.

No Brasil, aproximadamente 60,0% das crianças e adolescentes ocupados, de 5 a 13 anos de idade desenvolviam, em 2007, atividades não-remuneradas. Entre aqueles trabalhadores com 14 ou 15 anos de idade esta proporção era 39,1%. No grupo dos que trabalhavam e tinham 16 ou 17 anos de idade, os não-remunerados representavam pouco mais de um quinto (21,3%); entre aqueles ocupados com 18 anos ou mais de idade representavam apenas 4,3%.

A participação de trabalhadores na produção para o próprio consumo ou na construção para o próprio uso, era similar a do grupo dos não-remunerados, ainda que em patamares bem mais baixos.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007.

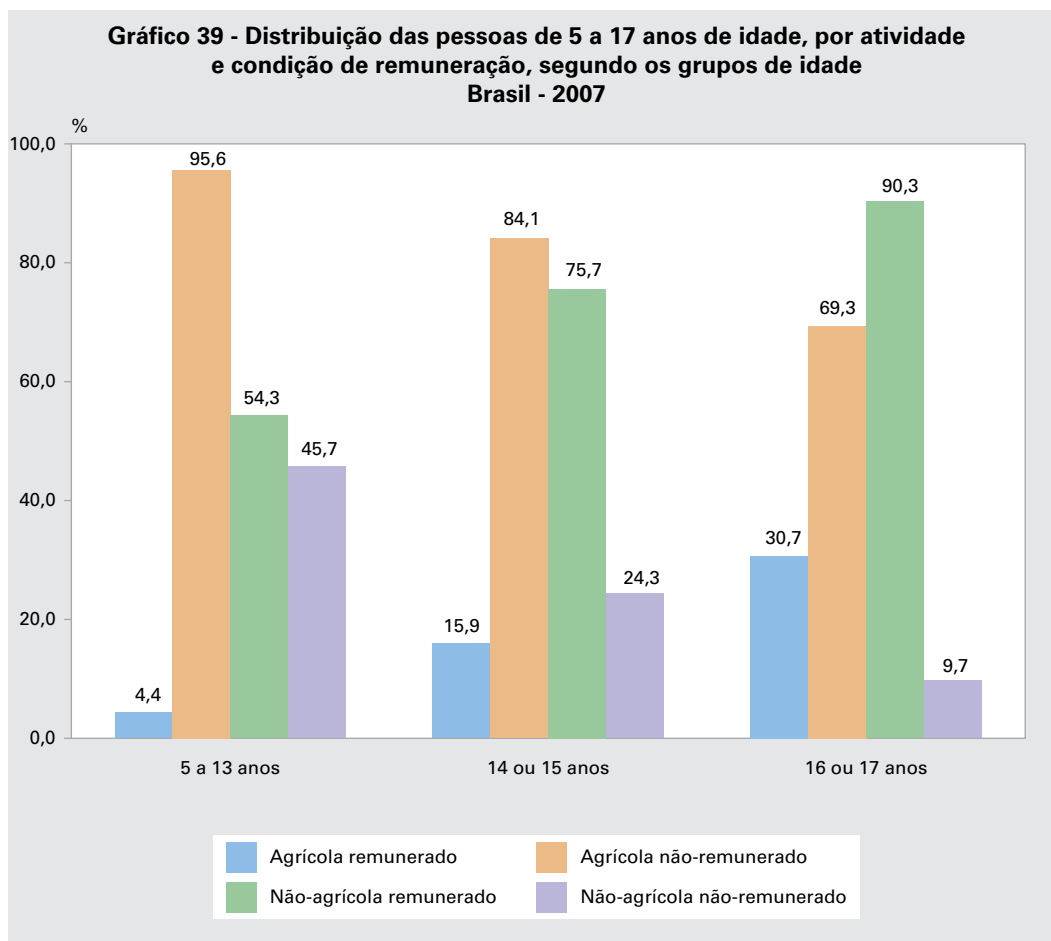
Em 2007, destacou-se a redução do percentual de crianças e adolescentes trabalhadores (5 a 17 anos de idade) realizando atividades na produção para o próprio consumo ou na construção para o próprio uso e trabalhadores não-remunerados. Movimento contrário foi observado no *percentual* de empregados e trabalhadores domésticos.

Tabela 21 - Distribuição das pessoas de 5 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, por Grandes Regiões, segundo a posição na ocupação no trabalho principal - 2006-2007

Posição na ocupação no trabalho principal	Distribuição das pessoas de 5 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
2006						
Empregados e trabalhadores domésticos	63,5	54,9	52,3	72,1	60,7	68,0
Conta própria e empregadores	25,6	29,9	29,0	22,8	25,8	24,6
Não-remunerados	6,2	9,6	10,9	2,5	7,8	3,6
Trabalhadores na produção para o próprio consumo ou na construção para o próprio uso	4,8	5,6	7,8	2,5	5,7	3,8
2007						
Empregados e trabalhadores domésticos	64,7	57,5	53,4	72,8	63,2	68,0
Conta própria e empregadores	24,9	28,6	27,8	22,5	24,8	24,9
Não-remunerados	6,0	9,4	10,2	2,6	7,5	3,6
Trabalhadores na produção para o próprio consumo ou na construção para o próprio uso	4,5	4,5	8,6	2,0	4,6	3,5

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006-2007.

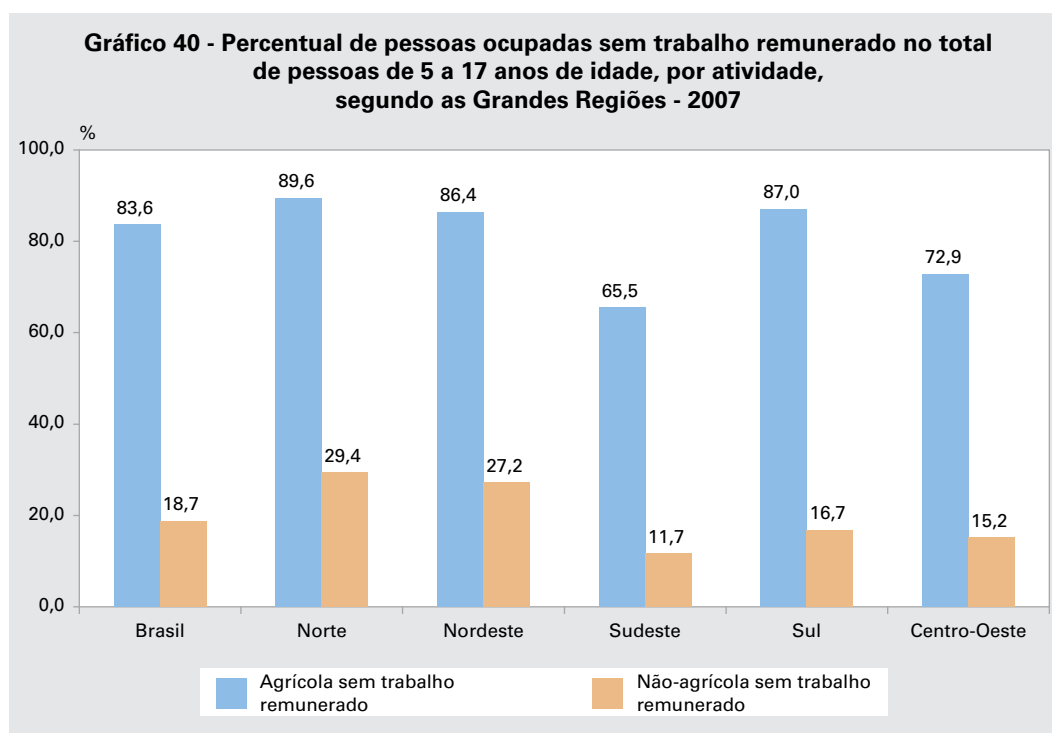
Constatou-se, também, que o trabalho sem contrapartida de remuneração estava intensamente presente entre as crianças e adolescentes ocupados, de 5 a 17 anos de idade. Entre os trabalhadores mais novos (5 a 13 anos de idade), esta característica de inserção no mercado de trabalho era mais forte entre os que estavam em atividades agrícolas. Nessa mesma faixa etária, o percentual de crianças e adolescentes em trabalho não-remunerado ocupados em atividades não-agrícolas representava 44,7%.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007.

Em todas as regiões, a maioria das crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade, envolvidos em atividades agrícolas, não recebia contrapartida em dinheiro por suas tarefas. Nas Regiões Norte, Nordeste e Sul, este percentual ultrapassava 80,0%.

O percentual de crianças e adolescentes na faixa de 5 a 17 anos de idade trabalhando sem remuneração em atividades não-agrícolas apresentou redução em todas as regiões. No Brasil, este percentual caiu de 21,1% para 19,4%. Nas atividades agrícolas, o comportamento foi diferenciado entre as regiões. Nas Regiões Norte (de 87,7% para 89,6%) e Nordeste (de 85,9% para 86,4%), este percentual aumentou.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007.

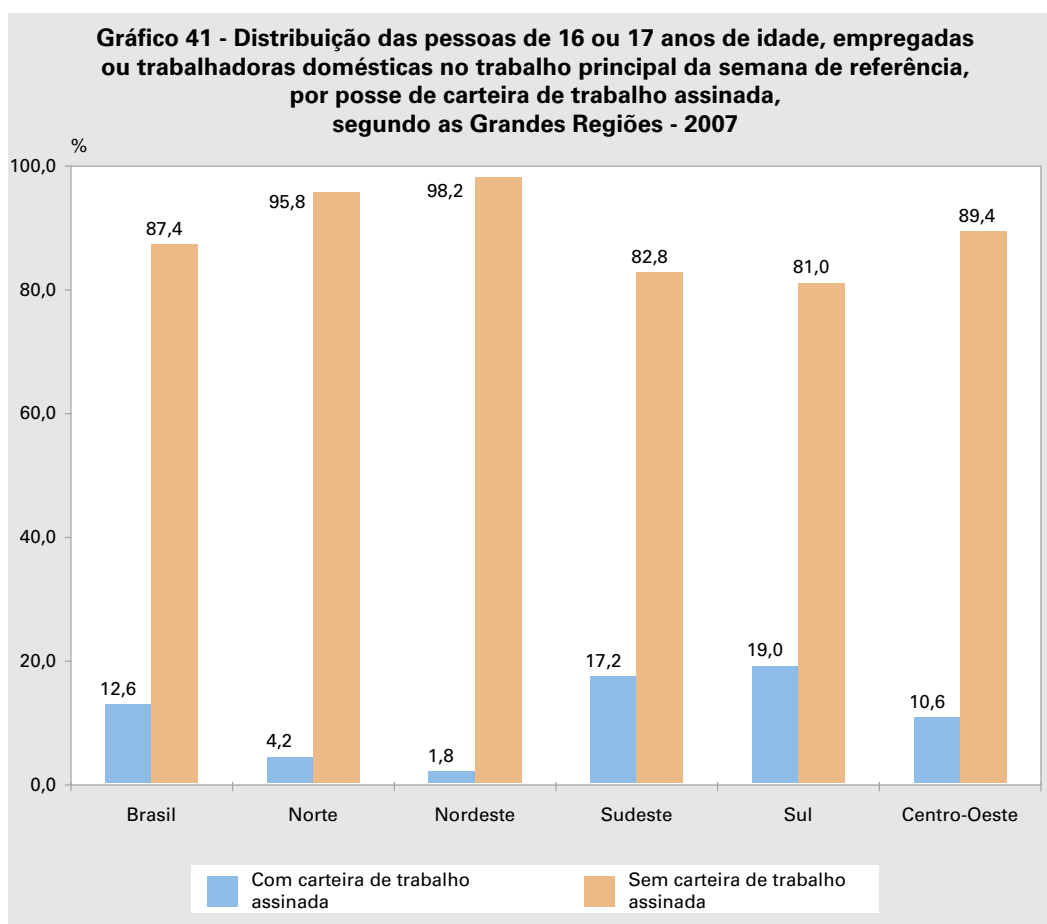
O percentual de trabalhadores de 5 a 17 anos não-remunerados apresentou, em 2007, em todas as regiões, redução em relação a 2006, nas atividades não-agrícolas. Nas atividades agrícolas, só não foi verificada queda nas Regiões Norte e Nordeste.

Tabela 22 - Distribuição das pessoas de 5 a 17 anos de idade, ocupadas na semana de referência, por Grandes Regiões, segundo a atividade e a condição de remuneração no trabalho principal - 2006-2007

Atividade e condição de remuneração no trabalho principal	Distribuição das pessoas de 5 a 17 anos de idade, ocupadas na semana de referência (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
2006						
Agrícola	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Com trabalho remunerado	16,2	12,3	14,1	33,0	9,0	25,9
Sem trabalho remunerado	83,8	87,7	85,9	67,0	91,0	74,1
Não-agrícola	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Com trabalho remunerado	78,9	61,4	70,6	86,8	82,5	84,3
Sem trabalho remunerado	21,1	38,6	29,4	13,2	17,5	15,7
2007						
Agrícola	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Com trabalho remunerado	16,3	10,4	13,5	34,5	13,0	27,1
Sem trabalho remunerado	83,7	89,6	86,5	65,5	87,0	72,9
Não-agrícola	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Com trabalho remunerado	81,3	70,6	72,8	88,3	83,3	84,8
Sem trabalho remunerado	18,7	29,4	27,2	11,7	16,7	15,2

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006-2007.

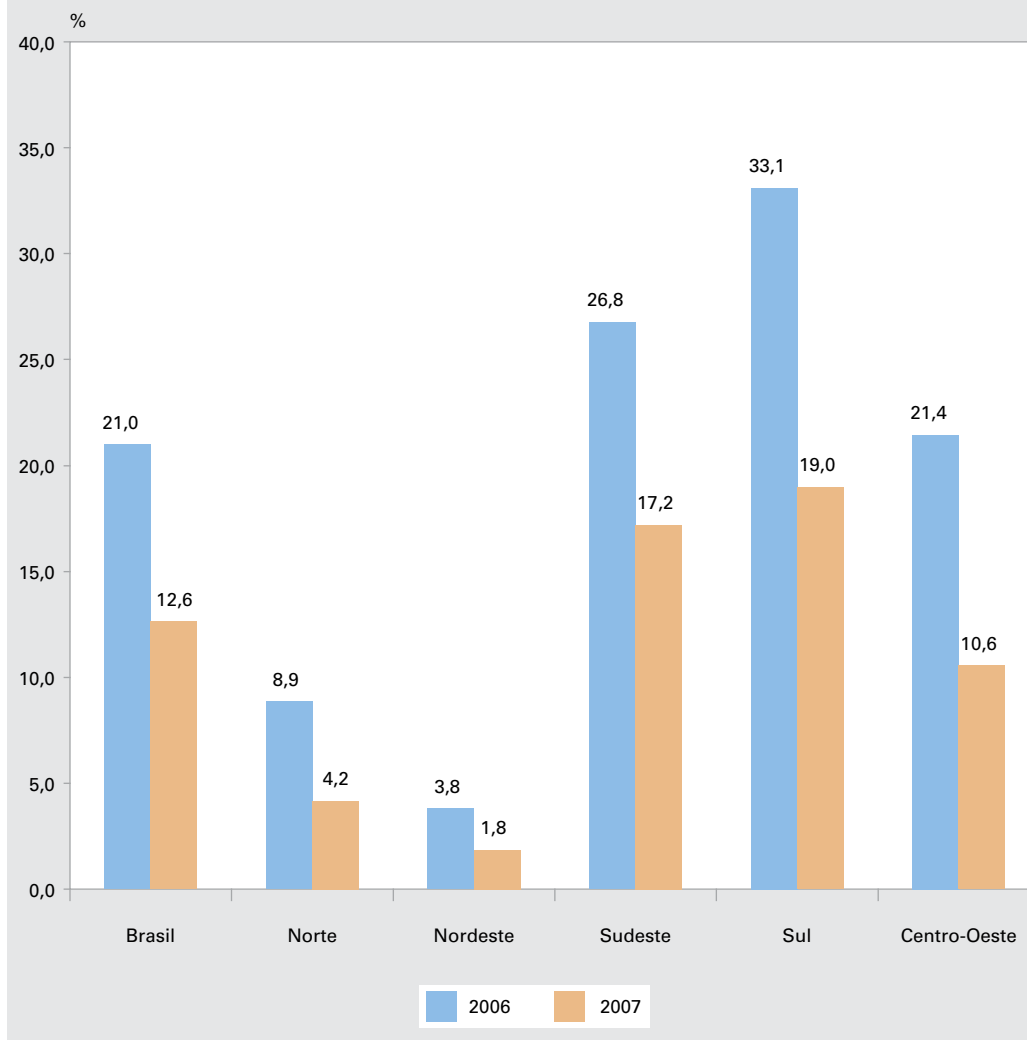
Com as características já apresentadas anteriormente, que apontavam elevado percentual de crianças e adolescentes em atividades agrícolas e trabalhando sem contrapartida de remuneração, era esperado que o contingente de trabalhadores com carteira de trabalho assinada fosse baixo. No Brasil, aproximadamente 87,4% das crianças e adolescentes de 16 a 17 anos de idade que estavam trabalhando como empregados ou trabalhadores domésticos não tinham carteira de trabalho assinada. Na Região Nordeste, foi encontrado o percentual mais baixo do total de crianças e adolescentes, nessa faixa etária, ocupados com carteira de trabalho assinada, 1,8%. Na Região Sul, foi observado o mais alto (19,0%).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007.

O contraste entre os anos de 2007 e 2006 apontou queda no contingente de empregados e trabalhadores domésticos na faixa de 16 ou 17 anos de idade, com e sem carteira de trabalho assinada. Entretanto, esta redução foi muito mais acentuada entre os empregados com carteira de trabalho assinada. Este comportamento fez com que o percentual de empregados e trabalhadores domésticos com carteira de trabalho assinada, com 16 ou 17 anos de idade no Brasil, caísse de 21,0% para 12,6%.

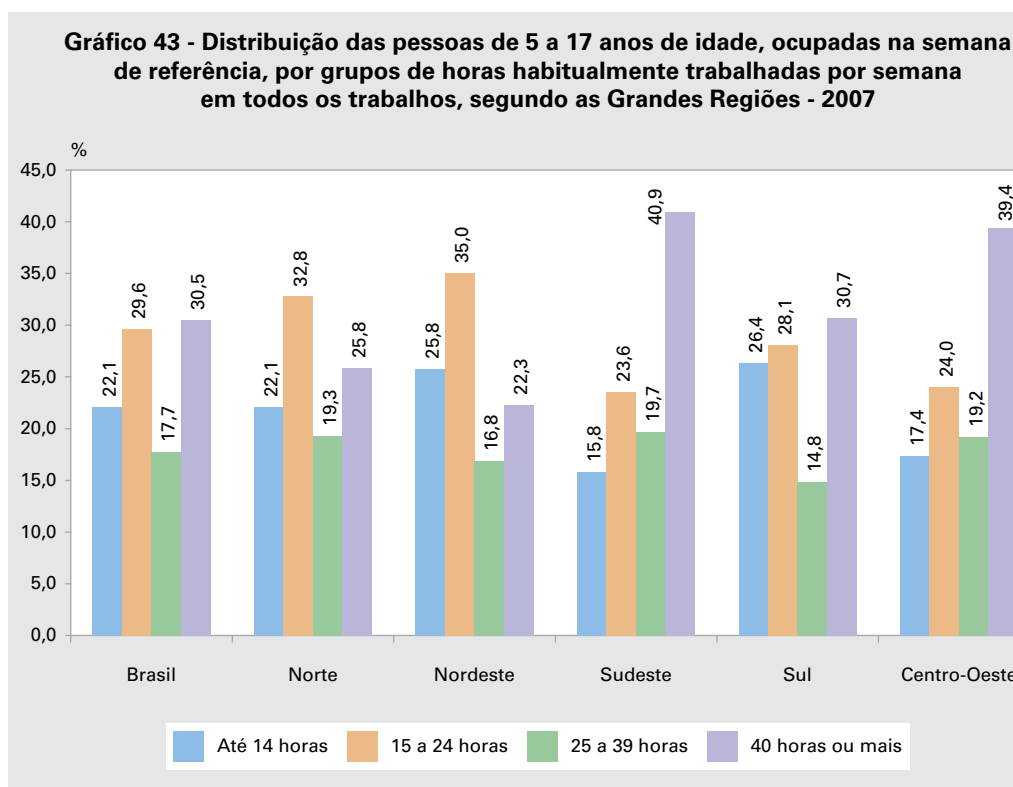
Gráfico 42 - Distribuição das pessoas de 16 ou 17 anos de idade com carteira de trabalho assinada, empregadas ou trabalhadoras domésticas no trabalho principal da semana de referência, segundo as Grandes Regiões - 2006-2007



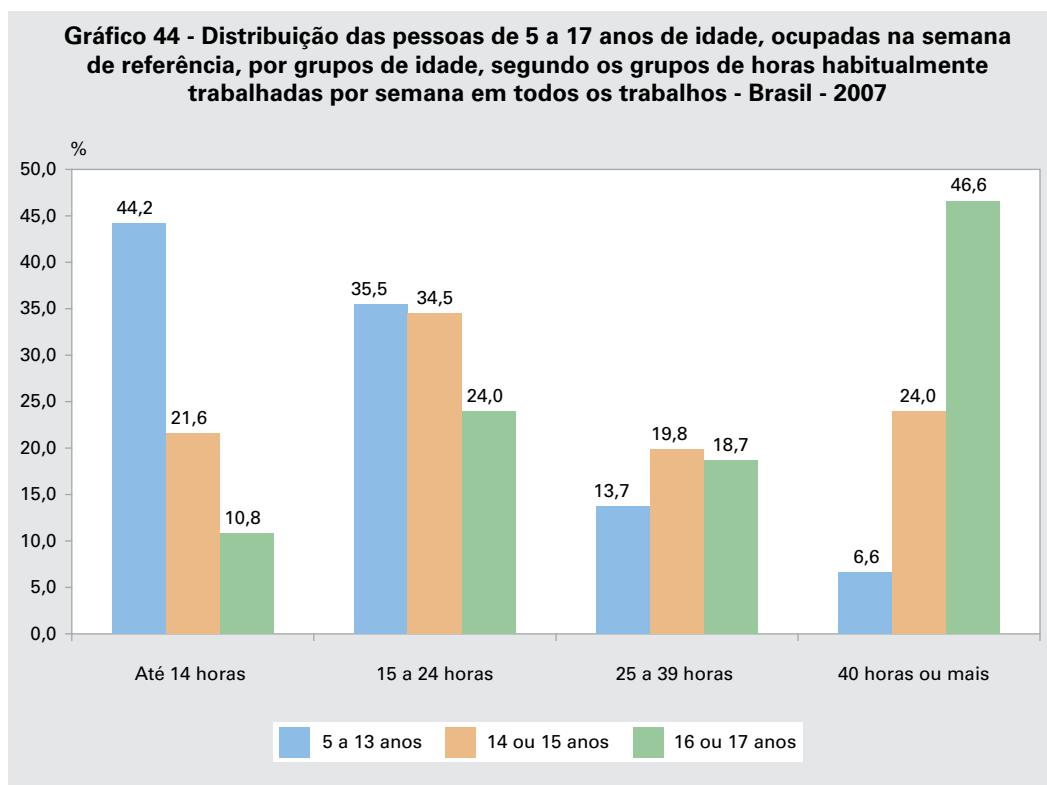
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006-2007.

Foi estimada em 30,5% a parcela da população de 5 a 17 anos de idade ocupada na semana de referência que cumpria jornada semanal de trabalho de 40 horas ou mais. O percentual de homens ocupados com 5 a 17 anos de idade que cumpria 40 horas ou mais de trabalho semanal (31,9%) era superior ao de mulheres da mesma faixa etária (27,8%). Por outro lado, o percentual de mulheres (27,3%) que trabalhavam até 14 horas semanais era superior ao de homens (19,4%).

Ao analisar a jornada de trabalho semanal, segundo as faixas etárias, verificou-se que mais da metade dos trabalhadores de 5 a 13 anos de idade (44,2%) trabalhavam até 14 horas por semana. Do total de crianças e adolescentes de 5 a 13 anos de idade, 6,6% trabalhavam 40 horas ou mais. Por outro lado, dentre os trabalhadores de 16 ou 17 anos de idade esse percentual era de 46,6%.

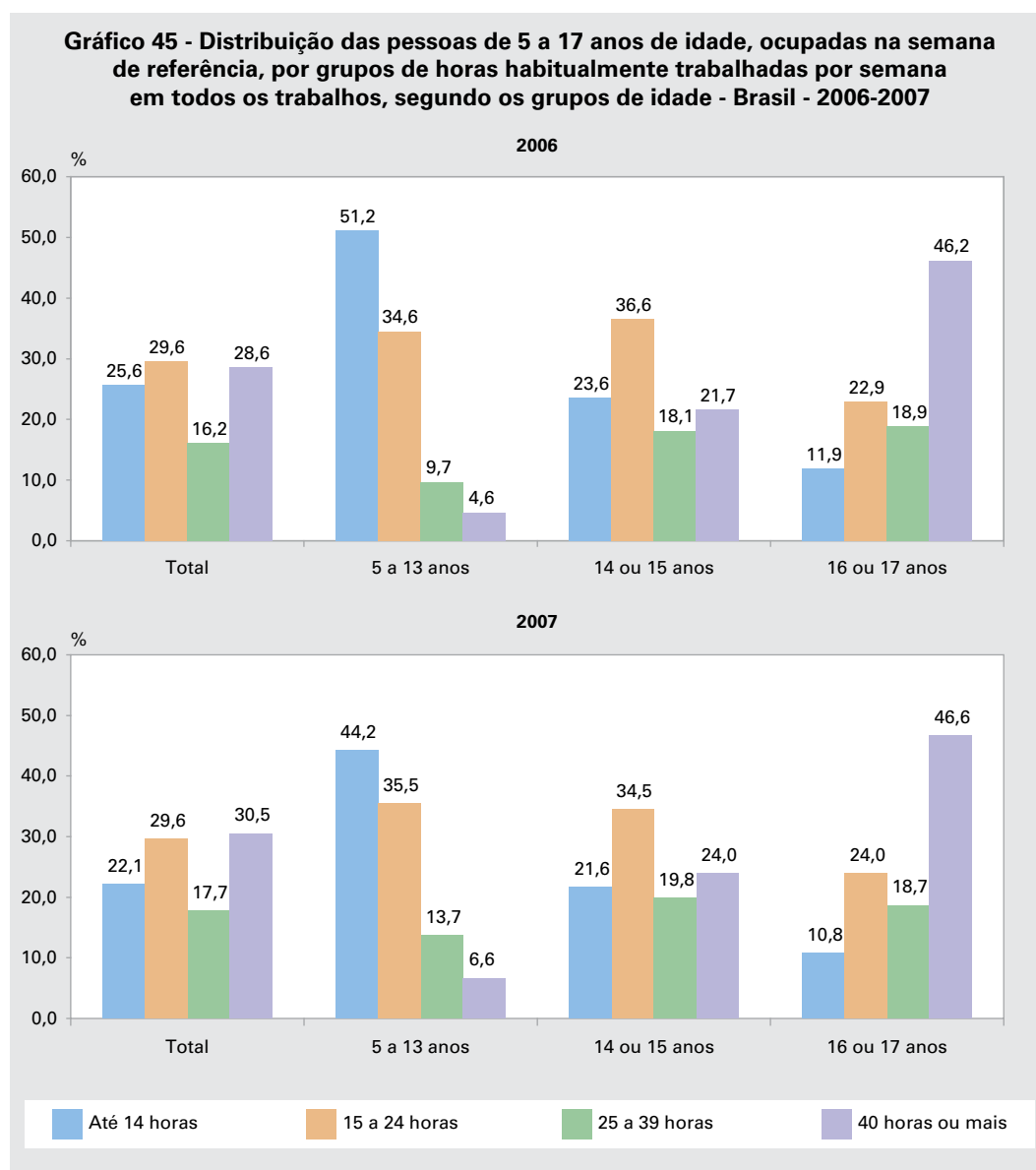


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra Domicílios 2007.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007.

Em um ano foram registradas alterações na distribuição do contingente de crianças e adolescentes trabalhadores, no que tange ao grupo de horas trabalhadas. Para os trabalhadores na faixa de 5 a 13, e, 14 ou 15 anos de idade, foi verificada redução do percentual no grupo que trabalhava até 14 horas e aumento no grupo que trabalhava 40 horas ou mais. Na faixa de 16 ou 17 anos de idade, foi verificado o mesmo comportamento, como mostra o Gráfico 45, a seguir.

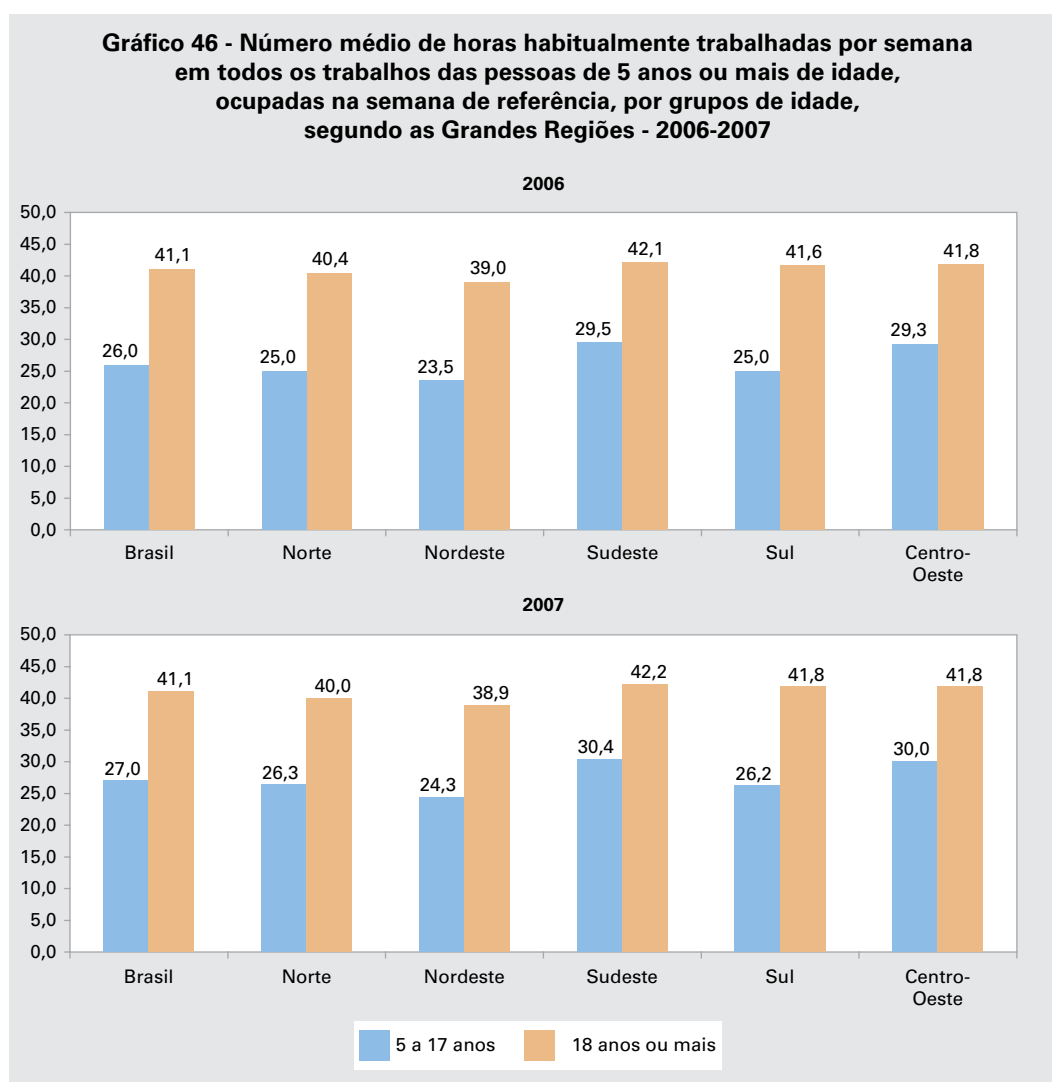


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006-2007.

A distribuição das crianças e adolescentes ocupados de 5 a 17 anos de idade, por faixa de horas habitualmente trabalhadas, era diferenciada entre as regiões. Nas Regiões Norte e Nordeste, aproximadamente 1/3 das crianças e adolescentes trabalhavam de 15 a 24 horas (32,8% e 35,0%, respectivamente). As Regiões Sudeste e Centro-Oeste apresentaram uma concentração maior de crianças e adolescentes na faixa de

40 horas ou mais (40,9% e 39,4%, respectivamente). Na Região Sul, o comportamento também era diferenciado, pois parcela expressiva das crianças e adolescentes (26,4%) estava concentrada na faixa de até 14 horas de trabalho semanal.

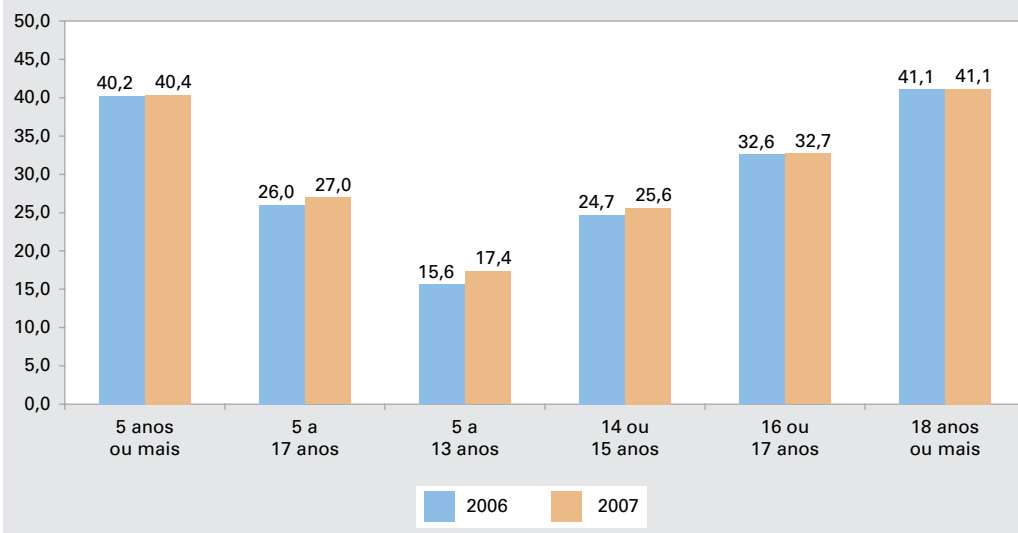
A jornada de trabalho das crianças e adolescentes era inferior a dos adultos. Em média, um adulto com 18 anos ou mais de idade trabalhava cerca de 41,1 horas, enquanto um menor de 5 a 17 anos de idade, trabalhava aproximadamente 27,0 horas. As Regiões Sudeste e Centro-Oeste foram as que apresentaram as menores diferenças entre as jornadas de trabalho das duas populações, conforme mostra o Gráfico 46.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006-2007.

Em relação a 2006, foi verificado aumento de uma hora na jornada de trabalho das crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade. Registra-se que este comportamento foi verificado em todas as regiões. O aumento da jornada de trabalho se deu, mais especificamente, na faixa de 5 a 13 anos de idade, como aponta o gráfico a seguir.

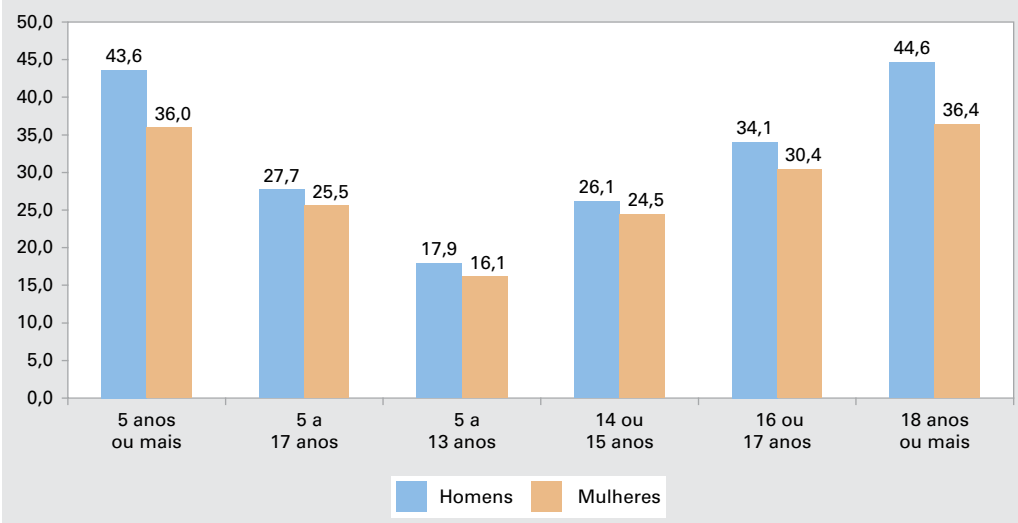
Gráfico 47 - Número médio de horas habitualmente trabalhadas por semana em todos os trabalhos das pessoas de 5 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, segundo os grupos de idade Brasil - 2006-2007



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006-2007.

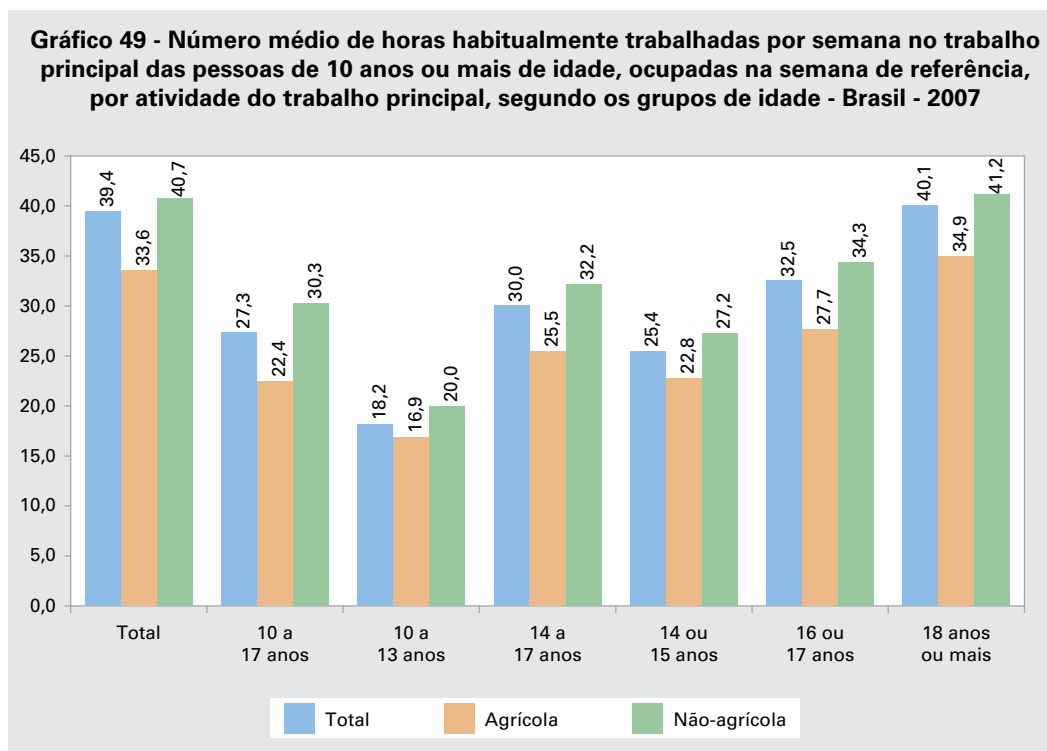
Os homens ocupados de 5 a 17 anos de idade trabalhavam cerca de 27,7 horas por semana, enquanto as mulheres da mesma faixa etária trabalhavam cerca de 25,5 horas por semana. É interessante observar que, na faixa de 5 a 13 anos de idade, a diferença entre as jornadas de homens e mulheres era de apenas 1,8 hora. Nas faixas superiores, as diferenças eram mais significativas. Na idade adulta (18 anos ou mais), a diferença era, também, relevante.

Gráfico 48 - Número médio de horas habitualmente trabalhadas por semana em todos os trabalhos das pessoas de 5 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por sexo, segundo os grupos de idade - Brasil - 2007



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007.

O número médio de horas trabalhadas, estimado para a população de 10 a 17 anos de idade, na atividade agrícola, foi de 22,4 horas semanais, inferior ao estimado para atividades não-agrícolas (30,3 horas). Em todas as faixas etárias, o número médio de horas trabalhadas nas atividades agrícolas era inferior ao das atividades não-agrícolas.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007.

A Tabela 23, a seguir, revela que, de 2006 para 2007, o aumento ocorrido na jornada de trabalho das crianças e adolescentes envolvidos em atividades agrícolas e não-agrícolas foi similar. O aumento em ambos os grupos de atividade ocorreu nas faixas etárias com até 15 anos de idade. Para aqueles na faixa de 16 ou 17 anos de idade, não foi registrada movimentação significativa.

Tabela 23 - Número médio de horas habitualmente trabalhadas por semana no trabalho principal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por grupos de idade e atividade do trabalho principal - Brasil - 2006-2007

Ano	Número médio de horas habitualmente trabalhadas por semana no trabalho principal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência						
	Total	Grupos de idade					
		10 a 17 anos	10 a 13 anos	14 a 17 anos	14 ou 15 anos	16 ou 17 anos	18 anos ou mais
		Agrícola					
2006	33,3	21,9	15,9	25,2	22,1	27,9	34,8
2007	33,6	22,4	16,9	25,5	22,8	27,7	34,9
		Não-agrícola					
2006	40,8	29,4	17,3	31,7	26,2	34,0	41,3
2007	40,7	30,3	20,0	32,2	27,2	34,3	41,2

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006-2007.

Para os que eram remunerados, em todas as faixas etárias, o número médio de horas trabalhadas era superior ao dos que não recebiam remuneração. As diferenças cresciam, à medida que aumentava a faixa etária. Não foram verificadas diferenças significativas de comportamento entre as regiões.

De 2006 para 2007, foi registrado aumento da jornada de trabalho das crianças e adolescentes nas faixas de 10 a 13 e 14 ou 15 anos de idade, dos trabalhadores remunerados e não-remunerados.

Tabela 24 - Número médio de horas habitualmente trabalhadas por semana no trabalho principal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por grupos de idade e condição de remuneração no trabalho principal - Brasil - 2006-2007

Ano	Número médio de horas habitualmente trabalhadas por semana no trabalho principal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência						
	Total	Grupos de idade					
		10 a 17 anos	10 a 13 anos	14 a 17 anos	14 ou 15 anos	16 ou 17 anos	18 anos ou mais
Com trabalho remunerado							
2006	41,2	32,3	20,0	33,7	28,8	35,4	41,6
2007	41,2	32,8	22,6	34,0	29,9	35,5	41,5
Sem trabalho remunerado							
2006	23,4	19,3	15,3	22,0	20,3	23,7	24,6
2007	24,3	20,1	16,6	22,4	20,7	24,0	25,5

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006-2007.

Uma parcela relevante das crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade ocupados na semana de referência trabalhava sem receber rendimento por seu trabalho (44,9%). Sendo que 10,9% ganhavam menos de um quarto do salário mínimo.

No que se refere à distribuição da população, segundo as classes de rendimento, registrou-se que o percentual de mulheres sem rendimento era inferior ao dos homens. Notou-se, também, que havia uma concentração maior de mulheres nas faixas de rendimentos mais baixos.

A distribuição das crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade ocupados na semana de referência, segundo as classes de rendimento mensal de todos os trabalhos, era diferenciada entre as regiões. A Tabela 26 mostra que em quase todas as regiões havia uma proporção maior de crianças e adolescentes na classe dos "sem rendimento". Verificou-se, ainda, que nas Regiões Norte e Nordeste, essa parcela representava cerca de três quintos (56,3% e 61,4%, respectivamente) das crianças e adolescentes que trabalhavam. Comportamento esperado, dado o maior peso do trabalho agrícola nestas regiões.

Tabela 25 - Distribuição das pessoas de 5 a 17 anos de idade, ocupadas na semana de referência, por classes de rendimento mensal de todos os trabalhos, segundo o sexo - Brasil - 2007

Sexo	Distribuição das pessoas de 5 a 17 anos de idade, ocupadas na semana de referência, por classes de rendimento mensal de todos os trabalhos (%)					
	Sem rendimento	Menos de 1/4 do salário mínimo	1/4 a menos de 1/2 salário mínimo	1/2 a menos de 1 salário mínimo	1 a menos de 2 salários mínimos	2 salários mínimos ou mais
Total	44,9	10,9	11,8	14,1	16,6	1,2
Homens	48,1	8,6	10,1	14,2	17,3	1,2
Mulheres	38,7	15,4	14,9	14,1	15,4	1,2

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007.

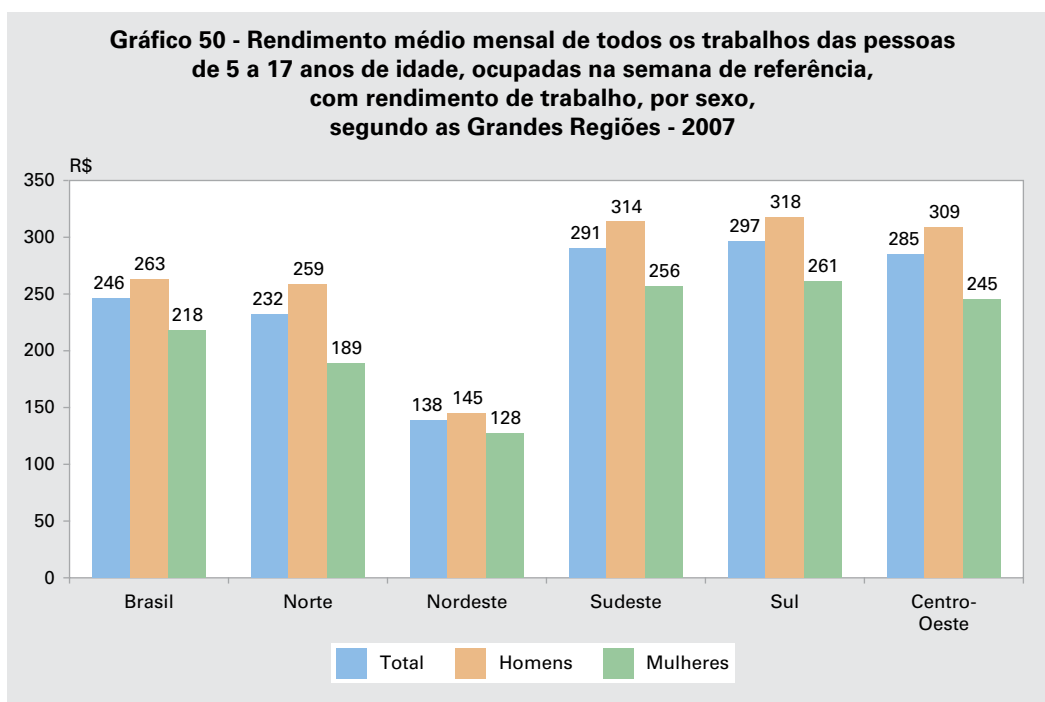
Tabela 26 - Distribuição das pessoas de 5 a 17 anos de idade, ocupadas na semana de referência, por Grandes Regiões, segundo os grupos de idade e as classes de rendimento mensal de todos os trabalhos - 2007

Grupos de idade e classes de rendimento mensal de todos os trabalhos	Distribuição das pessoas de 5 a 17 anos de idade, ocupadas na semana de referência (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Menos de 1/4 do salário mínimo	10,9	7,5	16,0	9,5	5,6	7,8
1/4 a menos de 1/2 salário mínimo	11,8	11,2	11,0	14,7	8,6	13,0
1/2 a menos de 1 salário mínimo	14,1	13,2	8,2	19,1	16,1	23,3
1 a menos de 2 salários mínimos	16,6	10,7	3,1	30,7	23,1	26,3
2 salários mínimos ou mais	1,2	0,8	0,1	2,5	1,2	2,2
Sem rendimento (1)	44,9	56,3	61,4	22,6	45,1	27,0
Sem declaração	0,5	0,3	0,3	1,0	0,3	0,4
5 a 13 anos	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Menos de 1/4 do salário mínimo	13,6	6,0	15,0	19,6	8,2	16,1
1/4 a menos de 1/2 salário mínimo	4,8	2,8	2,0	13,3	4,0	13,8
1/2 a menos de 1 salário mínimo	3,8	4,2	1,4	7,8	5,9	5,3
1 a menos de 2 salários mínimos	1,0	1,0	0,1	2,5	1,2	5,2
2 salários mínimos ou mais	0,2	0,1	-	1,0	-	0,4
Sem rendimento (1)	76,2	85,4	81,2	55,3	80,2	59,1
Sem declaração	0,4	0,5	0,3	0,4	0,6	-
14 a 17 anos	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Menos de 1/4 do salário mínimo	10,0	8,2	16,4	7,6	4,8	6,2
1/4 a menos de 1/2 salário mínimo	14,1	15,0	15,5	14,9	10,1	12,9
1/2 a menos de 1 salário mínimo	17,7	17,4	11,6	21,2	19,3	27,0
1 a menos de 2 salários mínimos	21,9	15,1	4,5	35,8	30,1	30,5
2 salários mínimos ou mais	1,5	1,1	0,2	2,7	1,6	2,5
Sem rendimento (1)	34,2	42,9	51,5	16,7	34,0	20,5
Sem declaração	0,5	0,2	0,3	1,1	0,2	0,4

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007.

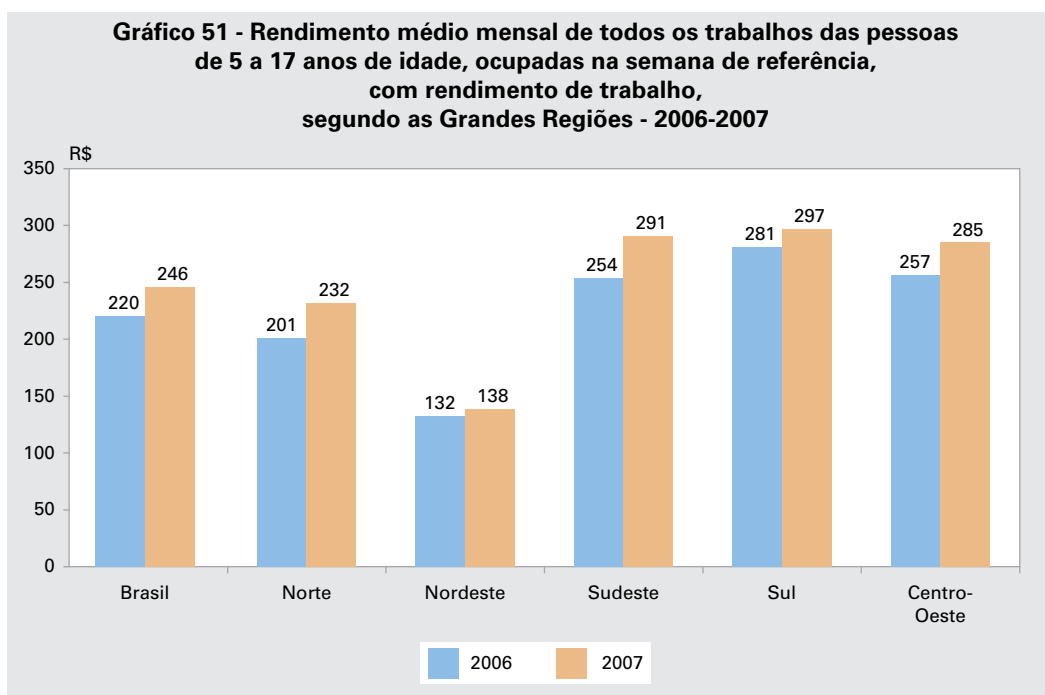
(1) Inclusive as pessoas que recebiam somente em benefícios.

Em 2007, o rendimento médio mensal proveniente de trabalho das crianças e adolescentes com remuneração no País foi estimado em R\$ 246,00. Nas Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, era aproximadamente o dobro daquele observado na Região Nordeste. Em todas as regiões o rendimento das mulheres era inferior ao dos homens.



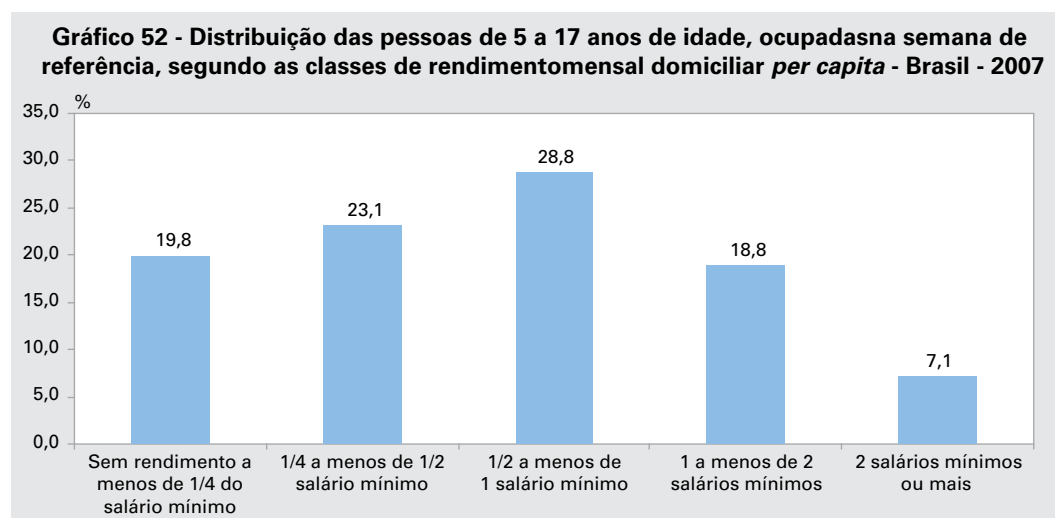
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007.

O rendimento médio real mensal de todos os trabalhos das crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade apresentou elevação em relação a 2006 (11,6%). Em todas as regiões, foi verificado aumento. Na Região Norte, o aumento chegou a 15,4%, possivelmente em decorrência da relativa maior redução do contingente de trabalhadores mais jovens.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006-2007.

Do total de crianças e adolescentes trabalhadores no Brasil, aproximadamente 19,8% moravam em domicílios cujo rendimento médio mensal domiciliar *per capita* era menor que um quarto do salário mínimo. Na Região Nordeste, a proporção de crianças e adolescentes trabalhadores, residindo em domicílios desta classe de rendimento, foi de 37,4%. Ainda nessa região, cabe salientar que 48,1% das crianças e adolescentes trabalhadores na faixa de 5 a 13 anos de idade moravam em domicílios cujo rendimento médio mensal domiciliar *per capita* era inferior a um salário mínimo.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007.

Em torno de 60,7% das crianças e adolescentes ocupados no Brasil exerciam afazeres domésticos. Dentre os não-ocupados, foi verificado que menos da metade realizava estas atividades.

A Tabela 27, a seguir, revela que, de 2006 para 2007, houve redução no percentual de crianças e adolescentes que estavam ocupadas e que exerciam afazeres domésticos.

Tabela 27 - Distribuição das pessoas de 5 a 17 anos de idade que exerciam afazeres domésticos, por Grandes Regiões e situação de ocupação na semana de referência - 2006-2007

Ano	Distribuição das pessoas de 5 a 17 anos de idade que exerciam afazeres domésticos (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Ocupados						
2006	64,4	67,9	64,4	60,6	70,1	60,2
2007	60,7	64,1	60,0	55,7	68,5	60,8
Não-ocupados						
2006	47,4	52,2	48,5	43,8	52,0	48,1
2007	47,6	50,4	48,3	44,1	53,8	48,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006-2007.

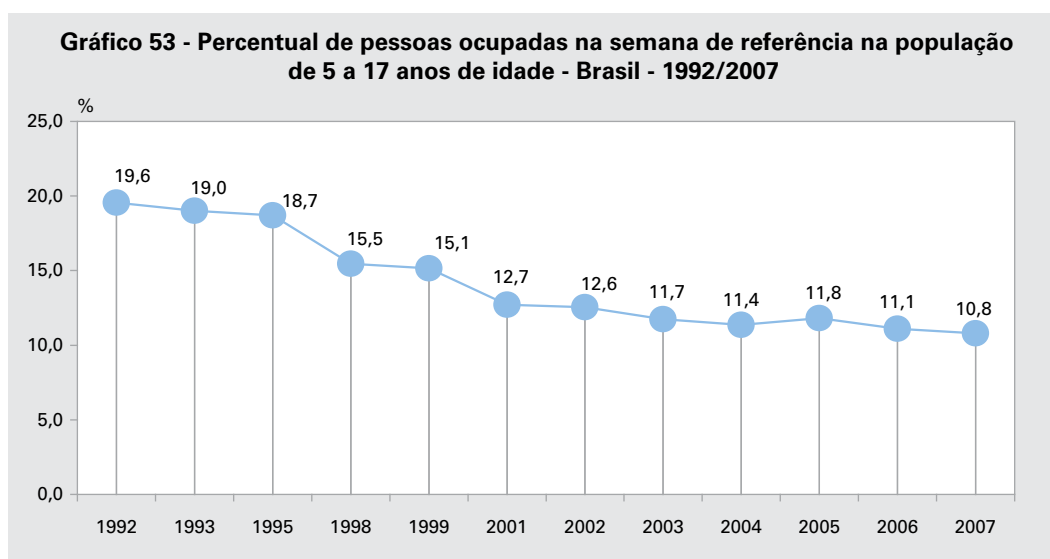
(1) Inclusive as pessoas que recebiam somente em benefícios.

Concluindo, tem-se que os dados da PNAD 2007 mostram sinais claros dos efeitos positivos das políticas e das ações implementadas, visando a reduzir o trabalho infantil no País; entretanto, apesar dos avanços no que tange à redução do trabalho infantil, a PNAD revela, também, que ainda persiste no País um contingente elevado de crianças e adolescentes trabalhando. Os dados da pesquisa, desagregados por faixas etárias, apontam que existe um contingente elevado de crianças com idade inferior a 14 anos de idade trabalhando e, portanto, descumprindo a legislação brasileira.

Evolução temporal

(indicadores de 2004, 2005, 2006 e 2007 harmonizados com a cobertura geográfica existente até 2003)

A PNAD mostrou redução no trabalho infantil. Em doze anos, a proporção de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade que estavam trabalhando, em relação à população de 5 a 17 anos de idade (nível da ocupação), caiu consideravelmente. Em 1995, esta proporção era de 18,7% e, em 2007, foi estimada em 10,8%, conforme mostra o Gráfico 53.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1992/2007.

Nota: Exclusivo as pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.